

**Ana Paula Scher**

**AS CONSTRUÇÕES COM O VERBO LEVE *DAR* E  
NOMINALIZAÇÕES EM *-ADA* NO PORTUGUÊS DO BRASIL**

**Campinas**

**UNICAMP**

**Instituto de Estudos da Linguagem**

**2004**

Ana Paula Scher

**AS CONSTRUÇÕES COM O VERBO LEVE *DAR E*  
NOMINALIZAÇÕES EM –*ADA* NO PORTUGUÊS DO BRASIL**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Lingüística.

Orientador: Prof. Dr. Jairo M. Nunes

Campinas

UNICAMP

Instituto de Estudos da Linguagem

2004

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

Sch28c	<p>Scher, Ana Paula.</p> <p>As construções com o verbo leve "dar" e as nominalizações em -ada no português do Brasil / Ana Paula Scher. - Campinas, SP : [s.n.], 2004.</p> <p>Orientador : Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Jairo Morais Nunes.</p> <p>Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.</p> <p>1. Léxico. 2. Sintaxe. 3. Semântica. 4. Predicação. 5. Estruturas de eventos. I. Nunes, Jairo Morais. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.</p>
--------	--

---

Prof. Dr. Jairo Morais Nunes - Orientador

---

Prof. Dra. Esmeralda Vailatti Negrão

---

Prof. Dra. Miriam Lemle

---

Prof. Dr. Rodolfo Ilari

---

Prof. Dr. Angel Humberto Corbera Mori

---

Prof. Dra. Evani de Carvalho Viotti (suplente)

---

Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho (suplente)



*Life is what happens to you  
While you're busy making other plans  
(John Lennon)*



**Para**

**meus pais,  
minhas duas irmãs,  
meus dois irmãos,**

**e também para**

**o Bernardo, a Fernanda, o Rafael, a Juliana, o Bruno, o Pedro e o “B(r)eno”, que  
ainda vai chegar, mas que já alegra a minha vida, como fizeram todos os outros...**



## AGRADECIMENTOS

Nem sempre temos a oportunidade de agradecer formalmente às pessoas que nos ajudam a cumprir tarefas importantes em nossas vidas. Às vezes, as oportunidades até aparecem para nós, mas não somos capazes, por um motivo ou por outro, de usá-las como se deve. E sempre se tem um motivo para agradecer a alguém. O motivo pelo qual começo a fazer esses agradecimentos parece evidente: devo agradecer pelo que muitas pessoas que eu tive a chance de conhecer nesses últimos anos fizeram para me ajudar a construir e escrever esta tese. Na verdade, se ela apresenta problemas, e isso é certo, não é pela falta de colaboração dessas pessoas. Mas eu quero agradecer-lhes por muito mais. Cada uma delas, e talvez muitas outras que terão de me desculpar, se eu não me lembrar de mencioná-las, fez por mim muito mais do que me ajudar com este trabalho. Essas pessoas me ajudaram a viver: às vezes por causa da tese, às vezes apesar dela. Portanto, quero agradecer aqui por muitas coisas, mas, principalmente, pelo simples fato de ter me encontrado com cada uma dessas pessoas.

Começo com um agradecimento muito sincero e especial ao meu orientador. Desde 1994, quando o conheci, Jairo Nunes representa, para mim, um símbolo de competência e amor ao que faz. Seus cursos são preciosos! A conclusão desse trabalho só foi possível graças a seu suporte acadêmico, seu apoio e amizade e, principalmente, à sua paciência para discutir comigo sobre as construções com o verbo leve *dar*! A leitura precisa que ele fez das inúmeras versões desta tese me permitiram eliminar muitos dos problemas que ela apresentava. Os que ficaram são culpa minha, claro. Obrigada, Jairo.

Agradeço também aos membros da banca examinadora desta tese: Professoras Miriam Lemle, Esmeralda Negrão e Evani Viotti e Professores Rodolfo Ilari, Angel Corbera e Ataliba de Castilho. O Rodolfo e o Ataliba foram meus primeiros professores no IEL em um curso de verão sobre Linguística Histórica. Agora eles vêm conferir o resultado do que começaram a fazer... O Angel me ensinou fonética, fonologia e morfologia. Ele é

um pouco “culpado” pela cara que essa tese tem. Foi num curso dele que eu li o texto de Halle & Marantz pela primeira vez. A Miriam sempre me acolheu em minhas visitas à UFRJ, para participar dos eventos que ela e seus colegas promovem. Minha admiração por seu constante entusiasmo pela Lingüística. A Esmeralda e a Evani... delas, vou falar daqui a pouco...

Também quero agradecer à Mary Kato e à Esmeralda Negrão pelas observações e sugestões valiosas no exame de qualificação. Mary, obrigada também pela orientação para o exame de qualificação em Aquisição e por tantas outras coisas... o mestrado, por exemplo. Pelo trabalho em aquisição, também agradeço à Ruth Lopes e à Sonia Cyrino, que participaram da banca que o avaliou. A orientação para o exame de qualificação em Semântica foi do Rodolfo Ilari. Muito obrigada, Rodolfo, e muito obrigada também à Maria José Foltran e à Ana Lúcia de Paula Müller, membros da banca desse exame.

Na realidade, eu preciso agradecer ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade de Campinas, que me aceitou como aluna do curso de Mestrado anos atrás e renovou sua confiança em mim, me aceitando novamente, para o Doutorado, e intermediando a obtenção, por um ano, de uma bolsa de estudos junto ao CNPq, instituição à qual também agradeço. Jamais poderei me arrepender de ter escolhido a UNICAMP para minha pós-graduação. Esses anos nessa Universidade me deram a oportunidade de aprender a pesquisar em Lingüística, com um grupo de professores pra ninguém botar defeito. O que aprendi nos cursos que fiz nesse Instituto são meu verdadeiro patrimônio. Obrigada, professores do IEL! Obrigada também, funcionários. Em especial, obrigada, Rose e obrigada, Cláudio! Vocês e seus colegas, com sua gentileza e competência, fazem a gente esquecer um pouco que há coisas difíceis na pós-graduação.

Não posso deixar de fazer um agradecimento especial também a professores como Margarida Basílio, que me enviou cópias dos textos em que discute as CVLs com *dar*, Heidi Harley, pelo curso de Morfologia Distribuída, na ABRALIN do ano passado, na UFRJ e pela disponibilidade para discutir comigo o tema desta tese, além de David Pesetsky e Norbert Hornstein, com quem também conversei sobre as CVLs.

Agora, o pessoal da Universidade de São Paulo. Eu preciso e quero fazer, em primeiro lugar, um agradecimento geral aos professores e funcionários do Departamento de Linguística da FFLCH/USP e aos alunos do curso de Letras dessa mesma universidade pela forma como me acolheram em agosto de 1998, quando comecei a trabalhar lá. Eu acho que eles sabem como eu sou feliz naquele lugar...

Quero agradecer à Diana Luz, chefe do Departamento de Linguística na época em que eu comecei a trabalhar na USP. Que energia! Que vibração! Foi legal ver que ela estava assistindo minha comunicação no GEL de 1999, em Bauru. Me senti mais da USP ainda... A Diana saiu da chefia e veio o Fiorin. Obrigada, Fiorin, por você ter me dado a oportunidade de me dedicar mais à minha tese, durante o período em que você foi chefe do DL. O trabalho não saiu tão rápido quanto você queria, mas eu não vou esquecer que você me deu essa chance. Agora, a chefe é a Esmeralda. Faltaria espaço, se eu fosse agradecer por tudo que ela tem feito por mim. Minha formação acadêmica tem sido muito beneficiada pelo convívio com ela, sem dúvida. Minha vida profissional também, já que o ambiente de trabalho que ela faz questão de manter no DL é dos mais agradáveis. Mas eu quero agradecer à Esmeralda, mesmo, é pela amizade sincera que eu tenho certeza que nasceu entre nós. Ela sabe como isso tem me feito bem.

Eu também sou grata à Evani Viotti e à Ana Muller pelas palavras de incentivo que elas sempre me disseram, principalmente, quando batia aquela insegurança, aquele medo de não dar conta: são duas grandes amigas uspianas, com as quais estou sempre aprendendo. Outra amiga a quem devo agradecer é a Raquel Santana: por dividirmos, em paz, a mesma sala na USP, pelas conversas nas viagens Campinas - São Paulo - Campinas e, mais recentemente, por dirigir, enquanto seu marido, meu orientador, lê e comenta meus trabalhos. Obrigada também, Bia Raposo, de quem eu já era amiga na UNICAMP. Eu tenho ganhado muito com a nossa convivência! Aos outros “meninos” e às outras “meninas” do Departamento, como diz a Ana Muller, obrigada pelo carinho, pelo companheirismo, pela amizade, enfim.

Um agradecimento especial às minhas alunas e ex-alunas de Iniciação Científica. O trabalho com essas meninas tem sido extremamente estimulante e, em alguns casos, se

transformado em amizades bem bonitas. Obrigada Shirlei Ramos, Laura Botelho, Eneida Leal, Márcia Garrote, Kaarina Lopes, Renata Leung, Indaiá Bassani e Fabíola Santos. Obrigada também a todos os meus outros alunos, que me estimulam tanto e renovam, a cada aula, o prazer que eu sinto em lecionar.

Aos funcionários do DL, BenHur, Érica e Robson, eu agradeço pela dedicação e competência. Só isso já tornaria mais fácil a vida de qualquer um que trabalha perto deles. Quando se tem, ainda, um bônus como a delicadeza do BenHur, a eficiência da Érica e o bom humor do Robson... ah, aí é “tudo de bom”!

Os participantes dos Seminários Carlos Franchi também vêm tendo um papel importante em minha vida acadêmica. Muitos já não freqüentam mais as reuniões às terças-feiras, mas, mesmo assim, não podem ser esquecidos. A todos que contribuíram para a conclusão desta tese, lendo e discutindo algumas de suas versões nos encontros desse grupo, os meus agradecimentos.

Muito obrigada, também, a Joseph Aoun, por me receber tão bem na University of Southern Califórnia, em Los Angeles, de janeiro a março de 2000, e pelas conversas que tivemos sobre esse trabalho. Obrigada, Hajime Hoji, Hagit Borer e Tim Stowell, que também se dispuseram a discutir comigo as construções com verbos leves. Também agradeço à Kiyoko Kataoka, à Lina Choueiri, ao Marcelo Modesto e ao Fábio Pinto pela convivência tão agradável durante esse período. Agradeço, ainda, de maneira muito especial, ao Jazon Santos, que, muito gentilmente, me hospedou em sua casa nesses três meses, e com quem tive longas conversas sobre os nossos trabalhos. Mas não dá pra não confessar que ele e o Fábio me levaram ao cinema um montão de vezes. Nunca vi tantos filmes “saindo do forno”, quanto naquela época!

Nesses agradecimentos, não pode faltar a lembrança a pessoas maravilhosas como Luciana Teixeira, Eva Schlachter, Marina Augusto, Helena Britto, Carlos Mioto, Sônia Cyrino, Cida Torres, Mirta Groppi, Cristina Ximenes, Marcello Marcelino, que fez a revisão do texto de qualificação em aquisição, Cynthia Zocca, Jéssica Arroiteia, Brenda Veloso, Simone Floripi, Irê Oliveira, Silvia Cavalcante, Érica Rodrigues, Juan Avelar, Telma Viana, Teresa Wachowicz, Heloísa Salles, Lourdes Jorge, Márcia Oliveira, e outros

que, como disse, vão ter de perdoar a minha falta de memória. Cada uma dessas pessoas representa um momento de minha vida por que vale a pena agradecer.

Aos meus parentes e amigos de fora da Universidade, agradeço por compartilharem comigo os bons “retornos” que podemos ter da vida acadêmica e por torcerem por mim nas horas em que eu achava que tudo estava ficando muito difícil. Essa é a hora, então, de fazer um agradecimento à Cláudia Guimarães, minha grande amiga, que me hospeda no Rio, para onde eu fujo, quando as coisas teimam em não dar certo, ou quando eu apenas acho que elas não estão dando certo. Eu volto de lá de bem com a vida!

A meus pais, irmãos e irmãs, sempre.

Ao Neno, também.



## RESUMO

Esta tese analisa as propriedades sintáticas e semânticas das construções com verbos leves (CVLs) do português do Brasil. Em especial, são observadas as CVLs formadas com o verbo leve *dar* e uma nominalização em *-ada*. A análise dessas construções é sugerida a partir da associação de noções internas ao modelo da Morfologia Distribuída (veja Halle e Marantz 1993) à idéia de que a estrutura interna das eventualidades denotadas pelos predicados verbais se decompõe em subeventualidades que estabelecem entre si uma relação de implicação (veja Hale & Keiser 1993 e trabalhos subseqüentes).

Diferentemente de vários trabalhos de orientação lexicalista, entre eles o de Grimshaw & Mester 1988, que associam a formação de CVLs a processos disponíveis em um componente gramatical específico denominado Léxico, procuro defender à hipótese de que os predicados formados nas CVLs resultam de operações sintáticas. Para tanto, assumo um modelo de gramática que exclui o que tradicionalmente entendemos como componente lexical e distribui suas funções entre os componente formal, morfo-fonológico e semântico da gramática. As operações sintáticas manipulam apenas raízes abstratas, compostas de traços intrínsecos, e determinando o estatuto categorial dos predicados formados.

Identifico os traços intrínsecos aos predicados que ocorrem em CVLs e proponho camadas funcionais que possam checar esses traços na estrutura interna da nominalização em *-ada*. Com base em propriedades de predicados apresentadas tanto pelo verbo leve, quanto pela nominalização, proponho que a CVL é uma estrutura de predicação complexa que revela a organização interna das eventualidades denotadas pelas expressões lingüísticas das línguas naturais em camadas de subeventos que estabelecem entre si relações de causa ou resultado, por exemplo.



## ABSTRACT

This dissertation analyzes the syntactic and semantic properties of light verb constructions (LVCs) in Brazilian Portuguese. In particular, I study LVCs formed by the combination of the light verb *dar* (give) and an *-ada* nominalization. The analysis of these constructions results from the association of notions internal to the Distributed Morphology model (see Halle & Marantz 1993) to the idea that the internal structures of the eventualities denoted by verbal predicates can decompose in sub-eventualities related by an implicational relation (see Hale & Keyser 1993 and their subsequent work).

Differently from various lexicalist works, such as Grimshaw & Mester 1988, who associate LVC formation with lexical processes, assuming the Lexicon to be a grammatical component, I argue in favor of the hypothesis that the predicates in LVCs result from syntactic operations. Thus, I assume a grammar architecture which eliminates our traditional understanding of the Lexicon and distributes its functions to the formal, morpho-phonologic and semantic components of the grammar. The syntactic operations work with abstract roots, formed by intrinsic features, and define the categorial status of the derived predicates.

I identify the intrinsic features of the predicates that occur in LVCs and suggest some functional layers that can check these features in the internal structure of the *-ada* nominalization. Based on the predicate properties presented both by the light verb and the nominalization, I propose that the LVC is a complex predicate structure that reveals the internal organization of eventualities denoted by linguistic expressions in related sub-event layers like cause and result, for example.



## SUMÁRIO

<b><u>INTRODUÇÃO</u></b>	<b>23</b>
<b><u>CAPÍTULO I</u></b>	<b>35</b>
<b>PRESSUPOSTOS TEÓRICOS</b>	<b>35</b>
<b>1.1 INTRODUÇÃO</b>	<b>35</b>
<b>1.2 UM POUCO DE HISTÓRIA</b>	<b>36</b>
1.2.1 AS RELAÇÕES ENTRE LÉXICO E SINTAXE: UMA ABORDAGEM LEXICALISTA	<b>37</b>
1.2.1.1 Sobre as Nominalizações	<b>38</b>
1.2.1.2 “On the Definiton of Words” (Di Sciullo & Williams, 1987)	<b>42</b>
1.2.2 AS RELAÇÕES ENTRE LÉXICO E SINTAXE: ABORDAGENS SINTÁTICAS	<b>44</b>
1.2.2.1 Hale & Keyser (1993)	<b>45</b>
1.2.2.2 Nominalizações de Processo e de Resultado: Grimshaw (1990)	<b>50</b>
1.2.2.3 O Modelo da Morfologia Distribuída	<b>58</b>
1.2.2.4 Nominalizações e a Morfologia Distribuída: Marantz (1997)	<b>60</b>
1.2.2.5 Sumário e Discussão	<b>64</b>
1.2.3 A DESCRIÇÃO DAS EVENTUALIDADES EXPRESSAS LINGÜISTICAMENTE	<b>65</b>
1.2.3.1 A Abordagem Lexical: a Classificação dos Verbos em Categorias Aspectuais – de Vendler (1967) a Smith (1991)	<b>66</b>
1.2.3.2 A Abordagem Semântica	<b>74</b>
1.2.3.3 A Abordagem Sintática	<b>77</b>
<b>1.3 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO</b>	<b>79</b>

<b><u>CAPÍTULO II</u></b>	<b>81</b>
<b>AS PROPRIEDADES GERAIS DAS CVLS COM <i>DAR</i></b>	<b>81</b>
<b>2.1 INTRODUÇÃO</b>	<b>81</b>
<b>2.2 FORMA GERAL DAS CVLS</b>	<b>81</b>
<b>2.3 O QUE AS CVLS NÃO SÃO</b>	<b>84</b>
2.3.1 CVLS NÃO SÃO SENTENÇAS BITRANSITIVAS	84
2.3.1.1 Propriedades Aspectuais	84
2.3.1.2 Propriedades Temáticas	86
2.3.1.3 Propriedades de Subcategorização de <i>dar</i> Leve	87
2.3.2 CVLS NÃO SÃO EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS	92
<b>2.4 SOBRE A SEMÂNTICA DAS CVLS</b>	<b>98</b>
2.4.1 A INTERPRETAÇÃO DAS CVLS	98
2.4.2 CONFIRMANDO PADRÕES PARA A FORMAÇÃO DS CVLS COM <i>DAR</i>	107
2.4.3 O DIMINUTIVO NAS NOMINALIZAÇÕES EM <i>-ADA</i> DAS CVLS	123
<b>2.5 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO</b>	<b>128</b>
<b><u>CAPÍTULO III</u></b>	<b>131</b>
<b>AS RELAÇÕES DE PREDICAÇÃO NAS CVLS COM <i>DAR</i></b>	<b>131</b>
<b>3.1 INTRODUÇÃO</b>	<b>131</b>
<b>3.2 OS VERBOS LEVES E AS NOMINALIZAÇÕES</b>	<b>131</b>
3.2.1 O QUE SÃO PREDICADOS E ARGUMENTOS?	132
3.2.2 <i>DAR</i> LEVE É UM PREDICADO	135
3.2.3 AS NOMINALIZAÇÕES EM <i>-ADA</i> SÃO PREDICADOS	142
<b>3.3 A RESTRIÇÃO DE DEFINITUDE NAS NOMINALIZAÇÕES EM <i>-ADA</i></b>	<b>148</b>
<b>3.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO</b>	<b>155</b>

<b><u>CAPÍTULO IV</u></b>	<b>157</b>
<b>A ESTRUTURA DAS NOMINALIZAÇÕES EM –ADA</b>	<b>157</b>
<b>4.1 INTRODUÇÃO</b>	<b>157</b>
<b>4.2 A NATUREZA EVENTIVA DAS NOMINALIZAÇÕES EM –ADA</b>	<b>158</b>
<b>4.3 A SINTAXE DAS NOMINALIZAÇÕES NO MODELO DE ALEXIADOU (2001)</b>	<b>170</b>
<b>4.4 ALEXIADOU (2001) E AS NOMINALIZAÇÕES EM –ADA DO PB</b>	<b>175</b>
<b>4.5 A PREPOSIÇÃO NAS CVLS</b>	<b>189</b>
<b>4.6 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO</b>	<b>201</b>
<b><u>CAPÍTULO V</u></b>	<b>203</b>
<b>A ESTRUTURA DE EVENTOS E AS CVLS DO PB</b>	<b>203</b>
<b>5.1 INTRODUÇÃO</b>	<b>203</b>
<b>5.2 UMA ESTRUTURA DE EVENTOS PARA AS SENTENÇAS DAS LÍNGUAS NATURAIS</b>	<b>204</b>
<b>5.3 DOIS VERBOS LEVES DAR E A REPRESENTAÇÃO DA CVL</b>	<b>207</b>
<b>5.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO</b>	<b>217</b>
<b><u>CONCLUSÃO</u></b>	<b>219</b>
<b><u>REFERÊNCIAS</u></b>	<b>223</b>



## INTRODUÇÃO

É possível identificar diversos tipos de predicados complexos nas línguas naturais. As descrições já existentes para esse tipo de predicado sugerem, de modo geral, que essas construções podem se formar pela combinação de um verbo, um nome ou um adjetivo, com a função de predicador principal, a um verbo leve, que exhibe morfologia de tempo e concordância.

O termo verbo leve, *light verb* no inglês, foi introduzido na literatura lingüística por Jespersen (1949). Sua intenção era remeter a uma tendência geral do inglês moderno de fazer uso de um verbo tematicamente vazio, ao qual se associam marcas de pessoa e tempo, antes da idéia “realmente importante” da sentença, ou seja, da “ação”<sup>1</sup>, que vem expressa pelo nome seguinte.

A verdade é que essa tendência não é uma particularidade do inglês moderno, mas pode ser observada em muitas das línguas naturais. Alguns exemplos podem ser observados nos trabalhos de Campbell (1989), que descreve o fenômeno minuciosamente para o inglês, como em (1), de Grimshaw & Mester (1988), Miyagawa (1989) ou Dubinsky (1997), por exemplo, que fazem o mesmo para o japonês, como mostra o exemplo em (2), de Grimshaw e Mester (1988:207), e, também, do trabalho de Cho (1997) que analisa as construções com verbos leves, daqui para frente, CVLs, usando dados do coreano, como em (3).

Inglês:

---

<sup>1</sup> As aspas são minhas e pretendem chamar atenção para o fato de que as construções com verbos leves podem se formar com outros verbos diferentes de verbos de ação. Chamarei, assim, de *eventualidade* (cf: nota 9, adiante) o que Jespersen (1949.) chamou de *ação*.

- (1) Fred gave anchovies a try.  
 Fred deu anchovas uma experimentar  
 ‘Fred deu uma experimentada nas anchovas.’

Japonês:

- (2) Jonh-wa Mary-ni HANASHI-o shita<sup>2/3</sup>.  
 John-Top MARY-to TALK-Acc suru  
 ‘John talked to Mary.’  
 ‘John conversou com Mary.’

Coreano:

- (3) John-I suhak-ul kongpu-<sup>lul</sup> hanta  
 John-Nom math-Acc study-Acc does  
 ‘John studies Math (as his major in the college).’  
 ‘João estuda matemática (como tema principal na faculdade).’

A pesquisa sobre as CVLs em línguas diferentes do inglês conta, ainda, com trabalhos como os de Den Dicken & Sybesma (1998), que analisam verbos seriais em fongbé (cf. (4)) e mandarim (cf. (5))<sup>4</sup>, de Diesing (1998, 2000) e de Karimi-Doostan (1997), que discutem as CVLs em iídiche (cf. (6)), e em persa (cf. (7)) e curdo (cf. (8)), respectivamente.

---

<sup>2</sup> A forma *shita* representa o passado de *suru*, que Dubinsky 1997 e Yokota 1999 traduzem como *do* para o inglês. Esses dois autores grafam o passado de *suru* como *sita*.

<sup>3</sup> Os exemplos de línguas estrangeiras, diferentes do inglês, trarão a glosa e a tradução para o inglês, de acordo com a fonte do exemplo, além da minha tradução para o português baseada na tradução para o inglês.

<sup>4</sup> Embora fique claro em Butt (2002) e em trabalhos anteriores da mesma autora e colaboradores que as construções com verbos seriais e as CVLs não exibem exatamente os mesmos tipos de relações, alguns autores, como Campbell (1989), por exemplo, sugerem que as CVLs podem ser tratadas como construções com verbos seriais. Assim, na sentença em (1), acima, o verbo *give* e o nome *try* estão em série, já que o núcleo temático do predicado *try* não é seu núcleo sintático (em termos da teoria X’). Nesse caso, o núcleo

## Fongbé:

- (4) Kòkú só àsó dó tàvó-ji  
 Koku take crab put table-on  
 ‘Koku put the crab on the table.’  
 ‘Koku pôs o caranguejo sobre a mesa.’

## Mandarim:

- (5) Zhang San ba pangxie fang zai zhuozi-shang  
 Zhang San take crab put at table-top  
 ‘Zhang San put the crab on the table.’  
 ‘Zhang San pôs o caranguejo sobre a mesa.’

## Ídiche:

- (6) Zi git a glet di kats  
 She gives a pet the cat  
 ‘She gives the cat a pet.’ (once only)  
 ‘Ela dá uma acariciada no gato.’ (uma vez apenas)

## Persa:

- (7) Ali [ʔesteʔfa: DA:D / KARD].  
 Ali [resignation gave / did]  
 ‘Ali resigned.’  
 ‘Ali renunciou.’

## Curdo:

- (8) Ali [juz KERD].

---

sintático é *give*. O verbo leve *give*, segundo essa análise, provê de posições sintáticas para os argumentos temáticos de *try*.

Ali [surrender did]  
 ‘Ali gave up / Ali resigned.’  
 ‘Ali desistiu / Ali renunciou.’

Os trabalhos de Miriam Butt e colaboradores enriquecem a discussão sobre as CVLs apresentando os resultados de um amplo estudo sobre os verbos leves em hindi/urdu (cf. (9)), duas línguas intimamente relacionadas, entre as dezesseis línguas oficiais da Índia. Butt (1995, 1998, 2002), Butt & Lahiri (1998), Butt & Geuder (2001) e Butt & Ramchand (2001a,b) discutem vários aspectos dos predicados complexos, enfatizando as CVLs dessas duas línguas.

Urdu:

(9) naadyaa=nee          anjum=koo    nikal-nee          dii-yaa  
 nadya.F=Erg          anjum.F=Dat   emerge-Inf.Obl      give-Perf.M.Sg  
 ‘Nadya let Anjum get out.’  
 ‘Nadya deixou Anjum sair.’

No que concerne às línguas românicas, Rosen (1990) assume Grimshaw & Mester (1988) e sugere que os verbos de reestruturação, em línguas como o italiano (cf. (10)) e o espanhol (cf. (11)), sejam analisados como verbos leves, já que devem tomar seus argumentos emprestados de uma outra estrutura argumental, para que o mapeamento sintático se realize. Samek-Lodovici (a sair) também trabalha com dados de CVLs do italiano (cf. (12)), mas prioriza sentenças em que o verbo *dare* (dar) ocorre como verbo leve<sup>5</sup>.

Italiano:

---

<sup>5</sup> CVLs com o verbo *fare* (fazer) também ocorrem com bastante frequência no Italiano.

- (10) Mario lo vuole leggere.  
 Mario it wants to read  
 ‘Mario wants to read it.’  
 ‘Mario quer lê-lo.’

Espanhol:

- (11) Luis las quiere comer.  
 Luis them wants to eat  
 ‘Luis wants to eat them.’  
 ‘Luis quer comê-las.’

Italiano:

- (12) dare una lavatta alle camicie  
 to-give a washing to-the shirts  
 ‘to wash the shirt’  
 ‘lavar as camisas/dar uma lavada nas camisas’

Finalmente, nesta tese, eu pretendo descrever e analisar as CVLs com *dar* do português do Brasil (PB), em particular, as do tipo que aparece de (13) a (15)<sup>6</sup>.

- (13) O agente sanitário deu uma vasculhada no local.  
 (14) O ladrão deu uma sondada no lugar antes de entrar.  
 (15) Acabei dando uma martelada no meu dedo.

Somente as CVLs do PB em que o verbo leve *dar* ocorre associado a uma nominalização em *-ada*<sup>7</sup>, como as que se apresentam de (13) a (15), constituirão o foco

---

<sup>6</sup> A ocorrência de CVLs com *dar* em português europeu (PE) é bastante restrita, limitando-se a casos como *dar uma olhadela*, por exemplo. Por esse motivo, esta tese trata apenas dos dados do PB.

desta tese. Há outras formações com o verbo *dar* que não serão analisadas detalhadamente aqui, mas que poderão contribuir para a confirmação das generalizações e hipóteses sugeridas na análise dessas sentenças. São sentenças como as de (16) a (18), que serão incluídas na discussão sempre que isso se fizer necessário.

- (16) A Maria deu um beijo no João.
- (17) Os meninos foram dar um *foot* na pracinha.
- (18) A aula de natação deu fome nas crianças

As descrições presentes nos trabalhos mencionados acima e os dados do PB que vou apresentar e discutir ao longo desta tese revelam uma propriedade formal das CVLs, já mencionada anteriormente, que se verifica em todas as línguas estudadas: nessas construções, há sempre uma associação entre um verbo leve e um elemento de natureza verbal ou nominal<sup>8</sup>. Na maior parte dos casos em que o elemento associado ao verbo leve é de natureza nominal, tal elemento é uma forma derivada do verbo que denota a eventualidade em destaque na sentença<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> Embora a expressão *nominalizações em -ada* já tenha ficado registrada na literatura sobre este tipo de nominalizações (Basílio, 1999 e Basílio *et al.*, 1994, Scher, 2002), é possível que uma melhor caracterização desse sufixo seja *-da*, já que sua realização pode ser *-ada* ou *-ida* dependendo da vogal temática que se aplica à raiz que deriva a nominalização.

<sup>8</sup> De modo geral, nas CVLs do ídiche (Diesing 1998, 2000) e do urdu (Butt 1995, 1998, 2002, Butt & Lahiri 1998, Butt & Geuder 2001 e Butt & Ramchand 2001a,b), é um elemento verbal que se associa ao verbo leve. Essas duas línguas, no entanto, também exibem formações complexas em que o elemento associado ao verbo leve apresenta algumas propriedades nominais. A descrição que apresentarei nesta tese revela características semelhantes do PB, em relação ao ídiche e ao urdu, no que concerne ao tipo do elemento que se associa ao verbo leve: também em PB, será possível identificar tanto propriedades verbais, quanto nominais nesse elemento associado.

<sup>9</sup> Parsons (1994:20), seguindo Bach (1986:6), usa o termo *eventualidade* para designar a referência das três categorias principais de sentenças, nomeadamente, estados, atividades e eventos (uma descrição dessas categorias será apresentada no Capítulo I). Em grande parte desta tese, usarei o termo *eventualidade* como proposto por Bach e o termo *evento* para indicar um tipo de eventualidade. Em muitos casos, no entanto, o termo *evento* pode aparecer significando *eventualidade*, como proposto por Bach. Isso ocorrerá, por exemplo, na discussão sobre a estrutura dos eventos, cuja literatura não registra a expressão “estrutura de eventualidades”.

Alguns trabalhos atribuem ao elemento associado ao verbo leve nessas construções a responsabilidade pelas informações de natureza interpretativa do conjunto formado. Campbell (1989), por exemplo, argumenta em favor da existência de uma classe fechada de verbos, os verbos leves, que podem impor restrições de seleção categorial a seus argumentos, mas não são capazes de atribuir-lhes propriedades temáticas. Por este motivo, o complemento de um verbo leve deve ser um predicado que, por sua vez, é capaz de marcar tematicamente os outros argumentos da CVL. Butt (1995) e Samek-Lodovici (a sair) defendem hipóteses semelhantes, em que o verbo leve se caracteriza por apresentar uma estrutura argumental incompleta. Grimshaw & Mester (1988), por sua vez, defendem uma estrutura argumental totalmente vazia para os verbos leves e propõem um processo de transferência argumental que se realiza do predicado nominal para o verbo leve em uma CVL.

Outros trabalhos sobre as CVLs nas línguas naturais, porém, vêm mostrando que o verbo leve faz bem mais do que apenas contribuir com posições sintáticas para os argumentos temáticos de outros predicados, ou com marcas de tempo e concordância. Diesing (1998, 2000), por exemplo, ressalta o caráter geral de diminutivização<sup>10</sup> ou minimização presente nas CVLs do iídiche e atribui essa propriedade a traços aspectuais presentes na categoria sintática em que o verbo leve se realiza.

Essa mesma propriedade se verifica, de certa forma, entre as CVLs do PB, quando comparadas às suas contrapartes “plenas”. Assim, nos exemplos abaixo, é possível obter a interpretação de que a eventualidade denotada pela construção se realiza por menos tempo,

---

<sup>10</sup> Esse efeito geral de modificação das propriedades da eventualidade expressa pelo predicado complexo que compõe a CVL, em relação à eventualidade expressa pelo predicado simples correspondente (*dar uma empurrada*, em relação a *empurrar*), é descrito como um tipo de truncamento dessa eventualidade que pode apresentar três efeitos principais: a) telicização e encurtamento da duração de predicados atélicos; b) singularização de ações seriais e, no caso de predicados originalmente télicos, c) desencadeamento da leitura de rapidez ou de curta duração da ação – *little bit* (um pouquinho) – na realização da eventualidade (Diesing 1998:127, 2000:245). Como será visto com mais detalhes ao longo desta tese, predicados télicos descrevem eventualidades que apresentam um ponto final intrínseco, enquanto as eventualidades descritas por um predicado atélico não têm esse ponto final natural. O efeito de diminutivização também será discutido em mais detalhes adiante, na seção 2.4.

como em (19), (20) e (23), ou não se realiza completamente, como em (20), (21) e (22), ou, ainda, de que tal eventualidade se realiza uma única vez, uma outra interpretação possível para (23).

- (19) O João deu uma empurrada no carrinho.
- (20) O José deu uma varrida na sala.
- (21) A flor deu uma murchada.
- (22) A Ana deu uma emagrecida.
- (23) O bebê deu uma tossida.

Em outras palavras, o predicado complexo *dar uma empurrada no carrinho* em (19) sugere um limite final para a eventualidade descrita por essa CVL que não pode ser identificado na eventualidade denotada pelo predicado simples *empurrar o carrinho*. Por sua vez, os predicados simples *varrer a sala*, *murchar* e *emagrecer* já são télicos (cf. nota 10), ou seja, já expressam uma eventualidade com ponto final natural. Assim, suas CVLs correspondentes, expressas pelos predicados complexos *dar uma varrida na sala*, *dar uma murchada* e *dar uma emagrecida* em (20), (21) e (22), respectivamente, desencadeiam a leitura *little bit* da ação ou, ainda, a leitura de rapidez na realização da eventualidade denotada. Finalmente, a CVL *dar uma tossida* em (23), cujo predicado simples correspondente, *tossir*, denota uma ação serial, gera a interpretação de singularização dessa ação. O PB se assemelha, assim, ao iídiche no que diz respeito à interpretação que pode ser atribuída às CVLs.

Parece importante, dessa forma, determinar uma caracterização semântica precisa do verbo leve e de seus associados nas CVLs das línguas naturais, além dos efeitos dessas propriedades semânticas na estrutura sintática dessas construções. Na realidade, a descrição das propriedades das CVLs nas diversas línguas pode esclarecer várias outras questões, como, por exemplo, o lugar da gramática em que um predicado complexo se forma ou a relação entre os subeventos que compõem a eventualidade denotada por esse predicado. Por

considerar que a discussão mais recente sobre a estrutura de eventos das sentenças pode ser relevante para a pesquisa sobre a formação de predicados complexos, como as CVLs, apresento esta tese, que pretende contribuir para essa investigação, focalizando as CVLs com *dar* no PB.

Abaixo, listo algumas das questões que deverão ser respondidas nesta tese:

- a) Quais são as generalizações descritivas de uma CVL com *dar* no PB?

Esse é o passo inicial: descrever as propriedades sintáticas e semânticas do fenômeno em estudo, para estabelecer comparações com as outras línguas já descritas e para justificar a análise que será proposta para o conjunto das CVLs do PB.

- b) Onde se forma a CVL? Como se dá a combinação dos elementos que a compõem? Como se formam os elementos integrantes da CVL, em especial a nominalização?

Esta pergunta aparece constantemente nos trabalhos sobre as CVLs e as respostas apresentadas dividem os autores entre aqueles que têm uma orientação lexicalista, sugerindo que a formação da CVL se dá no léxico, e os que defendem que estas construções são produzidas por operações sintáticas.

Dentro do arcabouço teórico que fundamenta esta tese, a Morfologia Distribuída (MD), proposta em Halle & Marantz (1993) e trabalhos subseqüentes, essa discussão não se coloca. Essa teoria propõe uma arquitetura para a gramática que dispensa o componente lexical, da forma como a gramática gerativa dos anos setenta e oitenta concebia esse componente. Assim, a tarefa atribuída ao componente lexical em propostas teóricas anteriores à MD se espalhou, nesse modelo, pelo menos, entre três listas de elementos de natureza lexical diferentes, como apresentarei, detalhadamente, no capítulo I. Por esse motivo, uma análise fundamentada nesse modelo teórico não pode admitir uma visão

lexicalista para a formação das CVLs, mas deve buscar evidências que confirmem a natureza sintática dos processos de formação de predicados. Além disso, ainda será preciso descrever a estrutura interna de uma CVL, para determinar exatamente que operações estão envolvidas.

Duas outras questões vêm descritas a seguir:

- c) O verbo leve *dar* é realmente vazio semanticamente? Se isso for verdade, que diferença existe entre o verbo leve *dar* e os verbos auxiliares? Se não, como este verbo se diferencia de *dar* pleno?
- d) O verbo leve *dar* pode selecionar seus próprios argumentos? É um predicado? Que tipo de elemento pode se associar a este verbo leve e que tipo de papel estes elementos desempenham na CVL? Qual é o estatuto da nominalização em *-ada*?

As perguntas agrupadas em (c) e (d) se relacionam intimamente, já que suas respostas definirão o tipo de análise a ser proposta para as CVLs com *dar* no PB.

A pesquisa lingüística recente vem demonstrando que as operações sintáticas são sensíveis às propriedades das eventualidades descritas pelas sentenças, numa implicação cada vez mais clara de que as eventualidades e os subeventos que as compõem devem ser codificados na sintaxe, ou seja, de que a estrutura sintática das sentenças das línguas naturais é, de algum modo, determinada por sua estrutura de eventos. Trabalhos como os de Tenny (1994), Borer (1994, 1998), Travis (1994, 1997, 1999), Ramchand (1997, 2003) e Alexiadou (2001) entre outros, se valem dos resultados a que chegaram as pesquisas de bases lexicalista e semântica sobre a natureza dos eventos, para apontar evidências de que projeções funcionais podem codificar componentes específicos dos eventos.

Os primeiros trabalhos sobre o tema associavam eventos aos módulos da gramática que ligam a língua à experiência conceitual. Os componentes preferenciais para a representação do evento e de suas propriedades eram, portanto, o léxico (Vendler, 1967) e a semântica (Davidson, 1967). De um lado, os lexicalistas atribuem à categoria lexical *verbo*

a propriedade de denotar eventualidades. De acordo com essa abordagem, os participantes do evento se identificam com os argumentos lexicais do verbo, previstos em sua estrutura argumental. De outro lado, os semanticistas entendem que o significado das sentenças está intimamente relacionado às características do evento. Para eles, o evento é um primitivo que deve ser representado na forma lógica<sup>11</sup> das sentenças de ação, ou seja, em sua representação semântica, como um dos argumentos do verbo. Nesta tese, procurarei verificar como construções complexas das línguas naturais, em particular, as CVLs, estabelecem a relação entre a estrutura de eventos e a estrutura sintática.

Finalmente, será necessário responder uma pergunta de caráter mais geral sobre os efeitos desta pesquisa:

- e) Que tipo de contribuição a pesquisa sobre as CVLs do PB poderá trazer para a pesquisa lingüística, mais especificamente, para a pesquisa sobre a estrutura de eventos e sobre a arquitetura da gramática, em geral?

A resposta à pergunta acima justificará a realização desta tese, que se organiza da seguinte maneira: No capítulo I, apresento os pressupostos teóricos que me levaram a sugerir a representação sintática que proponho para as CVLs com *dar* do PB. Discuto, principalmente, os desenvolvimentos recentes da pesquisa lingüística sobre a relação entre Léxico e Sintaxe, além de apresentar uma discussão sobre a descrição das eventualidades expressas lingüisticamente. O capítulo II apresenta uma descrição geral da forma e da interpretação das CVLs. Em seguida, no capítulo III, discuto as relações de predicação que

---

<sup>11</sup> O conceito de forma lógica para Davidson (1967/1980) e Parsons (1990) se aproxima da noção de estrutura conceitual ou da noção de estrutura semântica de uma expressão lingüística. É, por assim dizer, a representação abstrata da semântica de uma expressão lingüística. A noção de Forma Lógica (LF) usada pelos sintaticistas difere da forma lógica dos semanticistas, pois remete a um nível de representação da faculdade da linguagem, que faz interface com os sistemas de pensamento; trata-se de um dos dois sistemas de interface que a faculdade de linguagem estabelece com os outros módulos da mente: o outro é a Forma Fonética (PF). É através desses sistemas de interface que uma língua L fornece instruções fonéticas e semânticas, resultantes de operações sintáticas, que serão interpretadas pelos sistemas de desempenho da mente humana.

se estabelecem dentro de uma CVL, procurando determinar o estatuto do verbo leve e da nominalização em *-ada* nesse contexto. Defendo o caráter de predicado para esses dois elementos e apresento uma discussão sobre a restrição de definitude nesses contextos. O capítulo IV apresenta a configuração que proponho para a estrutura interna da nominalização presente nas CVLs com *dar*, além de algumas observações sobre a preposição que introduz o complemento da nominalização nessas construções. Argumento em favor da natureza de eventualidade da nominalização em *-ada*, justificada pelo fato de que tais nominalizações apresentam propriedades de verbos e de nomes. Proporei, seguindo Alexiadou (2001), uma representação para estas nominalizações do PB, baseada na MD. No capítulo V explicito a configuração proposta nesta tese para a estrutura geral das CVLs com *dar*. Em particular, descrevo a estrutura de eventos que se obtém da decomposição das CVLs em camadas que representam subeventos. Finalmente, concluo esta tese, procurando explicitar as contribuições que ela poderá trazer para a pesquisa lingüística, no que diz respeito às propriedades de uma construção que se realiza bastante comumente em PB e em outras línguas também.

## CAPÍTULO I

### PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

#### 1.1 *Introdução*

Qualquer investigação sobre a natureza da formação de predicados, simples ou complexos, deverá procurar responder uma questão fundamental: a arquitetura da gramática dispõe de um componente especificamente projetado para a formação de palavras ou pode-se supor que um único domínio computacional pode dar conta de todo tipo de formação de predicados? Para alguns autores, como veremos abaixo, a resposta a essa pergunta apontava para a existência de um componente gramatical, denominado Léxico, independente da sintaxe, cuja função era a formação de palavras. Os pesquisadores que defendiam essa posição deviam, ainda, procurar responder a seguinte pergunta: que tipo de informação é codificada por esse componente? A busca dessas respostas gerou um grande número de trabalhos defendendo ora a posição que prevê um componente lexical na estrutura da gramática, ora a posição que atribui os mecanismos de formação de palavras a fatores sintáticos. Este capítulo apresenta um resumo da história da discussão sobre a relação entre Léxico e Sintaxe na pesquisa em lingüística, que se revela fundamental para o estabelecimento da real configuração da arquitetura da gramática.

A investigação sobre as CVLs nas línguas naturais que está sendo apresentada nesta tese envolve, necessariamente, uma reflexão sobre cada um dos estágios de desenvolvimento da pesquisa lingüística que trata da relação Léxico/Sintaxe e a proposta que faço para a representação sintática para as CVLs com *dar* do PB tem a forma que tem devido à interpretação que fiz dos resultados das pesquisas que apresentarei em seguida.

## 1.2 *Um Pouco de História*

Começo esta seção apresentando uma discussão sobre as nominalizações do inglês, baseada, principalmente, em Chomsky (1970). Além disso, discuto o modelo proposto em Di Sciullo & Williams (1987) para a definição de palavras. Esses trabalhos são tomados como representativos da Hipótese Lexicalista, de acordo com a qual, a estrutura da gramática deve conter um componente lexical independente da sintaxe e inacessível a ela, com operações particulares, destinadas à formação de palavras.

Também serão apresentadas abordagens diferentes, que têm em comum a possibilidade de que a formação de palavras obedeça a princípios de natureza sintática. Grimshaw (1990), Hale & Keyser (1991, 1993, 2002) e Halle & Marantz (1993) serão tomados como os representantes dessa vertente teórica, embora diverjam, fundamentalmente, na visão de léxico que adotam.

Fenômenos como a nominalização, presentes nas línguas naturais, expressam bem a necessidade de que as questões sobre a relação entre Léxico e Sintaxe se esclareçam definitivamente e, por isso, nortearam muitas das propostas apresentadas aqui. Elementos nominalizados sempre constituíram séria ameaça à definição do estatuto categorial dos itens lexicais por meio do critério distribucional. Ao mesmo tempo em que apresentam propriedades distribucionais de verbos, as nominalizações também podem exibir propriedades distribucionais de nomes. Assim, com os verbos, compartilham da possibilidade de serem seguidas por seus complementos e, com os nomes, têm em comum, por exemplo, o fato de ocuparem as mesmas posições sintáticas que esses. Além disso, as propriedades eventivas das nominalizações de processo, a serem apresentadas na seção 1.2.2.2, mostram que algumas delas se aproximam, mais uma vez, dos elementos de natureza verbal, se retomarmos o critério semântico, que sugere que, em geral, os verbos denotam eventos, enquanto os nomes denotam entidades.

Se o estatuto categorial de nominalizações fosse, de fato, claramente definido no componente lexical da gramática, não haveria razão para esse comportamento tão pouco uniforme. A definição do estatuto categorial das nominalizações não é, assim, tarefa das

mais simples. O modelo da Morfologia Distribuída, proposto por Halle & Marantz (1993), pode conter uma solução para esse impasse, já que a interpretação dos conjuntos de traços gerados pelas operações sintáticas dependerá, fundamentalmente, do contexto sintático em que tais conjuntos estarão inseridos.

A discussão sobre as relações entre Léxico e Sintaxe toma ainda maiores proporções no momento em que voltam à mesa de discussões as questões sobre a decomposição dos eventos descritos pelas expressões lingüísticas. Apresento, assim, o estado atual da pesquisa lingüística sobre eventos, descrito em Rosen (1999), destacando os três tipos de análises propostas para o fenômeno: lexical, semântica e sintática.

### **1.2.1 As Relações entre Léxico e Sintaxe: uma Abordagem Lexicalista**

Nesta seção, apresento o panorama geral das discussões sobre as relações entre Léxico e Sintaxe ou, mais particularmente, sobre o lugar da gramática em que processos tais como as nominalizações se realizam. O material a ser apresentado focaliza os tipos de nominalizações mais discutidos na literatura (Lees 1960, Vendler 1967, Chomsky 1970, Grimshaw 1990 e Alexiadou 2001). A discussão sobre o estatuto categorial dessas nominalizações e sobre o componente da gramática em que tal propriedade poderá se definir será um ponto importante deste capítulo.

Também importante será a discussão sobre a definição de palavras, ou seja, sobre a separação rigorosa entre palavras e sintagmas que força a postulação de um léxico morfológico, como componente da gramática, cuja função é a formação de palavras. O objetivo será verificar se a opção por um componente lexical na arquitetura da gramática é, realmente, a melhor opção em termos teóricos e se ela tem alcance empírico suficiente para justificar sua manutenção.

### 1.2.1.1 Sobre as Nominalizações

São três os tipos de nominalizações mais discutidos na literatura sobre o tema. O inglês, por exemplo, apresenta nominalizações gerundivas, derivadas e mistas, ilustradas pelos exemplos de (1) a (3), respectivamente, todos retirados de Chomsky (1970:215):

- (1) John's refusing the offer  
 John-GEN recusa-ger a oferta  
 'O João recusar a oferta.'
- (2) John's refusal of the offer  
 John-GEN recusa-∅ da oferta  
 'A recusa da oferta por John'
- (3) John's refusing of the offer  
 John-GEN recusa-∅ da oferta  
 'O recusar da oferta por João.'

Parece consenso na literatura que a diferença fundamental entre os três tipos de nominalizações está no fato de que as nominalizações gerundivas apresentam propriedades típicas de sintagmas verbais, enquanto que as nominalizações derivadas apresentam propriedades típicas de sintagmas nominais e as nominalizações mistas apresentam propriedades dos dois tipos: nominais e verbais.

Para Vendler (1967), tais diferenças têm reflexos na interpretação semântica das nominalizações, já que as gerundivas denotam entidades proposicionais e as derivadas denotam eventualidades. Mais ainda, sintaticamente, o autor distingue as nominalizações gerundivas, que co-ocorrem com auxiliares e advérbios, das derivadas e mistas, que co-ocorrem com artigos, adjetivos pré-nominais e marca de genitivo no objeto: nas gerundivas o verbo ainda está "vivo", enquanto que nas derivadas e mistas o verbo se transformou completamente em um nome.

Fraser (1970) observa a semelhança entre as nominalizações mistas e derivadas e também estabelece uma diferença semântica entre as nominalizações gerundivas e os outros

dois tipos de nominalizações. Para esse autor, as nominalizações gerundivas são interpretadas como fatos<sup>1</sup>, enquanto as mistas e derivadas são interpretadas como ações, atividades ou eventos, ou seja, como alguns tipos de eventualidades.<sup>2</sup>

O exemplo em (4) está em Harley & Noyer (1998b:2) e representa uma nominalização gerundiva, que se forma com o sufixo *-ing* e tem características semelhantes às dos sintagmas verbais:

- (4) The barbarian army('s) suddenly destroying the city upset Caesar.  
'A destruição repentina da cidade pelo exército bárbaro entristeceu Caesar.'

Com base em trabalhos anteriores, Harley & Noyer (1998b) listaram as propriedades sintáticas dessas nominalizações, como se vê em (5)<sup>3</sup>.

- (5) *Nominalizações gerundivas: DP V-ing DP*
- a) Apresentam propriedades semelhantes às relacionadas a VPs;
    - i) a nominalização **não** tem a estrutura interna de um sintagma nominal (não se pode substituir *the barbarian army* em (4) por qualquer determinante – *that, the*);
    - ii) não se podem inserir adjetivos na nominalização gerundiva (*\*John's unmotivated criticizing the book*);
    - iii) marcas de número não ocorrem com esse tipo de nominalização (*\*several of John's proofings the theorem*);

---

<sup>1</sup> Em (1), o fato de o João recusar a oferta.

<sup>2</sup> A interpretação é factiva no sentido de ser a asserção de um fato ou de uma afirmação. O autor explica que não se fotografa um fato, não se participa de um fato, nem se está presente a um fato, mas a um evento, ou a uma atividade. Por outro lado, ainda de acordo com o autor, não se escreve uma atividade, não se admite uma atividade e nem se é pego de surpresa por uma atividade, mas por um fato (cf. Fraser, 1970:84). Vendler (1967:144) é mais claro sobre a distinção entre eventualidades (eventos, para o autor) e fatos: eventos e outras eventualidades são entidades temporais e, indiretamente, espaciais; fatos e resultados, por outro lado, não se localizam no tempo ou no espaço. Em outros termos, não têm uma localização, não se movem, não se dividem e nem se espalham, não ocorrem, não acontecem e nem duram e, finalmente, não podem ser amplos ou rápidos.

<sup>3</sup> Ver Chomsky (1970) para mais exemplos.

- iv) atribuem acusativo para seu objeto direto, pois a presença da preposição *of* não é necessária (*John's criticizing the book*);
- v) podem conter auxiliares e expletivos (*John's having criticized the book*);
- b) São formadas bastante livremente a partir de proposições da forma sujeito-predicado;
- c) A relação de significado entre o nominal e a proposição é bem regular;
- d) A formação em *-ing* é morfológicamente transparente: não há outros afixos, específicos para a forma verbal do gerúndio, que possam bloquear a ocorrência da forma *-ing*;<sup>4</sup>
- e) Todos os VPs têm uma forma de gerúndio (Lees 1960:66).

Para Chomsky (1970:187), nominais gerundivos resultam da transformação gramatical de uma estrutura sentencial como [sNP *nom* (Aspect) VP]<sub>s</sub>; sua interpretação decorre das relações gramaticais da proposição subjacente em estrutura profunda (DS).

O segundo tipo de nominalizações descrito em Chomsky (1970) são os nominais derivados, como no exemplo em (6), também de Harley & Noyer (1998b:2):

- (6) The barbarian army's sudden destruction of the city upset Caesar.  
'A destruição repentina da cidade pelo exército bárbaro entristeceu Caesar.'

Seguindo a descrição em Chomsky (1970), Harley & Noyer (1998b) apontam, nas nominalizações derivadas, propriedades próprias de sintagmas nominais, como em (7):

- (7) *Nominalizações derivadas: DP's V-Nom of DP*. São sintaticamente distintas de VPs em diversas formas:
- a) Têm a estrutura interna de um NP;
    - i) o Caso do argumento tema é marcado por *of*; (*the proof of the theorem*);
    - ii) podem ser modificadas por um adjetivo, (*sudden destruction*);
    - iii) podem ocorrer com afixos de número; (*proofs, qualifications*)

---

<sup>4</sup> Este tipo de bloqueio ocorre, por exemplo, nos plurais irregulares do inglês, como *oxen*, em que uma forma específica de plural (*-en*) bloqueia a inserção da forma mais geral, (*-s*).

- iv) não permitem a presença de auxiliares ou expletivos; (\**John's having criticisms of the book*)
- b) Apresentam produtividade restrita, condicionada morfológicamente (*destroy* > *destruction*);
- c) Apresentam propriedades interpretativas idiossincráticas e opacas: as relações semânticas entre a nominalização derivada e a proposição associada a ela não são fixas, mas variam, são acidentais (cf: Chomsky 1970:189).

Finalmente, as *nominalizações mistas* de Chomsky (1970:26) , como em (9), apresentam propriedades de nominalizações derivadas, mas se formam com *-ing*, como as gerundivas.

(8) *Nominalizações mistas: DP's V-ing of DP*

- (9) His looking up of the information.  
'Sua checagem das informações.'

Para Harley & Noyer (1998b), as nominalizações mistas não são ambíguas entre uma interpretação gerundiva e uma interpretação derivada. São, na realidade, nominalizações derivadas, formadas sempre que um afixo nominalizador específico não está disponível para uma determinada raiz. O afixo *-ing* é, então, utilizado, funcionando como o afixo nominalizador *default* para o inglês.

As propriedades dos três tipos de nominalizações, descritas acima, revelam diferenças entre eles, que não se explicam, se o mesmo processo de formação for proposto para elas. Por conta disso, Chomsky (1970) propõe que as nominalizações gerundivas resultam de uma transformação gramatical a partir de uma estrutura subjacente que tem propriedades de sentença. As nominalizações derivadas, por outro lado, não podem se formar da mesma maneira e, por esse motivo, Chomsky propõe uma extensão do componente de base da gramática, para dar conta de sua formação.

Essa solução não cria um componente gerativo de formação de palavras no léxico, mas separa o léxico do componente categorial de base. De acordo com esta proposta, as

entradas lexicais podem ser neutras em termos categoriais, compondo-se de um conjunto de traços de seleção e subcategorização.

“Let us suppose, then, as a tentative hypothesis, that a great many items appear in the lexicon with fixed selectional and strict subcategorization features, but with a choice as to the features associated with the lexical categories noun, verb, adjective.” (Chomsky, 1970:190)<sup>5</sup>

A interpretação de uma entrada lexical como nome ou verbo, por exemplo, dependerá do tipo de contexto sintático em que tal item se encontrar. Aqui parece estar a origem da abordagem desenvolvida por algumas das teorias sintáticas recentes, tais como a Morfologia Distribuída de Halle & Marantz (1993).

#### **1.2.1.2 “On the Definition of Words” (Di Sciullo & Williams, 1987)**

O modelo proposto por Di Sciullo & Williams (1987), doravante DS&W, embora tomado como um modelo lexicalista, difere de outros modelos da mesma categoria pela forma como os autores propõem que o léxico deve estar organizado.

Para eles, o léxico é uma espécie de lista de objetos lingüísticos que não se conformam às regras morfológicas ou sintáticas. Com exceção do léxico, então, cada componente da estrutura gramatical tem sua própria sub-teoria da gramática com conjuntos distintos de unidades e regras de formação de predicados. Assim, as unidades do componente morfológico compõem uma lista de morfemas que se combinam por meio de regras morfológicas de formação de palavras ou de objetos morfológicos. O mesmo acontece no componente sintático, em que as unidades sintáticas se combinam por meio de regras específicas de combinação sintática, produzindo objetos sintáticos. O componente

---

<sup>5</sup> “Suponhamos, então, como hipótese de trabalho, que muitos itens apareçam no léxico com traços de seleção e de subcategorização fixos e rígidos, mas subespecificados para traços associados às categorias lexicais de nome, verbo, adjetivo.” (minha tradução)

lexical não contém uma estrutura e nenhum tipo de formação de predicados acontece neste ponto da gramática.

A denominação “lexicalista”, portanto, não se deve à sugestão de que o léxico seja um componente da mesma natureza que a morfologia ou a sintaxe, mas à absoluta separação que propõem entre o componente responsável pela formação de palavras – a morfologia – e aquele responsável pela formação de sintagmas – a sintaxe. Esta separação é o ponto central deste modelo.

A questão é que parece haver casos em que uma interação entre os dois componentes precisa ser proposta, mesmo pondo em risco a dicotomia assumida pelos autores. O que os autores dizem, então, é que estes componentes compartilham de propriedades que permitem, às vezes exigem, essa interação entre eles, ainda que bastante limitada. Em outras palavras, traços categoriais e noções tais como *tempo*, *plural*, etc, devem pertencer aos dois componentes.

Embora admitam essa interação, DS&W ressaltam que, mesmo podendo acessar os traços categoriais e a estrutura argumental de um item lexical, as regras sintáticas não dependerão do processo morfológico que tenha determinado tais propriedades do item lexical. Ainda assim, discutem casos semelhantes aos que aparecem abaixo, que desafiam a separação rigorosa entre os dois componentes. Os exemplos em (10) são palavras sintáticas (compostas de mais de uma palavra morfológica – cada uma delas determinada no componente morfológico), que exibem propriedades típicas de uma palavra morfológica<sup>6</sup>.

(10) Limpa-vidros, pára-brisa, guarda-chuva, etc (V + N)

Para dar conta desse tipo de exemplos, DS&W propõem uma regra de reanálise na periferia da gramática, que se aplica a alguns compostos, e transforma sintagmas em palavras.

---

<sup>6</sup> Os exemplos dos autores são extraídos de outras línguas românicas e alguns deles são: *essuie-glace* – V + N – (limpador de pára-brisa) e *passe-partout* – V + Adv – (chave-mestra) do francês, além de *rompi-testa* – V + N – (quebra-cabeça) e *copri-fuoco* – V + N – (toque de recolher) do italiano.

De modo geral, então, DS&W propõem um modelo que distingue o processo de formação de palavras do processo de formação de sintagmas, postulando, para cada um desses processos, um componente da gramática com operações específicas destinadas a eles. O que é surpreendente, no entanto, é que os próprios autores (DS&W:110) ressaltam algumas evidências empíricas que os levam a admitir a possibilidade de uma teoria que assuma a conjunção dos princípios sintáticos aos morfológicos:

“It is quite easy to think of approaches to these problems that give up everything. For example, suppose that in the face of syntactic words, we simply imported syntax into morphology, creating one grand science of the word/phrase, with no separation. [...] Or suppose that in the face of the facts concerning coanalyzed structures<sup>7</sup>, we introduced into syntax parts or all of morphology”.<sup>8</sup>

### 1.2.2 As Relações entre Léxico e Sintaxe: Abordagens Sintáticas

Nesta seção, apresento três outros modelos de formação de predicados que se assemelham, embora não apresentem as mesmas características fundamentais no que concerne a seu entendimento de Léxico. Em comum, todos esses modelos têm a compreensão de que, de alguma forma, processos sintáticos estão envolvidos na formação de predicados.

---

<sup>7</sup> O conceito de coanálise foi introduzido em Williams (1979). De acordo com essa noção, a uma mesma expressão, podem estar associadas, simultaneamente, tanto uma estrutura sintática, quanto uma estrutura morfológica. Como exemplo de coanálise, DS&W apontam sentenças com verbos de reestruturação do italiano tais como *Mario vuole leggere questo libro* (Mário quer ler este livro), em que, sintaticamente, o núcleo V *volere* do VP *volere leggere questo libro* tem como complemento outro VP, cujo núcleo é o V *leggere* <sub>VP</sub>[ <sub>v</sub>[volere] <sub>VP</sub>[ <sub>v</sub>[leggere] <sub>NP</sub>[questo libro]]]. Morfologicamente, no entanto, *volere* e *leggere* formam o núcleo <sub>v</sub>[ <sub>v</sub>[volere] <sub>v</sub>[leggere]].

<sup>8</sup> “É bem fácil pensar em abordagens para estes problemas que abandonam tudo. Por exemplo, suponha que, diante de palavras sintáticas, simplesmente importemos a sintaxe para a morfologia, criando uma grande ciência da palavra/sintagma, sem separação. [...] Ou suponha que, diante de fatos relacionados a estruturas coanalizadas, introduzamos, na sintaxe, a morfologia, ou parte dela.” (minha tradução).

### 1.2.2.1 Hale & Keyser (1993)

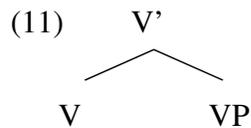
O modelo de Estruturas de Relações Lexicais (LRS – *Lexical relational structures*), proposto em Hale & Keyser (1991, 1993, 2002), doravante, H&K, sugere que a existência de tão poucos tipos de argumentos, verificada sistematicamente nas línguas naturais, se deve a um fator relativamente simples: a estrutura lexical prevê apenas três lugares para o posicionamento dos argumentos. Eles se realizam como complementos ou especificadores de um item lexical básico, ou, se um argumento legítimo não é requerido pela estrutura lexical, que requer um outro tipo de elemento, esse “argumento” é acrescentado à estrutura sintática, em [Spec, IP], por exemplo, para estabelecer uma relação de predicação com VP.

H&K propõem a existência de apenas quatro tipos básicos de itens lexicais que podem ser combinados para formar verbos monomorfêmicos. Por definição, os nomes (N), como *laugh* (risada) ou *dance* (dança), não selecionam qualquer argumento e nem requerem uma estrutura. Os verbos, por sua vez, são predicativos e, por isso, selecionam um argumento, seu complemento: [<sub>VP</sub> V XP]. Só selecionarão um especificador, para satisfazer uma relação de predicação imposta por um outro item, um adjetivo, por exemplo – [<sub>VP</sub> XP [<sub>V'</sub> V A]]. As preposições nocionais são relacionais e selecionam um complemento e um especificador: [<sub>PP</sub> XP [<sub>P'</sub> P ZP]]. Os adjetivos são predicativos e selecionam um argumento, que será projetado com a ajuda de um verbo que se associa a eles: [<sub>VP</sub> XP [<sub>V'</sub> V A]].

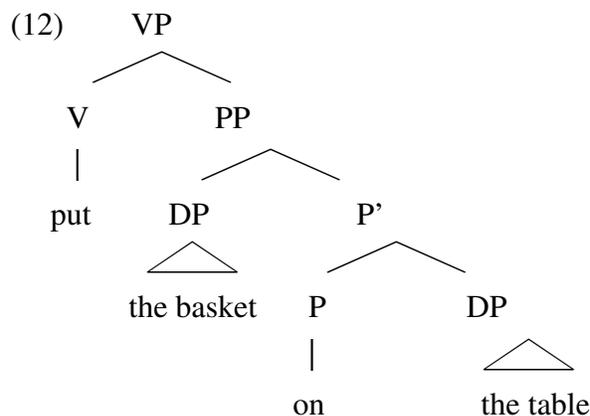
Para se realizar como verbo, um núcleo lexical deverá ser incorporado a um elemento da categoria V. As categorias desses núcleos lexicais são inseridas como complementos de um V (Vs selecionam um complemento) e se realizam superficialmente, através da incorporação de seus núcleos ao verbo que as toma como complemento.

Assim, a representação em (11) se aplica a verbos que tomam outros verbos como complementos. A interpretação semântica nesse caso, como será apontado adiante, será a

de uma eventualidade que implica outra eventualidade<sup>9</sup>, já que estamos diante de dois verbos. É uma eventualidade causando outra eventualidade.



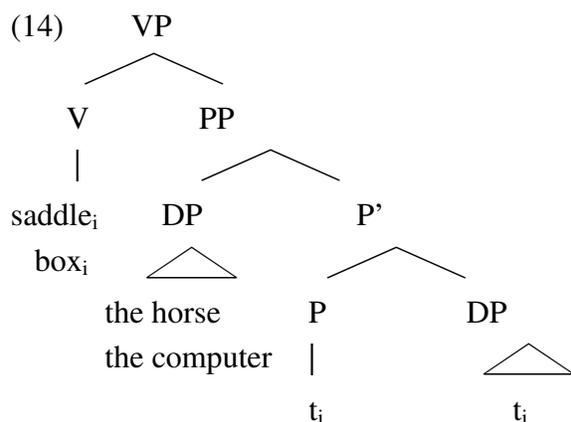
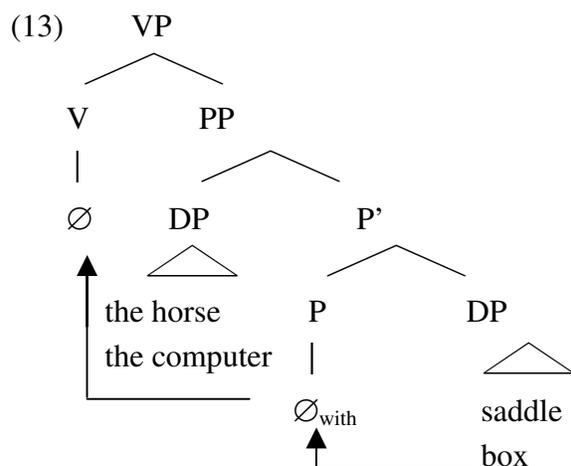
Por outro lado, o sintagma preposicional (PP) da representação em (12) projeta uma estrutura predicativa tematicamente completa, com especificador e complemento, mas não ocorre como verbo independentemente: deve ocorrer como complemento de um núcleo verbal, neste caso, *put*.



Da forma como se apresenta, esta estrutura produz verbos de mudança de localização, mas, se o núcleo verbal não se realiza foneticamente e, se um nome nu aparece como complemento de PP, a incorporação é possível e verbos como *box* e *saddle* são formados.

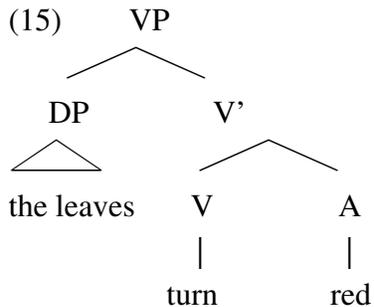
---

<sup>9</sup> H&K utilizam o termo *evento*, nesse caso. Como apontado na nota 7 da Introdução, estou utilizando o termo *eventualidade*, quando não é possível ou necessário determinar a natureza da eventualidade descrita na sentença (estado, atividade, *accomplishment* ou *achievement*). Essas noções serão detalhadas adiante.

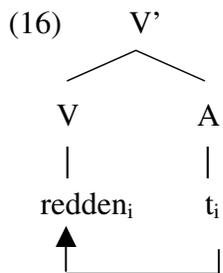


De acordo com H&K (1993), nas estruturas apresentadas em (12), (13) e (14), o argumento externo será projetado como adjunto a VP, uma vez que o especificador de PP deve ficar preso dentro da estrutura argumental lexical, por fazer parte do complemento de V.

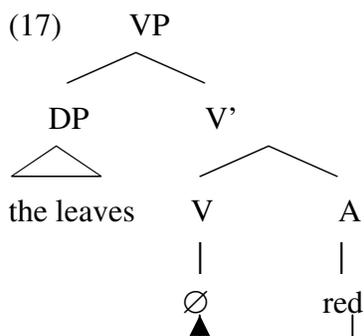
Os adjetivos não projetam argumentos, mas têm propriedades de seleção ativas e selecionam um argumento, uma vez que são predicativos da mesma maneira que os verbos. Em contexto verbal, figuram como irmãos do núcleo verbal e é este núcleo que projeta um especificador que será preenchido com o argumento do adjetivo, satisfazendo a predicação.



Paralelamente ao caso das preposições, o V cujo complemento é um adjetivo também pode ser nulo, possibilitando a incorporação, como em (16).

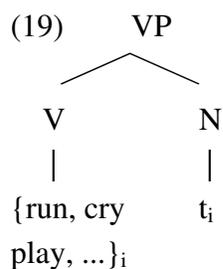
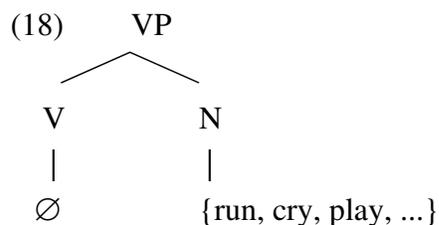


O resultado deste processo é a formação de verbos deadjetivais, do tipo incoativos inacusativos. A derivação em (17) já representa, portanto, toda a predicação.



Finalmente, o nome também pode incorporar-se ao verbo, como mostram (18) e (19), para produzir um inergativo, mas não há um sujeito nesta estrutura. Assim, um argumento externo se adjuge a VP e a estrutura formada se insere na sintaxe, como

complemento de IP, por exemplo. Uma estrutura paralela é proposta para verbos transitivos, mais particularmente, para os verbos de criação como *bake a cake* (assar um bolo) ou *build a house* (construir uma casa).



O que se apresentou acima, então, foi uma proposta de representação lexical para a estrutura argumental que se submete a princípios sintáticos. No componente lexical, que H&K chamam de sintaxe-L, os itens lexicais são decompostos em unidades atômicas básicas, que se combinam por meio de operações sintáticas de complementação e adjunção e se conformam a princípios sintáticos tais como HMC (restrição ao movimento de núcleo) ou ECP (princípio das categorias vazias).

Além disso, os casos apontados acima também mostram que H&K definiram uma propriedade comum importante para todos os tipos de verbos: em todos eles, pode-se dizer que há uma relação de implicação entre uma eventualidade representada por ( $e_1$ ), nos exemplos de (20) a (23), e uma outra noção semântica que pode ser outra eventualidade, como ( $e_2$ ), representada em (20), uma relação, como ( $r$ ), em (21), um estado, como ( $s$ ), em (22) ou uma entidade, como ( $n$ ), em (23), dependendo do tipo de complemento que o verbo

toma para si. Assim, as estruturas sintáticas apresentadas acima revelam as seguintes composições semânticas:

$$(20) \quad e_1 \rightarrow e_2$$

$$(21) \quad e \rightarrow r$$

$$(22) \quad e \rightarrow s$$

$$(23) \quad e \rightarrow n$$

(20) será a correspondente semântica para a estrutura de sintaxe-L em (11), em que uma eventualidade matriz implica uma eventualidade subordinada. (21) expressa a relação semântica representada de (12) a (14), em que uma eventualidade implica uma relação. (22) é a representação semântica para a relação de implicação que existe entre uma eventualidade e um estado, representada de (15) a (17) e, finalmente, (23) sugere que uma eventualidade implica uma entidade no sentido em que sua completude aponta para a criação, realização ou produção da entidade relevante, uma relação representada sintaticamente em (18) e (19).

### 1.2.2.2 Nominalizações de Processo e de Resultado: Grimshaw (1990)

Grimshaw (1990) sugere que as nominalizações se encaixam em duas classes distintas. A classe 1 reúne nominalizações que denotam eventualidades que a autora denomina *eventos complexos*. Sua expressão, segundo Grimshaw, se faz através de predicados dotados de uma estrutura argumental composta de uma estrutura temática e de uma estrutura aspectual<sup>10</sup>. A classe 2 reúne as outras nominalizações que não contêm uma

---

<sup>10</sup> A proposta para uma estrutura argumental composta de informações temáticas e aspectuais vem da observação de que o Experienciador é sempre mais proeminente que o Tema em predicados como *fear* e *frighten*. Apesar disso, enquanto em um predicado como *fear*, o Experienciador se realiza como sujeito, em um predicado como *frighten*, é o Tema que vai para essa posição, revelando que a realização sintática dos argumentos não reflete diretamente a proeminência temática. Para Grimshaw, está em jogo, também, um conjunto de informações de natureza aspectual, ou de eventos, que determina participantes para cada um dos subeventos do predicado.

estrutura argumental, mas implicam a existência de certos participantes. São nominalizações que denotam o que Grimshaw denomina *eventos simples*, que incluem nominalizações denotadoras de *resultados*.<sup>11</sup>

Dizer que a estrutura argumental de um predicado é composta de um conjunto de informações de natureza temática e aspectual significa dizer que somente um predicado que contenha os dois tipos de informações poderá conter uma estrutura argumental. Desse modo, apesar de conter uma estrutura temática, um predicado sem uma estrutura aspectual não terá uma estrutura argumental.

Essa observação será fundamental para a distinção que Grimshaw faz entre nominalizações de processo e nominalizações de resultado, como veremos a seguir. As nominalizações de processo contêm uma estrutura temática além de uma estrutura aspectual, enquanto que as nominalizações de resultado contêm apenas uma estrutura temática. É essa estrutura temática que as torna capazes de determinar os participantes das eventualidades que denotam, mesmo não contendo uma estrutura argumental, nos termos de Grimshaw.

Uma das diferenças apontadas entre as nominalizações e os verbos remete ao fato de que parece ser possível às nominalizações selecionar argumentos opcionalmente, enquanto os verbos não apresentam essa possibilidade. Os exemplos de (24) a (27), retirados de Grimshaw (1990:47), ilustram a comparação:

- (24) \*The doctor examined.  
'O médico examinou'
- (25) The doctor's examination (of the patient) was successful.  
'O exame do paciente pelo médico foi bem sucedido'
- (26) \*They attempted.  
'Eles tentaram'

---

<sup>11</sup> Eventos complexos envolvem uma atividade, ou processo, e um estado resultante, além de admitirem uma divisão em sub-partes aspectuais, nas palavras de Alexiadou (2001:10). Eventos simples não têm complexidade interna: denotam o processo ou estado resultante.

- (27) Their attempt (to reach the top) was successful.  
 ‘A tentativa deles de alcançar o topo foi bem sucedida’

Entretanto, o comportamento dos nomes não é tão uniforme e a autora argumenta que alguns se comportam sistematicamente como verbos, quanto à capacidade de selecionar argumentos, enquanto que outros não selecionam nenhum argumento. Essa distinção, segundo Grimshaw, tem um correlato na distinção entre processo e resultado, ou seja, entre eventualidades complexas e simples, e vem descrita a seguir.

Começo pela distinção entre os dois tipos de nominalizações, que leva em conta a presença ou ausência de uma estrutura argumental. Todos os exemplos estão em Grimshaw (1990).

- a) enquanto nominalizações de resultado, como em (28), denotam o resultado de um processo ou um elemento associado ao processo, e não selecionam argumentos, as nominalizações de processo, como em (29), denotam o processo, propriamente dito, ou uma eventualidade complexa, e selecionam pelo menos um argumento gramatical, como *the patient*<sup>12</sup>.

- (28) The examination/exam was long.<sup>13</sup>  
 ‘O exame foi longo.’
- (29) The examination/\*exam of the patient took a long time  
 ‘O exame do paciente levou muito tempo.’

---

<sup>12</sup> Grimshaw observa que mesmo nomes que denotam eventos complexos podem se comportar como nominalizações de resultado; tais nomes só atuarão como nominalizações de processo, se contiverem uma estrutura de eventos, ou seja, uma estrutura aspectual.

<sup>13</sup> A nominalização *examination* é ambígua entre a interpretação de entidade concreta, em (28), ou de eventualidade, em (29).

b) presença de modificadores como *frequente* ou *constante*, que forçam uma leitura de processo, contribui para a distinção entre as nominalizações: *expression* tem interpretação de processo em (30) e seu argumento está expresso na sentença. A ausência desse argumento em (31) resulta na má-formação da sentença.

- (30) The frequent expression of one's feelings is desirable.  
'A expressão freqüente dos sentimentos de alguém é desejável.'
- (31) \*The frequent expression is desirable.  
'A expressão freqüente é desejável.'

A ocorrência desse tipo de modificador com nominalizações ambíguas, como *examination* (ver nota 13), sugere uma estrutura de evento, ou aspectual, para essa nominalização na interpretação em que denota uma eventualidade complexa: para Grimshaw, nesse caso, tem-se uma nominalização de processo. Esse tipo de ambigüidade é bastante comum entre as nominalizações e pode complicar a aplicação dos testes para a verificação da hipótese de que nominalizações de processo se distinguem das de resultado pelo fato de somente as primeiras apresentarem uma estrutura argumental. Na realidade, para um modelo como o de Grimshaw, essa ambigüidade é bastante indesejável, já que uma mesma nominalização deverá ser tratada como de processo, em alguns contextos, e de resultado, em outros. Isso quer dizer que ela dispõe de uma estrutura argumental, se denotar um processo, mas não, se denotar um resultado.

c) um possessivo com leitura de sujeito precisa ser licenciado por uma estrutura argumental. Desta forma, sua presença força a interpretação de eventualidade complexa e somente uma nominalização que apresente uma estrutura argumental, como (32), licencia esse possessivo. Quanto a (33), pode-se dizer que a presença de um possessivo com leitura de sujeito caracteriza a nominalização como eventiva e, por isso, sua má formação se justifica pela ausência do argumento interno na estrutura.

(32) The instructor's examination of the papers took a long time.

‘O exame que o instrutor fez dos papéis demorou muito.’

(33) (\*)The instructor's examination took a long time.<sup>14</sup>

‘O exame do instrutor demorou muito.’

d) a presença de adjetivos orientados para o agente em sentenças com um possessivo, faz do próprio possessivo um agente e força a leitura de eventualidade complexa: nesses casos, o sintagma *of (...)* satisfaz a estrutura argumental da nominalização, como se tem em (34). Também nesse caso, a impossibilidade de (35) se explica pela insatisfação da estrutura argumental da nominalização eventiva em questão.

(34) The instructor's intentional examination of the papers took a long time.

‘O exame que o instrutor fez dos papéis demorou muito.’

(35) \*The instructor's intentional examination took a long time.<sup>15</sup>

‘O exame intencional do instrutor demorou muito.’

e) sintagma *by (...)* com leitura de sujeito, ou seja, com valor argumental, só ocorre em nominalizações de processo, como (36). O exemplo em (37) tem a estrutura argumental não-satisfeita e, por isso, é agramatical. Em nominalizações de resultado, como (38), o sintagma *by* tem leitura não argumental: funciona como um simples modificador.

(36) The destruction of the city by the enemy.

‘A destruição da cidade pelo inimigo.’

(37) \*The destruction by the enemy.

‘A destruição pelo inimigo.’

(38) Pine Tree Hollow – a development by Home Associates.

---

<sup>14</sup> Grimshaw ressalta o fato de que (33) é bem formada na interpretação de nominalização de resultado, em que o possessivo é um modificador associado ao nome. A mesma sentença, no entanto, é impossível na leitura em que o possessivo é o sujeito da nominalização.

<sup>15</sup> Neste exemplo, somente a leitura de resultado é possível, como apontado na nota 14, e, por isso, um adjetivo apontado para o agente, que força a leitura de processo, não pode ocorrer na sentença.

Piner Tree Hollow – uma realização de Home Associates.

Quanto à presença ou ausência de uma estrutura argumental, então, a autora conclui que nominalizações interpretáveis como eventos complexos têm uma estrutura argumental, composta de informações temáticas e aspectuais, que deve ser satisfeita, enquanto as nominalizações de resultado apenas implicam a existência de participantes para as cenas em que ocorrem, por fornecerem informações de natureza temática sobre o predicado. Além disso, a autora também observa que as nominalizações em *-ing* se comportam como nominalizações de processo, ou seja, denotam eventualidades complexas.

Grimshaw (1990) aponta outras diferenças entre nominalizações de processo e resultado, que têm a ver como o sistema determinante.

f) os determinantes indefinidos, o numeral *one* e o demonstrativo *that* são compatíveis apenas com nominalizações de resultado, como (39); o exemplo em (40) é um caso de nominalização de processo. Isso mostra que somente *the* é compatível com os dois tipos de nominalização;

(39) They studied the/an/one/that assignment.

‘Eles estudaram a/uma/uma/aquela tarefa.’

(40) They observed the/\*an/\*one/\*that assignment of the problems.

‘Eles observaram a/\*uma/\*uma/\*aquela atribuição dos problemas.’

g) nominalizações de resultado, como (41), têm plural, mas as de processo, como (42), não;

(41) The assignments were long.

‘As tarefas foram longas.’

(42) \*The assignments of the problems took a long time.

‘As atribuições dos problemas tomaram muito tempo.’

h) Somente as nominalizações de resultado, como (43) podem ser predicativas; o mesmo não ocorre com nominalizações de processo, como (44):

- (43) That was the/an assignment.  
‘Aquela foi a/uma tarefa.’
- (44) \*That was the/an assignment of the problems.  
‘Aquela foi a/uma atribuição do problema.’

Grimshaw observa, também, que as propriedades do sistema determinante que caracterizam as nominalizações de processo mais uma vez se repetem nas nominalizações com *-ing*, que só permitem o determinante definido, não pluralizam e não ocorrem predicativamente.

Além das diferenças em relação à estrutura argumental e às propriedades do sistema determinante, diferenças aspectuais entre os dois tipos de nominalizações, também são apontadas em Grimshaw (1990).

i) Somente as nominalizações de processo, como (45), admitem controle de argumento implícito; sem uma estrutura argumental, nominalizações de resultado, como (46), não podem controlar um argumento implícito:

- (45) The examination of the patient in order to determine whether...  
‘O exame do paciente para determinar se ...’
- (46) \*The examination in order to determine whether...  
‘O exame para determinar se ...’

j) Modificadores aspectuais só ocorrem com nominalizações de processo, como em (47) e são os mesmos admitidos com seus correspondentes verbais, como se pode ver de (48) a (50).

- (47) The total destruction of the city in only two days appalled everyone.  
‘A destruição total da cidade em apenas dois dias chocou todo mundo.’
- (48) \*The total destruction of the city for two days appalled everyone.  
‘A destruição total da cidade por dois dias chocou todo mundo.’
- (49) The bombing destroyed the city in only two days.  
‘O bombardeio destruiu a cidade em apenas dois dias.’
- (50) The bombing destroyed the city \*for two days.  
‘O bombardeio destruiu a cidade \*por dois dias.’

Grimshaw ressalta que alguns nominais podem denotar eventualidades e não se comportar como nominalizações que denotam eventualidades complexas. Alguns exemplos são *race*, *trip* ou *exam*. Nesses casos, as eventualidades denotadas também ocorrem, levam tempo, mas são de natureza distinta das eventualidades complexas, como mostra (51), que não aceita nenhum tipo de modificador aspectual.

- (51) \*Jack’s trip in five hours/for five hours  
‘viagem de Jack em cinco horas/por cinco horas’

A distinção entre as duas categorias está na análise semântica da estrutura interna da eventualidade, possível para as eventualidades complexas, mas não para as simples, que, na maioria das vezes, apresentam as mesmas propriedades dos nominais de resultados<sup>16</sup>: só as eventualidades complexas conterão uma estrutura aspectual interna, necessária ao controle da eventualidade, e capaz de licenciar modificadores aspectuais.

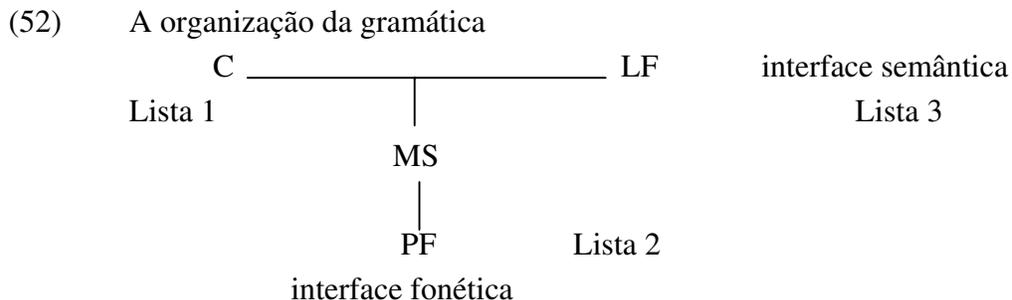
---

<sup>16</sup> Grimshaw (1990:59) ressalta que nominalizações que denotam eventualidades simples têm as mesmas propriedades que as nominalizações de resultado no que concerne ao sistema determinante (*that trip/those trips took three weeks*), só admitem a presença de *frequent* e *constant*, se estiverem no plural (*\*the frequent trip was a nuisance / the frequent trips were a nuisance*), ocorrem com modificadores opcionais, mas não com argumentos (*my trip (to London)*) e não admitem o controle de evento (*\*that trip in order to...*).

### 1.2.2.3 O Modelo da Morfologia Distribuída

Em geral, a arquitetura da faculdade da linguagem inclui um Léxico, do qual são extraídos constituintes básicos que serão manipulados na sintaxe. Para os lexicalistas, as palavras são criadas no léxico por meio de processos distintos dos processos sintáticos, que combinam morfemas e palavras. A sintaxe, então, trabalha com palavras internamente complexas e não com unidades atômicas, não analisáveis.

O modelo de Morfologia Distribuída (DM) de Halle & Marantz (1993) (cf. também Marantz 1997) explode o léxico e o substitui por listas distribuídas pelos componentes da gramática. Há operações que produzem palavras, distribuídas entre os vários componentes da gramática. Algumas são fonológicas, enquanto que outras ocorrem dentro de um componente morfológico (Estrutura Morfológica, MS) e outras, ainda, ocorrem na sintaxe. A organização da gramática pode ser representada como (52), que mostra a explosão do léxico e sua substituição por três listas distintas.



Por ser a provedora do material que será manipulado pela sintaxe, a lista 1 pode ser tomada como a substituta direta do Léxico. É chamada de *Léxico reduzido*. Essa lista contém as raízes atômicas da língua, além de feixes de traços gramaticais. É, assim, determinada pela Gramática Universal e, talvez, por princípios específicos de cada língua. A sintaxe, ou o sistema computacional (C), manipula esse feixe de traços, aplicando-lhe as operações sintáticas previstas por esse sistema, que termina na Forma Lógica (LF). Os nós

terminais de uma estrutura são, portanto, feixes de traços formais, sintáticos e semânticos, desprovidos de qualquer conteúdo fonológico ou idiomático.

No caminho para a interface com LF, a estrutura sintática se ramifica e envia parte desse conjunto de traços para a estrutura morfológica (MS) e, em seguida, para a forma fonética (PF). Em algum lugar no caminho entre esses dois níveis, os traços da derivação se realizam com a *inserção*, nos nós terminais, de formas morfológicas e fonológicas, previstas por um conjunto denominado *Vocabulário*, que constitui a lista 2. Uma operação denominada *Spell-out* associa itens de vocabulário, ou seja, informações fonológicas a morfemas abstratos ou nós terminais. O caso mais simples é aquele em que a relação entre os itens de vocabulário e os morfemas é de um para um. Neste caso, o único item de vocabulário é associado ao morfema correspondente. Diversos fatores podem alterar essa relação, no entanto: fissão de morfemas, remoção de traços morfossintáticos por empobrecimento ou deslocamentos locais de itens de vocabulários por concatenação de morfemas, além de inserção pós-sintática de morfemas dissociados. A aplicação de *Spell-out* a morfemas-f (do tipo funcional), por exemplo, pode gerar uma competição entre os itens de vocabulário dotados de conteúdo fonológico compatível com o morfema. Enquanto os traços formais do morfema são completamente especificados, os do item de vocabulário são subespecificados em vários graus. A competição insere o item mais completamente especificado cujos traços sejam compatíveis com aqueles do morfema. Por exemplo, na formação do plural de *ox* em inglês (*ox* \_\_ ) um traço [pl] se realizará como *-en*. Se nenhuma forma específica particular for consistente com o traço em determinado contexto, uma forma *default*, como *-s*, por exemplo, é inserida. Além da especificidade, a hierarquia de traços também pode afetar a disputa de itens para inserção (cf. Noyer 1992 e Harley 1994). Uma vez inseridos, os itens de vocabulário são sujeitos a regras fonológicas e morfológicas.

Além do *Léxico reduzido* (lista 1) e do *Vocabulário* (lista 2), uma *Enciclopédia* (lista 3) liga os *Itens de Vocabulário* a seus significados. Esta lista define sentidos especiais

para determinadas raízes, dependendo do contexto sintático dessas raízes, dentro de um domínio local definido sintaticamente pela projeção de um núcleo sintático.

O fato de que MD é uma proposta teórica relativamente recente explica a existência de questões internas ao modelo, que ainda precisam ser solucionadas. Algumas delas são a) quanto há de informação sobre as raízes no *Léxico reduzido*?, b) a forma fonológica das raízes faz parte do *Vocabulário*? e c) de que maneira a escolha de uma raiz a partir do *Léxico reduzido* ou a partir do *Vocabulário* pode contribuir para a interpretação semântica? Os trabalhos desenvolvidos dentro desse modelo, portanto, poderão contribuir para que alguns desses problemas sejam solucionados.

#### **1.2.2.4 Nominalizações e a Morfologia Distribuída: Marantz (1997)**

Buscando uma atualização de Chomsky (1970), em termos de Chomsky (1995a), Marantz (1997) sugere que nominalizações como *destruction* (destruição) e *growth* (crescimento), em (53) e (54), respectivamente, em oposição às nominalizações gerundivas, não foram verbos em nenhum estágio de suas derivações<sup>17</sup>, eliminando uma possível relação de transformação entre os DPs desses exemplos e as orações bem formadas de (55), (57) e (58). Os exemplos são de Marantz (1997:213 e215)

- (53) John's destruction of the city.  
'A destruição da cidade pelo John.'
- (54) The tomatoes' growth.  
'O cultivo dos tomates.'
- (55) that John destroyed the city  
'que o John destruiu a cidade'
- (56) \*that the city destroyed

---

<sup>17</sup> Uma visão que difere de Vendler (1967:131), como mencionado na seção 1.2.1.1, que trata as nominalizações gerundivas como nominais “imperfeitos” e as nominalizações derivadas e mistas como nominais “perfeitos”, tentando indicar, pela denominação, que o processo de transformação de um verbo em nome, presente no dois casos, foi incompleto no primeiro caso e completo no segundo.

- ‘que a cidade destruiu’  
 (57) that John grows tomatoes  
 ‘que o John cultivava tomates’  
 (58) that tomatoes grow  
 ‘que tomates são cultivados’

Marantz assume que o estatuto categorial das unidades atômicas,  $\sqrt{\text{raízes}}$ <sup>18</sup>, constantes da lista 1, ou do *Léxico reduzido*, não se define dentro desse domínio. Assim, raízes como  $\sqrt{\text{DESTROY}}$  (destru-) e  $\sqrt{\text{GROW}}$  (cresc-) são neutras em relação às categorias lexicais, N ou V, por exemplo. A localização sintática dessas raízes definirá seu estatuto categorial: em contextos nominais serão nominalizações, enquanto que em contextos verbais, serão verbos.

Assim, se  $\sqrt{\text{GROW}}$  em (57) é um transitivo agentivo, isso se deve ao fato de que a categoria que estabelece o contexto verbal em que essa raiz está inserida projeta esse elemento agentivo, causativo. A raiz, propriamente dita, não tem argumento agente.

Com base em Levin & Rappoport-Hovav (1995), Marantz (1997) propõe três classes de raízes que denotam, respectivamente, mudança de estado provocada por causa ou agente externo ( $\sqrt{\text{DESTROY}}$ ), mudança de estado provocada internamente ( $\sqrt{\text{GROW}}$ ) e resultado de uma mudança de estado ( $\sqrt{\text{BREAK}}$  (quebr-)). Propõe, ainda, a existência de dois tipos de categorias funcionais –  $v1$  e  $v2$  – capazes de transformar raízes em verbos. Apenas uma delas,  $v1$ , projeta um agente.

Com essa proposta, o autor explica o contraste entre (55) e (56), em que  $\sqrt{\text{DESTROY}}$  ocorre em contexto verbal: o exemplo em (55) sugere que  $v1$  está presente na representação<sup>19</sup>; a má formação de (56), por sua vez, pode se dever a uma provável incompatibilidade entre  $v2$ , que não projeta um agente, e raízes verbais do tipo de

---

<sup>18</sup> A notação é de Pesetsky (1995).

<sup>19</sup> Veja adiante, em (62), a representação proposta para (55).

$\sqrt{\text{DESTROY}}$ , que denotam uma mudança de estado provocada por agente ou causa externa. O uso nominal de  $\sqrt{\text{DESTROY}}$ , por sua vez, se obtém através da operação conectar, que se aplica a essa raiz e a D, como em (59), retirado de Marantz (1997:217):

(59) [D D [ $\sqrt{\text{DESTROY}}$   $\sqrt{\text{DESTROY}}$  the city]]

A interpretação agentiva do DP em (59) é evidente, como mostra (53), mas não pode depender da aplicação da operação conectar entre uma categoria como  $v1$  e esse DP. Se fosse assim, a má-formação de (60) não poderia ser explicada de modo sistemático, segundo o autor, uma vez que esse procedimento também se aplicaria a outros contextos de nominalização. Assim, conectando-se  $v1$  à raiz  $\sqrt{\text{GROW}}$ , deveríamos ter a boa formação de (60), contrariamente aos fatos:

(60) \*John's growth of tomatoes.  
'O cultivo dos tomates pelo John'

Dessa forma, embora nominalizações como *destruction* expressem seu agente causador por meio de um possessivo, será fundamental não associar esse elemento ao tipo de agente projetado por  $v1$ . O agente de *destruction*, expresso por um possessivo, está na definição de uma eventualidade que tem uma causa externa<sup>20</sup>. Isso equivale a dizer que a raiz  $\sqrt{\text{DESTROY}}$  tem um tipo de agentividade tratado como *agentividade enciclopédica*, que resulta de nosso conhecimento de mundo, em última instância. Por outro lado, Marantz (1997:219) sugere que o agente expresso por *destroy* seja projetado por  $v1$ , uma categoria funcional que verbaliza raízes e ocorre na representação de sentenças como (61), que se vê em (62):

---

<sup>20</sup> Sobre a noção de agentividade enciclopédica e de agentividade sintática, ou gramatical, veja nota 11, capítulo III.

- (61) Jonh destroyed the city.  
 (62) [<sub>v1</sub> v1 [<sub>√DESTROY</sub> √DESTROY the city]]

Diferentemente de *desctruction*, o autor sugere que uma nominalização do tipo de *destroying* em (63) também possa exibir a categoria *v1* em sua representação, como apontado em (64), que contém um contexto verbal (*v1*) e um contexto nominal (D)<sup>21</sup>. Esse tipo de nominalização é realmente formado de verbos; entretanto, trata-se de um processo sintático.

- (63) John's destroying the city.  
 (64) [<sub>D</sub> D [<sub>v1</sub> v1 [<sub>√DESTROY</sub> √DESTROY the city]]] idem

A raiz  $\sqrt{\text{GROW}}$ , por sua vez, exibe um comportamento diferente de  $\sqrt{\text{DESTROY}}$ , participando de dois usos verbais distintos, como foi visto através da alternância entre as formas transitiva, em (57), e intransitiva, em (58). O verbo *grow* é formado a partir de um membro de uma classe de raízes que denotam uma mudança de estado causada internamente. A ausência de um agente ou causa externos em  $\sqrt{\text{GROW}}$  pode explicar a alternância mencionada: em seu uso transitivo, *v1* será conectado à raiz e projetará o agente. Quanto a seu uso intransitivo, contrariamente ao que ocorre com  $\sqrt{\text{DESTROY}}$ , no caso de  $\sqrt{\text{GROW}}$ , não haverá incompatibilidade entre uma categoria funcional que não projeta um agente externo, *v2*, e uma raiz que não prevê a presença desse agente externo, ou seja, que não dispõe de agentividade enciclopédica.<sup>22</sup>

Marantz, (1997:219) aponta, ainda, que, por não prever a presença de um agente ou causa externos, a raiz  $\sqrt{\text{GROW}}$  não aceitará o argumento agente para o possessivo, como foi visto em (60). Esse comportamento de  $\sqrt{\text{GROW}}$  difere de  $\sqrt{\text{DESTROY}}$ , em seu uso

<sup>21</sup> Marantz sugere que pode haver mais núcleos entre D e *v1*, talvez o que vai abrigar o morfema *-ing*.

<sup>22</sup> Veja nota 11 do capítulo III

nominal. Somente (54), repetida abaixo como (65), e (66) serão possíveis, e suas representações serão como (67):

- (65) the tomatoes growth.
- (66) the growth of tomatoes.
- (67) [<sub>D</sub> D [<sub>√</sub>GROW <sub>√</sub>GROW the tomatoes]]

Vimos, assim, nesta seção e na anterior, uma proposta de organização da gramática que argumenta em favor da explosão e espalhamento do léxico pelos componentes dessa gramática e a aplicação dessa proposta diretamente aos casos de nominalizações do inglês.

#### 1.2.2.5 Sumário e Discussão

As propostas descritas acima, nas seções 1.2.1.1 e 1.2.1.2, sempre foram tomadas como representativas da Hipótese Lexicalista para a formação de predicados, como já apontamos anteriormente. No entanto, leituras mais recentes dos mesmos textos (Marantz 1997:214/215, Megerdoomian 2002) sugerem que Chomsky (1970) tenha sido mal interpretado na literatura e que a noção de “lexicalismo” que se apresenta naquele trabalho difere fundamentalmente da forma como entendemos hoje esse termo. O que se propõe em Chomsky (1970) é a redução do poder do componente transformacional, e não a criação de um léxico computacional poderoso. Megerdoomian (2002:13) aponta que uma evidência para isso é o fato de que o modelo teórico da MD, que elimina a noção tradicional de léxico como um componente da gramática, pode ser considerado como a conclusão lógica de “Remarks on Nominalizations”.

Quanto ao segundo modelo discutido acima, os próprios autores (DS&W) apontam que uma teoria diferente, que reúna em um só componente os princípios sintáticos e morfológicos talvez permitisse que um grande número de dados fossem analisados, sem

que se lançasse mão de uma explicação em termos de uma regra que se aplica na periferia da gramática.

Temos, assim, dois modelos importantes de gramática que, supostamente, se classificam como modelos lexicalistas de formação de predicados, analisados sob uma ótica diferente. Sob esse ponto de vista, nem mesmo esses modelos prevêem um componente lexical para a gramática, que seja estruturado e tenha suas próprias regras de combinação. No máximo, tais modelos tomam o léxico como uma lista de entradas lexicais, marcados por traços de seleção e subcategorização.

O modelos discutidos nas seções de 1.2.2.1 a 1.2.2.4, como já vimos, diferem entre si em sua concepção de léxico, mas apresentam em comum o fato de admitirem a interferência de processos sintáticos na formação de predicados. De alguma forma, todos os modelos acabam se aproximando, no sentido em que todos eles admitem a atuação de princípios sintáticos nos processos de formação de palavras.

Nesta tese, procurarei demonstrar, dentro do domínio das CVLs com *dar* no PB, que o modelo da MD, considerado uma evolução natural de “Remarks on Nominalizations”, pode dar conta dos fatos que apresentarei, em particular, no que diz respeito às nominalizações.

### **1.2.3 A Descrição das Eventualidades Expressas Lingüisticamente**

O objetivo principal da pesquisa lingüística sobre eventos tem sido a determinação de uma tipologia que identifique um número reduzido de tipos de eventualidades, de acordo com os quais todos os outros poderão ser classificados. De caráter mais descritivo que explanatório, na opinião de Rosen (1999), as propostas de classificação têm sua importância assegurada, na medida em que foram capazes de identificar as propriedades básicas das eventualidades que devem ser representadas.

Além disso, a relação entre Léxico, Sintaxe e Semântica também está presente em vários aspectos da pesquisa sobre a descrição das eventualidades tal como codificadas pelas

línguas naturais. Por esse motivo, reservo esta seção para a descrição de algumas propostas que pretendem indicar o componente da gramática em que as propriedades identificadas por essa descrição devem ser codificadas: no léxico, na semântica ou na sintaxe.

### **1.2.3.1 A Abordagem Lexical: a Classificação dos Verbos em Categorias Aspectuais – de Vendler (1967) a Smith (1991)**

A classificação de verbos baseada em tipos de eventos e introduzida por Aristóteles<sup>23</sup> apresenta duas classes fundamentais: *estados* e *eventos*. Verbos de *estado*, também chamados de *atualidades*, expressam a existência de uma situação. Verbos de *eventos* expressam processos, de um modo geral.

A classe dos verbos de eventos pode, ainda, se subdividir em outras duas e a distinção entre elas depende da existência ou não de uma idéia de fim ou ponto de culminância inerente ao significado do verbo que denota este evento. Assim, verbos de eventos podem ser verbos de *ação* ou de *movimento*. Um verbo de *ação* tem, em seu significado, a idéia de fim ou de culminância de um processo. Um verbo de *movimento*, por outro lado, expressa um processo incompleto, um evento a que falta fim ou ponto de culminância.

O trabalho de Vendler (1967) retoma essa classificação, relacionando-a a quatro classes de predicados nas línguas naturais. Antes dele, Ryle (1949) e Kenny (1963) já haviam adotado a descrição de Aristóteles, elaborando-a para apresentar uma proposta de classificação dos predicados verbais. Depois de Vendler (1967), muitas outras propostas semelhantes para a classificação de verbos podem ser localizadas na literatura (Taylor 1977, Dowty 1979, Smith 1991).

---

<sup>23</sup> J. Barnes editou a obra completa de Aristóteles em Aristotle (1984).

De acordo com Vendler (1967), todos os verbos podem ser agrupados em quatro classes que denotam *estados*, *atividades*, *accomplishments* e *achievements*<sup>24</sup>. Essas classes definem o aspecto situacional, ou a *Aktionsart*, de um verbo. Em termos aristotélicos, os *estados* são denotados pelos verbos de *atualidades* e as *atividades* são expressas pelos verbos de *movimento*. A classificação de Vendler (1967) expande, por assim dizer, a classificação aristotélica no que concerne aos verbos de *ação*, visto que apresenta uma outra subdivisão para essa classe. Para esse autor, os verbos de *ação* de Aristóteles podem expressar dois tipos diferentes de processos com fim ou culminância inerentes: em um deles a culminância é instantânea – verbos de *achievement* – e no outro, é possível identificar a duração de um processo que leva a essa culminância – verbos de *accomplishment*.

De modo geral, então, as classes de verbos podem ser assim definidas: os *estados* denotam uma eventualidade (cf. nota 7 na Introdução) que não é uma ação e nem um movimento, e que se mantém por um determinado intervalo de tempo, como no exemplo em (68):

(68) Pedro lembra o pai dele.

As *atividades*, expressas por sentenças como (69), são eventualidades diferentes dos estados, pois tem natureza de evento, já que denotam um processo expresso por um verbo de movimento. Elas ocorrem durante um certo tempo, mas não terminam, necessariamente, em um ponto definido:

(69) Pedro nada bem.

---

<sup>24</sup> Os termos *accomplishment* e *achievement* serão explicados e exemplificados abaixo, mas não serão traduzidos para o português.

Os *accomplishments* e os *achievements* também são eventualidades do tipo de eventos, mas diferem das atividades por terem um ponto final inerente; a diferença entre eles está no fato de que eventualidades do tipo de *accomplishments* ocorrem em direção a este ponto final inerente, como expressa a sentença em (70), enquanto que eventualidades como *achievements* ocorrem em um único momento, como em (71).

(70) Pedro desenhou uma bola.

(71) Pedro caiu.

Enquanto os trabalhos pioneiros de Aristóteles, Ryle (1949) e Vendler (1967), e outros como Bach (1986) assumiam o verbo como o objeto da classificação proposta, trabalhos mais recentes, como os de Verkuyl (1972, 1993), Dowty (1979, 1991) e Tenny (1994), mostram que as propriedades dos objetos, adjuntos e outros elementos da oração contribuem para determinar o tipo de eventualidade descrito pela sentença como um todo: muitos verbos têm comportamento variável, dependente de contexto, e não aceitam uma classificação rigorosa em termos das quatro categorias aspectuais propostas por Vendler (1967)<sup>25</sup>.

Castilho (1968) observa que o aspecto verbal oferece campo fértil à elaboração de teorias lingüísticas e ressalta que essa propriedade dificulta o esclarecimento da questão, por conta da variedade de estudos e convicções que se formam em torno da noção de aspecto. O autor considera o aspecto uma categoria léxico-sintática que se caracteriza pela

---

<sup>25</sup> Maria José Foltran (comunicação pessoal) me apontou que pode ser uma crítica injusta dizer que Vendler (1967) leva em consideração apenas o item lexical, para determinar o tipo de eventualidade denotada pela expressão lingüística, enquanto alguns autores que vieram depois dele mostram que outros termos da oração podem contribuir para essa determinação. Ela lembra que é de Vendler a classificação de *correr* como atividade e de *correr uma milha* como *accomplishment*, o que indica que, de certa forma, ele já contemplava, embora não explicitamente, a questão de que a classificação deve levar em conta todo o VP.

interação entre o sentido que a raiz do verbo ou do substantivo<sup>26</sup> contém e os elementos sintáticos tais como adjuntos adverbiais, complementos e tipo oracional.

Verkuyl (1972) também reconhece os efeitos dessa interação e apresenta um amplo estudo sobre os efeitos da quantidade denotada pelos argumentos do verbo sobre a *Aktionsart*<sup>27</sup> da predicação de que esse verbo faz parte. As sentenças em (72) e (73), por exemplo, são expressões lingüísticas que denotam eventualidades do tipo de evento (em oposição a estado), ou seja, há um processo descrito por cada uma dessas sentenças.

(72) Pedro construiu cinco casas.

(73) Pedro constrói casas.

No entanto, em (72), tem-se a expressão de uma eventualidade do tipo de *accomplishment*, visto que é possível identificar um fim inerente associado ao processo denotado por essa sentença. (73), por sua vez, denota uma atividade, pois é a expressão de um processo ao qual não se associa a noção de culminância.

Outro fator que pode influenciar a determinação da *Aktionsart* de uma predicação é a presença de nomes contáveis ou de nomes de massa na estrutura argumental dessa predicação.

---

<sup>26</sup> Castilho (1968) não discute o aspecto dos substantivos deverbiais, mas entende que o fato de que autores como Charles Bally, *apud* Castilho (1968), tenham encontrado traços aspectuais nesses substantivos comprova a importância da raiz como gerador da noção de aspecto.

<sup>27</sup> Os estudos sobre aspecto concentravam-se, em alguns casos, nos traços aspectuais da raiz do verbo ou do substantivo e, em outros, nos traços de mesma natureza presentes nas flexões e perífrases. No primeiro caso, portanto, tratavam de realidades lexicais e, no segundo, de realidades morfo-sintáticas. Castilho (1968:40) relata que, para caracterizar essas duas vertentes da noção de aspecto, foram introduzidos os termos aspecto (*Aspekt*) e modo de ação (*Aktionsart*). O primeiro compreende o problema do aspecto de forma pouco ampla, reduzindo “as noções aspectuais a uma bipolaridade, segundo a ação dure (imperfectivo) ou se complete (perfectivo)”. O termo *Aktionsart*, por sua vez representa uma compreensão mais ampla das noções aspectuais, “englobando e ultrapassando a bipolaridade que caracteriza o aspecto”. O autor aponta, ainda, que a tradução de *Aktionsart* por *aspecto*, nas línguas românicas, deixando o termo *Aspekt* sem tradução trouxe grande confusão entre noções relacionadas a níveis lingüísticos distintos.

- (74) Pedro tomou suco de laranja.  
(75) Pedro tomou um copo de suco de laranja.

(74) é a expressão de uma atividade, pois descreve uma eventualidade que se desenvolveu em um determinado intervalo de tempo, mas que, por si só, não aponta para um ponto final. (75), por outro lado, denota um *accomplishment*, já que a expressão *um copo de suco de laranja* é capaz de determinar o ponto final desta eventualidade.

Assim, eventualidades do tipo de evento, mais particularmente *accomplishments* e *achievements*, são expressas por sentenças em que nomes contáveis preenchem as posições de argumentos de um certo predicado, enquanto eventualidades do tipo de *estado* ou *atividade* resultam da presença de nomes de massa nas posições de argumentos dos predicados.

Smith (1991) expande ainda um pouco mais a classificação proposta por Vendler (1967). A autora sugere cinco classes distintas para as eventualidades expressas pelas sentenças das línguas naturais. Tais classes se definem por um conjunto de propriedades temporais composto por *estaticidade*, *dinamicidade*, *instantaneidade*, *duração*, *telicidade* e *atelicidade*. A combinação dos traços semânticos apontados nos pares *estático/dinâmico*, *instantâneo/durativo* e *télico/atélico* define as classes de eventualidades.

Uma primeira distinção se faz entre estados e eventos, de uma forma geral<sup>28</sup>, exatamente como nos modelos anteriores. As sentenças abaixo servirão de exemplos para a verificação dos parâmetros:

- (76) Bruno ama Rafaela.  
(77) Bruno escreveu algumas cartas.  
(78) Bruno escreveu a carta.  
(79) Bruno terminou o dever de casa.

---

<sup>28</sup> Eventos, aqui, incluem atividade, *accomplishments* e *achievements*, já mencionados acima, além de semelfactivos, que definirei em seguida.

(80) Bruno tossiu muito ontem.

Os estados, como (76), são estáticos, por ocorrerem em um período único indiferenciado, e, mais importante que isso, por constituírem uma eventualidade de natureza diferente das atividades e dos eventos, que são dinâmicos, pois consistem de estágios sucessivos que ocorrem em momentos diferentes (cf. (77) - (80)). Além disso, o traço dinamicidade tem dois tipos de correlatos lingüísticos: eventualidades dinâmicas podem ter agentes, que são fontes de energia e volição, e podem ser tomadas como habituais (Smith 1991:40-41).

As eventualidades podem ser durativas ou instantâneas. Os estados, representados por sentenças como (76), são sempre durativos, enquanto que as atividades e os eventos podem ser durativos, como as eventualidades denotadas por (77) ou (78), ou instantâneos, como aquelas denotadas por (79) e (80).

Finalmente, as eventualidades do tipo de estados serão sempre atélicas e as outras (atividades e eventos) podem ser atélicas (cf. (77) e (80)) ou télicas (cf. (78) e (79)). Para Smith, uma eventualidade télica contém uma mudança de estado que constitui seu resultado ou alvo. A eventualidade se completa, quando o alvo é atingido e a mudança de estado se concretiza. É um limite final natural, intrínseco à eventualidade. Uma eventualidade atélica, por outro lado, não tem esse limite final intrínseco, constituindo-se em um processo sem culminância. Não há resultado, nenhum alvo é atingido. Ao contrário das eventualidades télicas, que têm um limite final natural, as atélicas só podem ter um limite final arbitrário e, assim, poderão ser interrompidas a qualquer instante.

O modelo proposto por Smith (1991) prevê, assim, a existência de cinco categorias aspectuais definidas como em (81), abaixo:

(81)	a. estado	[estático, durativo, atélico]
	b. atividade	[dinâmico, durativo, atélico]
	c. <i>accomplishment</i>	[dinâmico, durativo, télico]
	e. <i>achievement</i>	[dinâmico, instantâneo, télico]

d. *semelfactivo*<sup>29</sup> [dinâmico, instantâneo, atélico]

A atribuição de propriedades concretas ou abstratas, posse, locação, crença e outros estados mentais e a descrição de hábitos podem exemplificar as eventualidades denominadas *estados*. São situações que se mantêm por um momento ou por um intervalo de tempo, sendo, portanto, estáticas e durativas. Alguns exemplos são *estar em Campinas, acreditar em Deus, ser comum, pensar (acreditar) que é feliz*, entre outros. Como constituem um período único, indiferenciado, os estados não têm estrutura interna, e não apresentam, assim, limites iniciais ou finais. Na verdade, se for possível identificar o momento em que um estado passa a ser verdadeiro, como em (82), esse momento, um limite inicial, não fará parte desse estado, mas de uma outra eventualidade que tenha esse estado como resultado. O mesmo pode ser dito do limite final ou do momento em que um estado deixa de existir, como em (83). Os estados são, por assim dizer, atélicos.

(82) Bruno passou a acreditar em Deus.

(83) Bruno parou de acreditar em Deus.

Atividades são realizadas lingüisticamente por expressões tais como *empurrar o carrinho, dormir, rir, pensar sobre a vida*, entre outras. Diferentemente dos estados, as atividades têm uma estrutura interna; não constituem um período único, indiferenciado. São, exclusivamente, processos que envolvem atividade física ou mental e seus traços temporais são dinamicidade, duratividade e atelicidade. Só podem ter um limite final arbitrário, independente de sua estrutura. Atividades podem ser interrompidas, mas não se completam, justamente por não terem um limite final natural. A ocorrência de uma expressão adverbial do tipo de *por uma hora* ou *do meio-dia às seis*<sup>30</sup> em sentenças que

---

<sup>29</sup> O termo *semelfactivo* vem do latim *semel* (uma vez) e é usado na lingüística das línguas eslavas para remeter a um sufixo que indica um evento singular.

<sup>30</sup> Essas expressões constituem limites explícitos independentes.

denotam atividades, como em (84), altera as propriedades do predicado, produzindo uma sentença com traços de telicidade, que se caracteriza, portanto, como um *accomplishment* derivado, como o que se tem em (85):

- (84) Bruno dirigiu.  
(85) Bruno dirigiu de meio-dia às seis.

*Accomplishments* consistem de um processo e de um resultado ou mudança de estado. Alguns exemplos são *beber um copo de água*, *construir uma casa* ou *preparar um prato*. São eventualidades que apresentam um limite final intrínseco e podem ser definidas pelas propriedades de dinamicidade, duratividade e telicidade. A mudança de estado nos *accomplishments* ocorre de formas variadas e alguns dos resultados mais comuns dessas mudanças se realizam em objetos afetados (*dobrar uma camisa*), objetos construídos (*escrever uma carta*), objetos consumidos (*destruir uma casa*), experienciadores afetados (*distrair a Maria*) ou na relação caminho-alvo (*caminhar para a escola*).

*Achievements* são eventualidades dinâmicas e instantâneas que resultam em mudança de estado, sendo, portanto, télicas. Eventualidades como *reconhecer o amigo*, *chegar ao topo*, *ganhar a corrida*, entre outras, são exemplos de *achievements*. Tipicamente, os *achievements* se caracterizam por serem eventualidades de um único estágio, dissociados de qualquer processo<sup>31</sup>. Uma sentença de *achievement* será verdadeira apenas para o momento em que a eventualidade se realiza. Assim como no caso dos *accomplishments*, a mudança de estado nos *achievements* ocorrerá de formas variadas e os resultados mais comuns dessas mudanças se realizarão em objetos afetados (*perder um papel*), objetos construídos (*imaginar uma cidade*), objetos consumidos (*explodir uma*

---

<sup>31</sup> Alguns *achievements* podem conter processos preliminares a eles associados: *alcançar o topo*, *definir um parâmetro*, etc. Esses processos, entretanto, não fazem parte da eventualidade específica que constitui um *achievement*. Assim, o processo de *subir a montanha* não faz parte da eventualidade específica de *alcançar o topo*. É, possivelmente, uma condição para a realização dessa eventualidade, mas, não faz parte dela, já que é possível *chegar ao topo* de helicóptero, por exemplo.

*bomba*), experienciadores afetados (*ver um cometa*) ou na relação caminho-alvo (*chegar a São Paulo*).

Finalmente, exemplos como *soluçar*, *tossir*, *bater na porta* ou *levantar a bandeira* caracterizam-se como dinâmicos, instantâneos e atélícos<sup>32</sup>. Constituem a classe que Smith denomina *semelfactivos*. São eventos que consistem de um único estágio e não têm resultado ou conseqüência. Não têm um processo, tampouco: verbos desse tipo expressam apenas a ocorrência da própria eventualidade<sup>33</sup>.

Vimos, nessa seção, que propriedades como estaticidade/dinamicidade, instantaneidade/duratividade e telicidade/atelicidade compõem a definição de cada uma das cinco classes de eventualidades propostas por Smith (1991). Além disso, a autora identifica outra propriedade que distingue as eventualidades: o limite final intrínseco ou arbitrário. De acordo com essa proposta, estados, atividades e semelfactivos não têm um limite final intrínseco, dependendo de limites externos à própria eventualidade (arbitrários), para deixarem de ser ou de ocorrer. Por outro lado, eventualidades do tipo de *accomplishments* e *achievements* possuem um limite final natural. A classificação de Smith (1991),

---

<sup>32</sup> É preciso lembrar que, para Smith, uma eventualidade télica é aquela que implica uma mudança de estado ou, ainda, seu resultado ou alvo. O alvo deve ser atingido e a mudança de estado, concretizada, para que a eventualidade se complete. Este seria o limite final natural, intrínseco à eventualidade. A eventualidade atélica não tem esse limite final intrínseco: é um processo sem culminância, não há resultado, nenhum alvo é atingido. *Levantar a bandeira*, embora possa parecer estranho, não tem um limite final intrínseco; tal limite pode, no entanto, ser acrescentado à sentença, caso em que ela passaria a ter uma leitura télica. Veja a sentença: *a menina levantou a bandeira até o ponto mais alto*. Aqui há um alvo claro a ser atingido.

<sup>33</sup> Smith (1991:29) afirma que a propriedade de serem instantâneos e consistirem de uma eventualidade de um único estágio ressalta uma outra característica importante dos semelfactivos: eles têm um limite intrínseco. Esse é um dos pontos confusos da exposição, já que, um parágrafo antes, a autora havia dito, textualmente, que, por não levarem a um resultado ou conseqüência, os semelfactivos são eventualidades dinâmicas, *atélicas* e instantâneas, que consistem apenas da ocorrência. Em sua distinção entre as propriedades telicidade e atelicidade, apresentada na página 19 de seu livro, Smith havia associado telicidade a limite final natural ou intrínseco, por um lado, e atelicidade a limite final arbitrário, por outro. Nesta tese, vou manter essa distinção e tratar os semelfactivos como atélícos. No entanto, no capítulo II, ao buscar uma explicação para a possibilidade de formação de CVLs a partir de predicados semelfactivos, sugirirei que, na verdade, esse tipo de predicado admite tanto a interpretação durativa, quanto a interpretação instantânea. A leitura durativa será obtida considerando-se uma coleção de eventos semelfactivos idênticos e a leitura instantânea remeterá a cada um dos eventos dessa coleção.

apresentada, em linhas gerais, nesta seção, servirá de base para uma parte da descrição das CVLs, a ser apresentada no capítulo II.

### 1.2.3.2 A Abordagem Semântica

A tentativa de representação semântica dos eventos começa com a distinção que Panini (*apud* Parsons, 1990) faz entre verbos e nomes, representativos de ações e de coisas relacionadas a ações, respectivamente. A língua é, portanto, capaz de codificar ações e não-ações. Davidson (1967/1980) propõe que a forma lógica<sup>34</sup> ou estrutura semântica das sentenças de ação inclui uma variável evento [e], que codifica lingüisticamente os eventos do mundo.

A motivação central para essa proposta vem de sentenças como (86), retirada de Davidson (1980:107), em que a relação entre o evento denotado pelo verbo e os outros constituintes da sentenças, tais como os modificadores, é considerada.

- (86) Jones buttered the toast slowly in the bathroom with a knife at midnight.  
'Jones passou manteiga no pão no banheiro com uma faca à meia-noite.'

O mesmo verbo *butter* poderá ocorrer nas sentenças de (87) a (90), com menos modificadores ou até mesmo sem nenhum modificador. Uma análise que trate esse verbo, simultaneamente, como um predicado de dois, três, quatro ou cinco lugares não captura as generalizações necessárias sobre modificação por adjuntos nas línguas naturais, tais como, por exemplo, o fato de (86) implicar o que é dito de (87) a (90). Esses exemplos são de Rosen (1999:5):

- (87) Jones buttered the toast.  
(88) Jones buttered the toast slowly.

---

<sup>34</sup> A representação abstrata da semântica da sentença.

- (89) Jones buttered the toast slowly in the bathroom.  
 (90) Jones buttered the toast slowly in the bathroom with a knife.

Assim, de acordo com Davidson (1967/1980), para que uma diátese diferente não seja atribuída a cada uso do verbo *butter*, a representação para a forma lógica das sentenças de ação de (86) a (90), deve ser como se vê de (91) a (95), respectivamente, exemplos também retirados de Rosen (1999:5):

- (91)  $(\exists e)$  (buttered (Jones, the toast, e) & (slowly, e) & (in the bathroom, e) & (with a knife, e) & (at midnight, e))  
 (92)  $(\exists e)$  (buttered (Jones, the toast, e))  
 (93)  $(\exists e)$  (buttered (Jones, the toast, e) & (slowly, e))  
 (94)  $(\exists e)$  (buttered (Jones, the toast, e) & (slowly, e) & (in the bathroom, e))  
 (95)  $(\exists e)$  (buttered (Jones, the toast, e) & (slowly, e) & (in the bathroom, e) & (with a knife, e))

Sendo representado como uma variável [e], o evento pode ser incluído na forma lógica de cada modificador.

De acordo com Parsons (1990:7), uma vantagem significativa da análise proposta por Davidson (1967/1980) está no fato de que ela permite a unificação do tratamento de eventos representados sintaticamente como verbos e dos eventos representados sintaticamente como nomes, já que as duas categorias podem denotar eventos.

- (96) A Norwegian **flew** over the pole in May 1926.  
 (97) A **flight** over the pole by a Norwegian took place in May 1926.

Parsons (1990) adota o modelo neo-Davidsoniano para a representação semântica dos eventos. O termo “neo-Davidsoniano” foi introduzido por Dowty (1989) e remete a um modelo que toma como predicados independentes os predicados de dois lugares que

denotam relações temáticas. Assim, por exemplo, (98) e (99) serão as formas lógicas de (88) e (89), respectivamente<sup>35</sup>:

- (98)  $\exists e$  [buttering (e) & Agente (e, Jones) & Tema (e, the toast) & slow (e)]<sup>36</sup>  
 (99)  $\exists e$  [buttering (e) & Agente (e, Jones) & Tema (e, the toast) & slow (e) & in (e, the bathroom)]

Esse método de representação assume, assim, que os argumentos se associam a seus predicados por meio de predicação secundária.

O trabalho de Davidson (1967/1980), juntamente com o de Vendler (1967) pode representar uma ferramenta analítica poderosa para a análise do significado das palavras e expressões lingüísticas. As construções com verbos leves nas línguas naturais, bem como as construções com objetos cognatos (COCs), do tipo de *A Maria sorriu um sorriso bonito*, podem constituir evidência empírica para essa posição de argumento evento, sugerida por Davidson. Kearns (1988/2002) já sugeriu que o predicado nominal das CVLs do inglês seja um exemplo da realização fonética do elemento que ocupa a posição [e]. No que concerne às COCs, Mittwoch (1997), por sua vez, sugere que os objetos cognatos são argumentos não temáticos do verbo e, portanto, devem ocupar, na estrutura, uma posição capaz de expressar seu caráter de evento, mais especificamente, a posição [e]. A proposta de Kearns será apresentada na seção 3.3.

---

<sup>35</sup> As representações em (98) e (99) omitem noções importantes como *cul* (*culminating*) e *hold* (*holding*), fundamentais pra a análise de Parsons (1990), que não detalharei aqui, mas que se encontram definidas claramente no capítulo 3 dessa obra.

<sup>36</sup> De acordo com a proposta de Parsons (1990), a análise correta de um modificador como *slowly* toma esse modificador como um predicado de eventos que tem um lugar para um parâmetro contextual. A interpretação que se obtém no caso do exemplo em (88) é a de que Jones passou manteiga na torrada muito devagar, considerando-se a velocidade em que ele faz isso normalmente.

### 1.2.3.3 A Abordagem Sintática

O desenvolvimento da pesquisa lingüística sobre eventos, dentro de uma abordagem sintática se dá a partir dos resultados dos estudos sobre estrutura argumental, bem como da pesquisa sobre a tipologia dos eventos e sobre a sua semântica. A pergunta fundamental, nesse caso, é: qual é a relação que se estabelece entre, de um lado, as interpretações de uma eventualidade e dos argumentos do predicado que a denota e, de outro, a realização sintática desses argumentos?

Higginbotham (1985) propõe que todos os verbos, inclusive os estativos, contêm um argumento evento, além de seus argumentos temáticos. Se a satisfação sintática dos argumentos temáticos de um verbo se dá pela observação do critério temático<sup>37</sup>, a satisfação sintática do argumento evento, também necessária, se dá por sua relação com o tempo (T). O argumento evento de uma sentença estabelece com o tempo dessa sentença uma relação paralela à que o argumento referencial de um nome, no sentido de Williams (1981), estabelece com o determinante (D). São esses elementos, ou seja, T e D, respectivamente, que localizam no mundo o evento e a entidade descritos lingüisticamente.

Kratzer (1989) também assume a variável evento [e] como um argumento do verbo que será satisfeito por T. A diferença entre os dois trabalhos está no fato de que, para Higginbotham, tanto verbos de ação, como verbos de estado conterão [e]. Kratzer, por outro lado, sugere diferentes estruturas argumentais para os predicados *stage level* e para os predicados *individual level*<sup>38</sup>. Para ela, somente os primeiros são do tipo proposto por Davidson, apresentando uma posição argumental extra para eventos ou localização espaço-temporal.

---

<sup>37</sup> De acordo com o critério temático, a cada argumento de uma representação sintática é atribuído um único papel temático e cada papel temático de uma estrutura argumental é atribuído a um único argumento de uma representação sintática (Chomsky (1981)).

<sup>38</sup> Esses tipos de predicados já haviam sido descritos por Carlson (1977). Predicados *stage level* denotam propriedades transitórias de um indivíduo, como, por exemplo, *estar sentado em uma cadeira*. Predicados *individual level*, por outro lado, denotam propriedades permanentes de um indivíduo, como, por exemplo, *ter olhos azuis*. Os termos que nomeiam os dois tipos de predicados não serão traduzidos para o português nesta tese.

A importância desses dois trabalhos está no fato de que são os primeiros a propor uma representação sintática para o evento, corroborando a hipótese de Davidson (1967/1980) de que os eventos têm representações semânticas equivalentes a coisas e entidades<sup>39</sup>: [e] é um dos argumentos do verbo e deve ser descarregado em posições sintáticas. Rosen (1999) aponta que as análises são interessantes, mas apresentam problemas. O primeiro deles diz respeito exatamente ao fato de que [e] tem estatuto de argumento, mas não tem conteúdo semântico. Outro problema é o fato de que não é um XP em posição argumental que satisfaz [e], como acontece com os argumentos temáticos, mas sua relação com um núcleo funcional, T<sup>40</sup>. Parece problemático que seja necessário dispensar tratamentos sintáticos tão diferentes para argumentos evento e argumentos temáticos.

Outros trabalhos (Grimshaw 1990, Dowty 1991, Tenny 1994, Rosen 1996 e Ramchand 1997, 2003) já apontam para a conexão entre tipos de argumentos e o caráter aspectual do VP em que eles aparecem. De acordo com esses trabalhos, o mapeamento de cada argumento para a sintaxe será determinado pelo papel que esse argumento desempenha na eventualidade descrita pelo verbo. Foram propostos, então, alguns papéis aspectuais<sup>41</sup>, independentes dos papéis temáticos determinados pelo verbo, que definem a posição dos argumentos na sintaxe. Alguns exemplos são o *delimitador*, que determina a extensão da eventualidade e o *terminal*, que determina o fim da eventualidade, ambos propostos em Tenny (1994). Essa autora associa o ponto terminal de uma eventualidade delimitada ao objeto direto das sentenças; outras associações, tais como a de *causação* ao sujeito da sentença também são feitas.

---

<sup>39</sup> Kearns (1988/2002) propõe que, nas CVLs do inglês, o elemento nominal associado ao verbo leve é a realização sintática do argumento evento e sua satisfação sintática se dará por meio de sua ligação com o verbo leve. Retomarei a proposta de Kearns nos capítulos III e IV.

<sup>40</sup> Ou o verbo leve, na proposta de Kearns (1988/2002).

<sup>41</sup> Estou traduzindo 'event roles' por 'papéis aspectuais', para evitar confusão com a terminologia *argumento evento* usada para remeter à proposta de Davidson (1967/1980).

Em princípio, um modelo que assuma papéis aspectuais também deverá assumir que a informação sobre eventos aparecerá na semântica lexical dos verbos, que determinará tanto os papéis aspectuais de seus argumentos, quanto o mapeamento dos argumentos aspectuais para a sintaxe. No entanto, como aponta Alexiadou (2001), é possível trabalhar dentro de um modelo que assuma que noções que constituem uma eventualidade, tais como causa, processo ou resultado, estejam associadas a camadas funcionais e não a categorias lexicais específicas. Esse é o caso dos trabalhos que se encaixam no modelo da Morfologia Distribuída, apresentado em 1.2.2.3. Uma análise dessa natureza será sugerida para as nominalizações em *-ada* no Capítulo IV.

### **1.3 Conclusão do Capítulo**

Este capítulo procurou apresentar alguns aspectos teóricos importantes para o desenvolvimento desta tese, em particular, para a argumentação em favor da eliminação do Léxico, como um componente estruturado da arquitetura da gramática. Um breve histórico sobre o tratamento das relações entre Léxico e Sintaxe dentro da teoria lingüística norteou essa apresentação. Descrevi cinco modelos que tratam dessa relação, ressaltando uma propriedade comum entre eles: todos admitem a ação de princípios sintáticos no processo de formação de predicados. A relação entre Léxico e Sintaxe se estendeu e incluiu a Semântica, para que a discussão sobre a representação lingüística dos eventos tivesse lugar.

Tanto a descrição dos tipos de nominalizações do inglês, quanto o sistema proposto por Grimshaw, além das descrições lexicais e semânticas das eventualidades denotadas por expressões lingüísticas, serão importantes para a caracterização sintática e semântica da nominalização em *-ada*, que compõem as CVLs juntamente com o verbo leve *dar*. Em particular, as propriedades das classes aspectuais servirão para a determinação dos traços específicos de cada classe, que favorecem ou desfavorecem a formação de uma CVL. De modo paralelo, a descrição do modelo de H&K e a descrição sintática das eventualidades possibilitarão a análise das CVLs como uma eventualidade complexa em

que um evento matriz implica uma outra eventualidade. Finalmente, o modelo da morfologia distribuída fornecerá fundamentação teórica, para que cada um desses subeventos seja representado como uma camada funcional e não como uma categoria lexical.

Assim, todas as noções apresentadas neste capítulo serão fundamentais para o desenvolvimento desta tese que tem como base um modelo de gramática que não pressupõe a existência de um componente lexical, com vocabulário próprio e regras específicas para a formação de palavras, mas assume que esse processo se realiza com a aplicação, a um determinado conjunto de traços, de mecanismos distribuídos em pontos espalhados da gramática.

## CAPÍTULO II

### AS PROPRIEDADES GERAIS DAS CVLS COM *DAR*

#### 2.1 *Introdução*

Neste capítulo apresentarei uma descrição geral das propriedades das CVLs com *dar* no PB, em particular, das que se formam com esse verbo leve e uma nominalização em –ada. Na primeira parte do capítulo, apresento a forma geral das CVLs com *dar*, além de uma série de motivos para diferenciá-las de construções bitransitivas. A argumentação se fundamenta em propriedades aspectuais, temáticas e de subcategorização dessas construções e, também, em questões relacionadas à sua produtividade e à composição de seu significado. Ainda na tentativa de diferenciar as CVLs de outras construções nas línguas naturais aponto as distinções entre as CVLs com *dar* e as expressões idiomáticas com o mesmo verbo.

Em seguida, apresento propriedades características das CVLs; em especial, discuto as propriedades dessas construções que contribuem para a descrição de sua interpretação e para o estabelecimento de um padrão semântico para as possibilidades de formação de uma CVL.

#### 2.2 *Forma Geral das CVLs*

As CVLs são bastante comuns em PB, em especial as que se formam com o verbo *dar*. São sentenças em que uma forma leve do verbo *dar* ocorre associada a uma

nominalização em *-ada*. Essas CVLs têm a forma geral *dar uma Xada em Y<sup>1</sup>*, ou seja, apresentam a forma V X PP<sup>2</sup>, e admitem paráfrases com a forma verbal correspondente à nominalização que se associa a *dar*. Veja os exemplos em (1) e (2).

- (1) O Pedro deu uma incrementada na receita.
- (2) O Pedro incrementou a receita.

Na sentença em (1), com a forma *dar uma Xada em Y*, X se representa por *increment-* e Y por *a receita* – *dar uma incrementada na (em + a) receita*. Essa sentença pode ser parafraseada por (2), em que o verbo tem a mesma raiz da nominalização em (1).

O elemento nominal associado ao verbo leve *dar* pode ter a mesma raiz que um verbo, como em (3) e (4), que uma outra forma nominal, como em (5), ou pode ter uma raiz que se constitui em empréstimos de outra língua, como em (6) e (7). Pode ser, também, um nome como *fome*, *sono* ou *raiva*, em (8), que ocorre sem o artigo indefinido e, juntamente com *dar*, traz um sentido causativo para a sentença.

- (3) A Maria deu uma empurrada no carrinho.
- (4) A Maria deu um beijo no João.
- (5) A Maria deu uma garrafada na cabeça do ladrão.
- (6) A Maria deu um *del* e apagou todo o arquivo.<sup>3</sup>
- (7) A Maria deu uma escaneada em alguns textos.
- (8) A conversa da Maria dá sono em todo mundo.

A sentença em (6) é um caso curioso em que o elemento nominal que integra a CVL é um empréstimo do inglês ainda não incorporado morfológicamente ao português.

---

<sup>1</sup> Essa forma de representar a CVL aparece em Basílio (1999).

<sup>2</sup> Vou tratar a expressão *uma X-ada* como X, simplesmente, até estabelecer, no capítulo IV, seu real estatuto e configuração.

<sup>3</sup> Exemplos dessa natureza me foram apontados por Thais Chaves e Laura Botelho.

Esse elemento vem sempre precedido por um determinante indefinido do gênero masculino. A presença do determinante indefinido masculino diante de nomes estrangeiros se deve ao fato de ser esse o gênero não-marcado no português, que será utilizado até que o vocábulo emprestado seja definitivamente incorporado ao léxico dessa língua. Assim que a incorporação acontece, se acontece, o comportamento da palavra estrangeira será exatamente igual ao de qualquer outra já pertencente ao português. É o que se tem em (7). Nesse exemplo, há uma nominalização em *-ada*, cuja raiz é a mesma que deriva o verbo *escanear*, incorporado ao léxico do PB a partir do verbo *to scan* da língua inglesa. O verbo já se caracteriza como um verbo da primeira conjugação e apresenta, assim, todas as propriedades que um verbo de primeira conjugação apresenta no PB<sup>4</sup>. O exemplo em (7) será, portanto, tratado exatamente da mesma forma que os exemplos em (1) e (3).

A pesquisa descrita nesta tese se concentrou em sentenças como (1), (3), (5) e (7), em que as nominalizações em *-ada* denotam eventualidades que, de certa forma, apresentam propriedades semelhantes<sup>5</sup>. A discussão a ser apresentada aqui, portanto, mostrará que há uma diferença entre as propriedades das nominalizações em *-ada* e as propriedades dos outros nominais envolvidos nas construções em (4), (6) e (8). Diferentemente dos elementos nominais dessas sentenças, as nominalizações em *-ada* associadas a *dar* em uma CVL deverão, necessariamente, conter uma estrutura interna própria que defina que tipos de relação gramatical se estabelecem entre os participantes dessa construção. Essa discussão será ampliada no capítulo IV.

Esta seção mostrou, então, que as CVLs têm a mesma forma superficial das sentenças bitransitivas do PB. A seguir, discutirei essa semelhança.

---

<sup>4</sup> Outro exemplo pode ser a incorporação da forma *delete* ao léxico do PB, que resulta na forma verbal *deletar*, que pode ser empregada em uma CVL como *dar uma deletada*.

<sup>5</sup> Embora não tenha o interesse específico de tratar de sentenças como aquelas em (4), (6) e (8), me utilizarei delas sempre que o contraste entre elas e as que têm nominalizações em *-ada* puder esclarecer o ponto em discussão.

## 2.3 *O que as CVLs não são*

Nesta seção apresentarei uma comparação entre as CVLs com *dar*, por um lado, e as sentenças bitransitivas com *dar* e as expressões idiomáticas com o mesmo verbo, por outro. Mostrarei que um dos motivos para a relevância deste estudo é, justamente, o caráter particular das CVLs em relação a esses dois tipos de sentenças.

### 2.3.1 CVLs não são Sentenças Bitransitivas

Como veremos a seguir, a forma V X PP (Verbo – Nominalização em *-ada* – Sintagma Preposicional) das CVLs do PB, semelhante à forma das sentenças bitransitivas dessa língua, não implica as mesmas propriedades aspectuais, temáticas ou de subcategorização para os dois tipos de sentenças.

#### 2.3.1.1 Propriedades Aspectuais

A seção 1.2.3.1 desta tese nos mostrou a proposta de Smith (1991) para a classificação dos verbos em categorias aspectuais. Resumidamente, vimos que a autora propõe a existência de cinco tipos distintos de eventualidades definidos por um conjunto de propriedades temporais composto pelos traços estaticidade/dinamicidade, instantaneidade/duratividade e telicidade/atelicidade, como em (9):

(9)	a. estado	[estático, durativo, atélico]
	b. atividade	[dinâmico, durativo, atélico]
	c. <i>accomplishment</i>	[dinâmico, durativo, télico]
	e. <i>achievement</i>	[dinâmico, instantâneo, télico]
	d. semelfactivo	[dinâmico, instantâneo, atélico]

Vimos ainda, que estados, atividades e semelfactivos não têm um limite final intrínseco, dependendo de limites externos à própria eventualidade, para que ela deixe de

ser ou de ocorrer. Eventualidades do tipo de *accomplishment* e *achievement*, por outro lado, possuem um limite final natural.

Sentenças como (10) e (11) são sentenças bitransitivas do PB. Como qualquer outra sentença, expressam uma eventualidade que pode ser definida em termos dos traços temporais propostos por Smith.

(10) João deu um livro à Maria.

(11) Maria entregou a vassoura ao José.

Assim, as duas sentenças denotam eventualidades dinâmicas, instantâneas e télicas, já que não se desenvolvem em um período único indiferenciado, não pressupõem nenhuma duração, e levam a uma mudança de estado que se realiza em um objeto afetado (*a Maria* em (10), e *o José* em (11)). São eventualidades do tipo de *achievement*.

Por outro lado, as sentenças em (12) e (13) denotam eventualidades que se definem por outras propriedades.

(12) José deu uma temperada na carne.

(13) A Maria deu uma conversada com o João.

A sentença em (12) expressa uma eventualidade dinâmica, durativa e télica, ou seja, um *accomplishment*, enquanto que a sentença em (13) denota uma eventualidade dinâmica, durativa e atélica, ou seja, uma atividade. Nos dois casos, as eventualidades não constituem um período único indiferenciado, sendo possível identificar uma estrutura interna para elas, já que consistem de estágios sucessivos que ocorrem em momentos diferentes. A diferença entre elas se define pelo fato de que (12) leva a uma mudança de estado que se realiza em um objeto afetado (*a carne*), enquanto que (13) não implica uma mudança dessa ordem.

É possível dizer, portanto, que, as sentenças bitransitivas do PB podem apresentar propriedades aspectuais bastante distintas daquelas que se verificam nas CVLs da mesma língua. Temos, assim, um primeiro motivo para estabelecer uma distinção entre os dois

tipos de construções. Nas duas seções seguintes, apresentarei mais argumentos para sustentar essa distinção.<sup>6</sup>

### 2.3.1.2 Relações Temáticas

No que concerne à estrutura argumental e relações temáticas do predicado de uma CVL, podem-se discutir algumas questões interessantes, com base na observação das sentenças do PB de (14) a (17).

- (14) José deu uma varrida na sala.
- (15) A Maria deu uma empurrada no carrinho.
- (16) João deu um presente para o Paulo.
- (17) Maria deu a vassoura ao José.

A ordem V X PP das CVLs com *dar*, em (14) e (15), é exatamente a mesma das sentenças bitransitivas com *dar* no PB, em (16) e (17). No entanto, essa ordem comum não implica o estabelecimento das mesmas relações temáticas nesses dois tipos de sentenças<sup>7</sup>. As relações temáticas em (16) e (17) são determinadas pelo verbo da sentença (*dar*, o núcleo do predicado verbal). Assim, aos NPs *João* e *Maria* se associa a noção de fonte, aos NPs *um presente* e *a vassoura*, a noção de tema e aos NPs *o Paulo* e *o Luís*, a noção de alvo. Por outro lado, a marcação temática em (14) e (15) não é feita da mesma forma. Nessas sentenças, a noção de fonte não se aplica a *José* ou a *a Maria*, a noção de alvo não se aplica a *a sala* ou a *o carrinho* e nem a noção de tema se aplica a *uma varrida* ou a *uma*

---

<sup>6</sup> Na seção 2.4.2, retomarei, bem mais detalhadamente, a discussão que envolve as propriedades aspectuais das CVLs.

<sup>7</sup> As noções de tema, fonte e alvo, que utilizo aqui, são definidas segundo Jackendoff (1972, 1990a), numa expansão do trabalho de Gruber (1965). São definições bem gerais, embora suficientes para evidenciar a diferença entre CVLs e sentenças bitransitivas. Assim, se associado a verbos que denotam movimento ou troca na posse de um objeto, o NP que sofre o movimento ou é trocado será o tema. Fonte e alvo são atribuídos a NPs que se associam a verbos de movimento e se referem, respectivamente, aos pontos de partida e de chegada do movimento.

*empurrada*. A forma verbal *deu* não estabelece a associação entre os papéis temáticos relevantes e os NPs das sentenças por si só, ou seja, a interpretação de (14) e (15) não depende apenas do papel que o verbo *dar* desempenha nessas sentenças, mas depende, crucialmente, das nominalizações *varrida* e *empurrada*, respectivamente, que atuam como predicados nesses casos<sup>8</sup>.

A formação de CVLs deve, portanto, observar as propriedades de seus componentes, mais exatamente, as propriedades da nominalização e do verbo *dar* que se mostrem relevantes para essas construções.

### 2.3.1.3 Propriedades de Subcategorização de *dar* Leve

Além das propriedades aspectuais e temáticas das CVLs, suas propriedades de subcategorização também são evidências de que há uma distinção clara entre este tipo de construção e as sentenças bitransitivas. Campbell (1989:13) argumenta em favor de que os verbos leves do inglês mantenham as mesmas propriedades de subcategorização de seus verbos plenos correspondentes.

- (18) Fred       gave   the book     to Bill.  
       Fred       deu    o livro       para Bill  
       ‘Fred deu o livro para o Bill.’
- (19) Fred       gave   Bill    the book.  
       Fred       deu    Bill    o livro  
       ‘Fred deu o livro para o Bill.’
- (20) Fred       gave   anchovies    a try.  
       Fred       deu    anchovas     uma experimentada  
       ‘Fred deu uma experimentada nas anchovas.’

---

<sup>8</sup> No capítulo III, analisarei com detalhes a questão da predicação nas CVLs. Será importante determinar o real predicado dessas construções: se são predicados simples, cujo núcleo é a nominalização, ou se são predicados complexos, compostos pelo verbo *dar* e pela nominalização.

Em oposição à construção bitransitiva com a forma V NP PP do inglês, em (18), denominada construção dativa, a sentença em (19) é a expressão de um outro tipo de construção bitransitiva, com a forma V NP NP, denominado construção de objeto duplo (ODp)<sup>9</sup>. A sentença em (20), por outro lado, também tem a forma superficial V NP NP, mas é um exemplo de CVL do inglês.

Campbell (1988:19-21) argumenta que as propriedades de subcategorização do verbo pleno *give* de (19) se repetem para o verbo leve *give* de (20). O autor compara o comportamento de mini-orações de NPs, de construções de ODp e de CVLs quanto ao movimento para a direita de um NP pesado em posição de sujeito ((21) – mini-orações, (22) – ODp e (23) – CVLs) e quanto à possibilidade de extração de um elemento WH em posição de sujeito ((24) – mini-oração, (25) – ODp - (26) – CVL).

- (21) I consider **e** crazy [anyone who takes astrology seriously]  
 ‘Eu considero louca qualquer pessoa que leva astrologia a sério.’
- (22) \*John sent **e** a package [that woman we saw him kissing the other day]  
 ‘John enviou um pacote aquela mulher que nós o vimos beijar outro dia.’
- (23) \*Fred gave **e** a try [those disgusting-looking fish they put on pizzas]  
 ‘Fred deu uma experimentada naqueles peixes horríveis que eles colocam em pizzas.’
- (24) Who do you consider **e** foolish?  
 ‘Quem você considera tolo?’
- (25) ??Who did you send **e** the letters?  
 ‘Quem você enviou as cartas?’
- (26) ??Which topping did you give **e** a try?  
 ‘Que cobertura você deu uma experimentada?’

---

<sup>9</sup> Para mais detalhes sobre construções dativas e com objeto duplo, veja Larson (1988, 1990), Jackendoff (1990b), Fujita (1996), entre outros. Scher (1996) trata do mesmo fenômeno, discutindo, especificamente, dados do Português do Brasil falado na Zona da Mata Mineira. Salles (1998) faz uma análise da sintaxe das preposições que introduzem complementos de verbos bitransitivos, também utilizando dados do PB.

Campbell verifica, nos dois casos, que os elementos que seguem o verbo leve nas CVLs comportam-se como complementos de construções de ODp, afastando-se do comportamento dos NPs de uma mini-orção. Em outras palavras, o movimento de um NP pesado para a direita é possível para mini-orções (cf. (21)), mas impossível para construções de ODp e CVLs (cf. (22) e (23), respectivamente). De modo paralelo, a extração de um elemento WH em posição de sujeito é possível nas mini-orções (cf. (24)), mas estranha nas construções de ODp e CVLs (cf. (25) e (26), respectivamente). Dessa forma, Campbell sugere que as mesmas propriedades de subcategorização de *give* pleno, verificadas para as construções de ODp, se mantenham para *give* leve.

Os dados do PB revelam a diferença existente entre as formas de suas CVLs e as do inglês, como mostram (27) e (28), respectivamente. Esta distinção pode se dever ao simples fato de que a ordem V NP NP não está disponível no PB da mesma forma como está no inglês, ou seja, pode tratar-se de uma diferença mais geral entre essas línguas<sup>10</sup>.

(27) CVLs em PB: V X PP

(28) CVLs em Inglês: V NP NP

Na verdade, essa diferença entre as formas das CVLs em inglês e PB também se manifesta no fato de que o verbo leve *dar* das CVLs do PB não mantém as mesmas propriedades de subcategorização do verbo pleno *dar* das sentenças bitransitivas. Fenômenos tais como os de passivização e formação de interrogativas fornecem evidências para essa afirmação, pois demonstram que as CVLs não podem ser passivizadas, como mostra (29), e que a nominalização em *-ada* não pode ser transformada no foco de uma pergunta, como se vê em (30):

---

<sup>10</sup> Veja que a comparação entre sentenças como *John gave her a push* do inglês e *João deu-lhe uma empurrada* do PB, que apresentam um clítico em lugar do dativo nas duas línguas, pode camuflar a diferença entre as duas formas. Nesta tese, não tratarei dos casos em que o clítico aparece na CVL.

- (29) \*Uma organizada foi dada e nos papéis.  
 (30) A: \*O que o João deu e nos papéis?  
 B: Uma organizada.

A passivização é perfeitamente lícita entre as sentenças bitransitivas, se o sujeito da sentença passivizada for o complemento direto, como se vê em (31). Além disso, a sentença em (32) mostra que o sintagma nominal selecionado para ocupar a posição de complemento direto de *dar* nas construções bitransitivas é de tal natureza que admite ser interrogado:

- (31) Um livro foi dado e ao João.  
 (32) A: O que o João deu e pro Pedro?  
 B: Um livro.

O contraste entre (29) e (31), por um lado e entre (30) e (32), por outro, deixa clara a diferença existente entre as expressões *uma organizada* e *um livro*, elementos supostamente correspondentes nas duas construções<sup>11</sup>. A representação interna que proporei para a expressão *uma X-ada* dará conta desses contrastes, mostrando que ela não forma um constituinte, como acontece com *um livro*.

Além disso, os dados do PB revelam que a forma de uma CVL com *dar* pode, mas não precisa ser a mesma que a de uma sentença com *dar* pleno. Em outras palavras, nem sempre a CVL exibirá a forma *dar X PP*, como se vê nos dados de (33) a (35):

- |      |                                       |                 |
|------|---------------------------------------|-----------------|
| (33) | O João deu uma empurrada no carrinho. | <i>dar X PP</i> |
| (34) | O João deu uma dormida.               | <i>dar X</i>    |
| (35) | O João deu uma emagrecida             | <i>dar X</i>    |

---

<sup>11</sup> Testes semelhantes a esses servirão para determinar o caráter de predicado ou argumento da nominalização em *-ada* nas CVLs, no capítulo III.

Assim, o número de elementos que seguem o verbo em uma CVL depende, também, do verbo que formará a nominalização que segue *dar*, ou seja, as propriedades de subcategorização de uma CVL têm a nominalização como um contribuinte importante. Não quero dizer, com isso, que o verbo *dar* leve seja totalmente desprovido de propriedades predicativas, mas quero ressaltar a participação importante das nominalizações na formação dessas construções.

Outras evidências em favor dessa hipótese e contra a idéia de que o verbo leve *dar* mantém as mesmas propriedades de subcategorização do verbo pleno *dar* estão nos exemplos de (36) a (40):

- |      |   |                       |
|------|---|-----------------------|
| (36) | Preciso dar uma ligada pra Maria.                 | Ligar <b>para</b>     |
| (37) | Ontem mesmo dei uma conversada com o Rui.         | Conversar <b>com</b>  |
| (38) | Dá uma telefonada pros membros da diretoria.      | Telefonar <b>para</b> |
| (39) | Vamos dar uma ida ao/no shopping. Quer vir junto? | Ir <b>a/em</b>        |
| (40) | Eles preferiram dar uma escapada da aula.         | Escapar <b>de</b>     |

Nos exemplos acima, a preposição que introduz o segundo elemento que segue *dar* varia de acordo com a regência do verbo que tem a mesma raiz que a nominalização, sugerindo que a subcategorização desse PP tenha a ver com essa raiz e não com o verbo leve *dar*.

Por outro lado, nos casos em que a nominalização tem a mesma raiz de um verbo transitivo direto, como em (41), nos casos em que a raiz que deriva a nominalização é outro nome, como em (42), ou nos casos em que uma palavra estrangeira segue o verbo leve *dar*, como em (43), a preposição é sempre *em*<sup>12</sup>.

- (41) Os estagiários vão dar uma atualizada nos números.  
 (42) Os homens deram uma paulada na cabeça da cobra.  
 (43) As crianças de hoje são muito espertas: sabem até quando é necessário dar um *boot* no computador.

---

<sup>12</sup> Na seção 4.5, discuto com mais detalhes o papel da preposição *em* nas CVLs.

No entanto, há outro contexto em que a preposição pode não ser *em*, mesmo se a nominalização em *-ada* tem a mesma raiz que um verbo transitivo: são casos de sentenças que têm uma interpretação genérica (cf. (44)), que contrasta com a interpretação episódica que se obtém se a preposição é *em* (cf. (45)).

- (44) Vou dar uma lavada de roupa.  
(45) Vou dar uma lavada nas roupas.

De qualquer maneira, em casos como (44) ou (45), o complemento da CVL não pode ser introduzido pelas preposições *para* ou *a*.

- (46) \*Vou dar uma lavada para as roupas.  
(47) \*Vou dar uma lavada às roupas.

Essa é uma observação importante, pois afasta ainda mais as CVLs das construções bitransitivas com *dar*, na medida em que *para* e *a* são, justamente, as preposições que introduzem o argumento preposicionado de uma construção bitransitiva no PB.

Pelos motivos apresentados acima, sugiro que, além da forma diferente no PB (V X PP) e no inglês (V NP NP), as CVLs dessas duas línguas também diferem quanto às propriedades de subcategorização do verbo *dar*. Enquanto Campbell (1989) sugere que tais propriedades se mantêm no inglês para CVLs e construções bitransitivas, os dados do PB são evidências de que isso não acontece nessa língua.

### 2.3.2 CVLs não são Expressões Idiomáticas

Campbell (1989:15) descarta a possibilidade de que sentenças do inglês como (20), repetida abaixo em (48), e (49) sejam tomadas como expressões idiomáticas,

apontando para sua produtividade e para o fato de que não se limitam a expressões com *give*.

- (48) Fred gave anchovies a try.  
 (49) Fred gave Henry a push.  
 ‘Fred deu um empurrão no Henry.’

Os exemplos em (50) e (51) trazem sentenças com *take* (*tomar, pegar*) e *have* (*ter*), respectivamente.

- (50) Fred took a walk.  
 ‘Fred deu uma andada.’  
 (51) Joe had a laugh.  
 ‘Joe deu uma risada.’

As propriedades observadas por Campbell (1989) para o inglês se verificam também no PB. Além de produtivas, como demonstrarei adiante, as CVLs do PB também se realizam com outros verbos além de *dar*. Veja os exemplos:

- (52) A Maria levou um susto.  
 (53) A Maria pegou uma doença.  
 (54) A Maria tirou um cochilo.

O fato é que, no inglês e no PB, expressões idiomáticas verdadeiras também se formam com os verbos *give* e *dar*, respectivamente. Nesse caso, representam um contraste claro com os exemplos de CVLs vistos acima.

- |      |                            |                           |
|------|----------------------------|---------------------------|
| (55) | not give a damn            | ‘não se importar’         |
| (56) | give up                    | ‘desistir’                |
| (57) | not give X the time of day | ‘não prestar atenção a X’ |

- |      |                          |                                    |
|------|--------------------------|------------------------------------|
| (58) | não dar a mínima         | ‘não se importar, ser indiferente’ |
| (59) | dar com os burros n’água | ‘sair-se mal em alguma coisa’      |
| (60) | dar pano pra manga       | ser motivo de comentários’         |

O contraste entre CVLs e expressões idiomáticas, de modo geral, se materializa, mais especificamente, em duas diferenças principais entre as CVLs com *give* e *dar*, no inglês e no PB, respectivamente, e as expressões idiomáticas com os mesmos verbos nas duas línguas em foco. Em primeiro lugar, as CVLs têm sua interpretação construída composicionalmente, ou seja, cada um de seus elementos, portador de informações relevantes para a interpretação do composto, participa ativamente da composição do significado resultante da combinação desses elementos. Assim, os significados das sentenças de (52) a (54) e daquelas de (61) a (63), abaixo, dependem crucialmente das partes que as compõem.

- (61) A Maria deu uma empurrada no carrinho.  
 (62) A Maria deu uma espiada nas crianças  
 (63) A Maria deu uma lavada nas louças

Enquanto que (52), (53) e (54) significam, aproximadamente, *assustar-se*, *adoecer* e *cochilar*, respectivamente, (61) significa, aproximadamente, *empurrar o carrinho*, e (62) e (63) têm, respectivamente, a interpretação aproximada de *espiar as crianças* e *lavar as louças*. As expressões idiomáticas, por outro lado, não exibem esta propriedade: não se pode dizer, portanto, que os significados das partes das expressões lingüísticas nos exemplos de (55) a (57) ou de (58) a (60) levarão ao significado do todo representado por essas expressões. Sendo idiossincráticas, cada uma delas poderá assumir significados imprevisíveis.

Some-se a isso o fator produtividade. A formação de CVLs é um processo bastante produtivo que impõe poucas restrições aos elementos que as compõem<sup>13</sup>. No PB, por exemplo, os casos de incorporação de termos técnicos estrangeiros, como em (64) e (65), a seguir, constituem evidência em favor da produtividade na formação das CVLs.

(64) A Maria deu um *boot* no computador.

(65) Se quiser desmanchar, é só dar um *del*.

As expressões idiomáticas, por outro lado não apresentam o mesmo caráter produtivo.

Apesar das diferenças observadas entre expressões idiomáticas e CVLs com *give* no inglês, Campbell chama atenção para o fato de que CVLs podem apresentar certas propriedades de expressões idiomáticas<sup>14</sup>. Uma das características das expressões idiomáticas, por exemplo, é, exatamente, o fato de que o significado da expressão não se obtém da soma dos significados de seus termos. Pode ser até que o significado da expressão não recupere em nada o significado original dos termos que a compõem. Veja (60) ou (66), por exemplo. Nem a expressão em (60), nem a sentença em (66) recuperam o sentido original de *dar* ou *pano* ou *pra manga*, no primeiro caso, ou de *deu* e *mole* no segundo.

(66) Nem no fim da festa, a menina deu mole.

Embora não se possa dizer que as CVLs têm sua interpretação consolidada idiosincraticamente, é possível observar que o verbo assume uma interpretação bem diferente de sua interpretação canônica, bitransitiva, nas CVLs com *dar*, particularmente

---

<sup>13</sup> Adiante, apresentarei as restrições mais significativas.

<sup>14</sup> Basílio (1999:208) faz uma observação semelhante para os dados do português do Brasil, ressaltando, ao mesmo tempo, a alta produtividade do processo de formação de construções com o verbo leve *dar*, mas apontando também uma série de restrições a que este mesmo processo se submete. Na seção 2.4.3, eu saliento a relatividade dessas restrições, mostrando que tais construções parecem dispor do que denomino “estratégia de salvamento”, em que a presença do sufixo de diminutivo, por exemplo, licencia a formação do predicado leve. Assim, se *dar uma abrida* parece inaceitável, *dar uma abridinha* é consideravelmente melhor.

em sentenças em que o elemento nominal é uma nominalização em *-ada*, como (3), repetida em (67):

(67) A Maria deu uma empurrada no carrinho.

Nada do significado de CVLs como *dar uma empurrada no carrinho* remete ao uso canônico, bitransitivo de *dar*. Não há, nesses casos, transferência de posse de um dado objeto para um determinado alvo, característica sempre presente na interpretação das sentenças bitransitivas com *dar*. Assim, tal como nas expressões idiomáticas, o verbo *dar* das CVLs não é o mesmo verbo *dar* bitransitivo.

Por esta propriedade comum, também verificada entre as CVLs e expressões idiomáticas com *give* do inglês, Campbell admite que essas CVLs sejam tipos especiais de expressões idiomáticas, sendo as primeiras mais transparentes semanticamente que as últimas. Assim, em uma escala em que expressões idiomáticas com *give* aparecem em uma ponta e as expressões bitransitivas na outra, as CVLs com o mesmo verbo estarão no meio do caminho, por serem, em termos semânticos, mais transparentes que as primeiras e menos que as últimas, e por serem razoavelmente produtivas, considerando-se uma determinada classe de verbos e um predicado nominal apropriado.

Essa descrição, que assume que o significado de *give* nas expressões idiomáticas e nas CVLs difere, fundamentalmente, do significado de *give* da construção bitransitiva, apesar de correta, não deve permitir a interpretação de que, conseqüentemente, o verbo *give* das CVLs se assemelha ao verbo *give* das expressões idiomáticas. A observação dos dados de CVLs do PB mostra que essas construções têm um tipo de interpretação aspectual<sup>15</sup>, ainda a ser mais bem explicitado, que pode decorrer da presença do verbo leve *dar*. Assim, por exemplo, a diferença de interpretação entre uma CVL como (68) e uma sentença como

---

<sup>15</sup> David Pesetsky (comunicação pessoal) me apontou que essa observação se aplica também aos dados do inglês.

(69) está no fato de que (68) reflete um efeito geral de diminutivização que não está presente em (69)<sup>16</sup>:

(68) João deu uma lida no texto.

(69) João leu o texto.

Esta interpretação de diminutivização não se verifica em expressões idiomáticas com o verbo *dar*. Além disso, CVLs podem se formar a partir de uma expressão idiomática, como mostram os exemplos em (70) e (71), que têm as CVLs correspondentes em (72) e (73), respectivamente.

(70) O João comeu mosca.

(71) Maria apenas passou os olhos no texto.

(72) O João deu uma comida de mosca.

(73) Maria deu apenas uma passada de olhos no texto.

Os exemplos acima apontam para a produtividade do processo de formação das CVLs e afastam a idéia de que essas construções sejam expressões idiomáticas. Mais interessante ainda é o fato de que as expressões idiomáticas apresentam restrições à formação de uma CVL, como mostram os exemplos de (74) a (77):

(74) O João esticou as canelas.

(75) \*O João deu uma esticada nas canelas.

(76) O João vestiu o paletó de madeira.

(77) \*O João deu uma vestida no paletó de madeira.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> Nas seções 2.4.3 e 4.4 retomo essa questão do efeito de diminutivização nas CVLs, para mostrar que, na realidade, ele resulta da compatibilidade entre o verbo leve *dar* e as propriedades da nominalização em *-ada* no que concerne a essa interpretação.

<sup>17</sup> (75) e (77) são inaceitáveis com leitura idiomática.

Adiante veremos que essas restrições são as mesmas que se colocam para sentenças comuns: assim, expressões idiomáticas que denotam eventualidades de *accomplishment*, como (70), ou que denotam atividade, como (71), formam CVLs, como em (72) e (73), respectivamente. De modo paralelo, expressões idiomáticas que denotam eventualidades do tipo de *achievement*, como (74) e (76), também se comportam exatamente como sentenças comuns, não admitindo a formação de CVLs, como se vê em (75) e (77):

Por tudo que foi apresentado, não gostaria de propor uma análise para as CVLs que desconsiderasse a contribuição que *dar* leve é capaz de trazer para essas construções. Na seção 3.2.3, portanto, apresentarei argumentos para caracterizar a natureza de predicado desse verbo nesse contexto.

## 2.4 *Sobre a Semântica das CVLs*

Nesta seção, apresento uma discussão sobre a interpretação de CVLs com *dar* no PB, bem como uma tentativa de estabelecer padrões semânticos para sua formação.

### 2.4.1 A Interpretação das CVLs

A observação geral das CVLs com *dar* no PB revela que sua interpretação pode ser descrita de modo bastante sistemático. Apresentarei, a seguir, as possibilidades de interpretação de uma CVL dessa natureza. Começo com o mini-diálogo em (78):

- (78) A: Mas ela emagreceu mesmo com a tal sopa?  
B: Ah! Ela deu uma emagrecida, sim.

Os falantes A e B parecem compartilhar da idéia de que *emagrecer* significa algo diferente, talvez algo mais do que *dar uma emagrecida* e, para os padrões de ambos, a pessoa de quem se fala ainda não emagreceu muito. É essa interpretação de *um pouco* que, em geral,

está presente nas CVLs. Para ampliar essa discussão, retomo dois dos exemplos de (3) a (8), repetindo-os em (79) e (80):

- (79) A Maria deu uma empurrada no carrinho.  
(80) A Maria deu uma escaneada em alguns textos.

A interpretação que se obtém de sentenças como (79) e (80), por exemplo, pode variar de acordo com as propriedades aspectuais, temáticas e sintáticas do predicado que dá origem à nominalização<sup>18</sup>. Sentenças como (79) e (80) podem ser parafraseadas pela forma verbal correspondente à nominalização associada a *dar* e têm, aproximadamente, os significados em (81) e (82):

- (81) A Maria empurrou o carrinho.  
(82) A Maria escaneou alguns textos.

A observação de que as CVLs se interpretam aproximadamente da mesma forma que suas paráfrases com verbos plenos sugere, inicialmente, que a contribuição semântica do verbo *dar* nesses casos é muito pequena, talvez mesmo inexistente. Essa hipótese é levantada, pelo fato de as interpretações possíveis para as sentenças derivarem de um processo composicional de construção do sentido, em que cada um de seus elementos participa ativamente da composição do significado resultante da combinação dos elementos. Assim, se a composição de significados culmina com CVLs podendo ser interpretadas como paráfrases aproximadas de outras sentenças cujo núcleo do predicado é a forma verbal da nominalização da CVL, então, parece que *dar*, nas primeiras, não contribui com conteúdo semântico para a construção do significado da sentença.

---

<sup>18</sup> A discussão sobre essas propriedades será apresentada na seção 2.4.2, que relaciona a produtividade das CVLs às propriedades aspectuais da nominalização.

É preciso, no entanto, ter cuidado com essa caracterização que se faz do verbo leve de uma CVL. A propriedade mais comumente atribuída a um verbo leve – verbo vazio de significado – é extremamente geral e não parece se aplicar sem restrições. Talvez fosse possível falar que um verbo leve é um “verbo tematicamente vazio, ao qual se associam marcas de pessoa e tempo”, como faz Jespersen (1949). No entanto, os exemplos que discutiremos a seguir mostrarão que há mais informações interpretativas nas CVLs do que já apontamos até agora e o verbo *dar* é um dos possíveis portadores dessas informações, como demonstraremos a seguir.

Além da observação de que CVLs significam aproximadamente o mesmo que suas paráfrases com verbos plenos, é importante atentar para o fato de que, nos pares constituídos por CVLs e paráfrases como essas, só as últimas implicam a realização, por completo, de uma eventualidade. Veja o par de sentenças em (83) e (84):

(83) Como faz todos os dias, o José varreu a sala e saiu.

(84) Como faz todos os dias, o José deu uma varrida na sala e saiu.

(83) é interpretada como *João varreu a sala toda*, o que não é necessariamente verdadeiro para (84): os exemplos em (85) e (86) confirmam as interpretações sugeridas:

(85) \*O José varreu a sala, mas a metade ficou sem varrer.

(86) O José deu uma varrida na sala, mas a metade ficou sem varrer.

Assim, *mas a metade ficou sem varrer* só poderá ser a continuação de (84), nunca de (83), que implica a varredura completa da sala e, portanto, será incompatível com uma informação adicional que indique que parte da sala não foi varrida. A CVL gera, assim, a interpretação de que a sentença expressa um pouco ou parte da eventualidade por ela denotada. Os pares de sentenças em (87) e (88), por um lado, e (89) e (90), por outro, também exibem essa diferença de interpretação:

- (87) A flor murchou.  
(88) A flor deu uma murchada.  
(89) A Ana emagreceu.  
(90) A Ana deu uma emagrecida.

A interpretação que se tem das CVLs em (88) e (90), é a de que algo aconteceu parcialmente: essas sentenças descrevem, respectivamente, um pouco das eventualidades de *a flor murchar* e *a Ana emagrecer*<sup>19</sup>.

Das propriedades que caracterizam uma eventualidade, ou seja, dos traços temporais estaticidade e dinamicidade, duratividade e instantaneidade, além de telicidade e atelicidade, será possível modalizar, com *um pouco* ou *parte de*, os traços dinamicidade, duratividade, telicidade e atelicidade. No primeiro caso, o resultado da modalização não é trivial: será a denotação de uma eventualidade menos dinâmica que a original, mas não estática; assim, se o traço dinamicidade se traduz pela presença de estágios sucessivos que ocorrem em momentos diferentes do desenvolvimento da eventualidade e se relaciona ao fato de tais eventualidades poderem ter agentes e ser tomadas como habituais, a ação da modalização sobre esse traço resultará em uma eventualidade com menos estrutura interna, ou com relações mais fracas com a interpretação agentiva ou habitual. Qualquer CVL se encaixa nesse tipo de modalização<sup>20</sup>. Veja por exemplo, que a estranheza de (92), na comparação com (91), parece indicar que há menos estágios em *dar uma lida* que em *ler*. A presença de *só* em (91) indica que, ao dizer *dei uma lida*, o falante entende que realizou apenas alguns dos estágios que compõem a eventualidade de *ler*. É como se ele dissesse: *Só dei uma lida, pra ler, falta ainda muita coisa...* Por outro lado, em *li*, todos os estágios dessa eventualidade foram realizados. Daí a incompatibilidade como *só*.

---

<sup>19</sup> O exemplo em (78), no início dessa seção, já havia sinalizado para essa diferença.

<sup>20</sup> O contraste com a impossibilidade de modalizar o traço estaticidade com *um pouco* pode facilitar a compreensão do resultado dessa modalização no traço dinamicidade. Não é possível conceber *um pouco* ou *parte de* um estado, exatamente, pelo fato de que um estado é homogêneo. *Um pouco* ou *parte de* um estado continua sendo o próprio estado. Por outro lado, *um pouco* ou *parte de* uma eventualidade dinâmica pode ser uma modificação considerável dessa eventualidade.

- (91) Eu não entendi o texto, por que eu só dei uma lida.  
 (92) ?Eu não entendi o texto, por que eu só li.

No segundo caso, a eventualidade denotada pela CVL tem duração um pouco menor que a original, como em *vou dar uma andada de bicicleta*; no terceiro caso, a modalização da telicidade resulta na interpretação de incompletude, exatamente o sentido que se obtém em (86) ou (90); a modalização da atelicidade, por sua vez, acrescenta um limite final arbitrário à eventualidade, mas não a torna tética: resulta em uma eventualidade que se desenvolve em um intervalo de tempo mais breve que o original, ou mesmo uma única vez, como em *o bebê deu uma soluçada e dormiu em seguida*<sup>21</sup>. Assim, a formação de uma CVL pode provocar quatro modificações importantes nas propriedades aspectuais dos predicados envolvidos, afetando a dinamicidade, a duratividade, a telicidade ou a atelicidade. De alguma forma, a estrutura das CVLs deve conter elementos que sejam responsáveis por essas alterações.

Observações semelhantes foram feitas por Diesing (1998:126). Com base nos dados de (93) a (96), a autora analisa a interpretação das CVLs do ídiche e apresenta as generalizações que seguem os exemplos abaixo, sugerindo que há um efeito comum para a interpretação das CVLs dessa língua:

- (93) Zi    git a glet        di kats.  
       she gives a pet     the cat  
       ‘She gives the cat a pet (once only).’  
       ‘Ela dá uma acariciada no gato (só uma vez).’
- (94) Ikh vel    an arbet        ton.  
       I    will    a work        do

---

<sup>21</sup> O fato de a leitura de singularidade ser possível para a CVL implica, certamente, uma relação estreita com a diminuição do traço duratividade.

‘I will work a little bit.’

‘Eu vou trabalhar um pouquinho.’

(95) Dos kind hot a shpil geton.  
the child has a play done

‘The child played a little bit.’

‘A criança brincou um pouquinho.’

(96) Maks ken a lern oys gebn a lid in tsen minut.  
Maks can a learn-out give a song in ten minutes

‘Max can memorize a song in 10 minutes flat.’

‘Max pode memorizar uma canção em exatamente dez minutos’

- (a) predicados atélicos tornam-se télicos e breves ou *diminutivizados* – (93), (94) e (95)<sup>22</sup>;
- (b) se o predicado atélico for serial, a *diminutivização* resultará na interpretação semelfactiva, ou seja, de ação de um tempo só – (93);
- (c) se o predicado atélico for não-serial, a duração do evento é truncada, *diminutivizada* e a interpretação resultante será a de *um pouquinho* – (94) e (95);
- (d) se o predicado for télico, o efeito *diminutivizador* pode ter uma interpretação de aumento da velocidade da ação – (96).

Já apontamos que esse efeito diminutivizador também se manifesta na interpretação das CVLs do PB. Os dados de (83) a (92), além dos que foram mencionados no corpo do texto e aparecem repetidos abaixo em (97) e (98), nos mostraram a diferença existente entre a interpretação de CVLs do PB e a de suas paráfrases com a forma verbal correspondente à nominalização associada a *dar*.

(97) Vou dar uma andada de bicicleta.

---

<sup>22</sup> Adiante, discutirei um pouco mais a questão do efeito dessa modalização sobre o traço atelicidade. Os dados do PB mostram que a eventualidade resultante passa a ter um limite final arbitrário, mas não se torna télica: continua sendo interpretada como atélica, mas apresenta uma duração truncada, diminutivizada, ou mesmo uma leitura de singularização.

(98) O bebê deu uma soluçada e dormiu em seguida

Nos exemplos comentados, essa diferença está relacionada aos traços dinamicidade, duratividade, telicidade ou atelicidade da eventualidade descrita: nas CVLs, há menos dinamicidade, como em (91), a duração é sempre mais curta, como em (84), (91), (97) e até (98); a telicidade, ou seja, a mudança de estado ou a completude da eventualidade é parcial, mas se mantém, como mostram os exemplos em (84), (86), (88), e (90); finalmente, a afetação do traço atelicidade pode resultar em uma eventualidade atélica singularizada, como (98). Isso vai resultar, como Diesing (1998) já observou para o ídiche, no efeito geral de diminutivização da eventualidade, que se observa nas CVLs.

A comparação entre as expressões abaixo e seus significados demonstra que o efeito diminutivizador se deve ao verbo leve *dar* ou, pelo menos, à sua relação com a nominalização em *-ada*:

- (99) João caminhou / estudou / passeou.
- (100) João fez uma caminhada / um estudo / passeio.
- (101) João deu uma caminhada / estudada / passeada.

Todos os exemplos em (101) têm interpretação diminutivizada em relação aos demais, evidenciando o papel importante que relação entre o verbo leve *dar* e a nominalização em *-ada* tem para a produção desse efeito, uma vez que os exemplos em (99) e (100), que não contam com esse verbo em sua representação, não admitem essa leitura.

Os dados indicam, porém, que a formação das CVLs e a conseqüente verificação do efeito de diminutivização depende de algumas condições semânticas que devem ser respeitadas. Assim, por exemplo, as CVLs só serão produzidas a partir de uma raiz com traços tais que permitam a modalização diminutivizadora. Raízes que denotem eventualidades estáticas, como em (102), ou instantâneas, como em (103), que não se desenvolvem estruturadamente em um intervalo temporal, não admitem uma

diminutivização dessas eventualidades através da formação de uma CVL, já que não haverá dinamicidade ou duração a diminuir<sup>23</sup>.

(102) \*O João deu uma acreditada em deus.

(103) \*O João deu uma alcançada no topo da montanha

Estamos falando, assim, da necessidade de que a eventualidade descrita pela nominalização seja de natureza dinâmica e durativa.

No entanto, a satisfação das exigências relacionadas à nominalização não garante a interpretação diminutivizada da CVL, como mostra o contraste entre *fazer uma caminhada* e *dar uma caminhada*, em que só a última tem essa leitura. Por outro lado, a presença do verbo leve *dar* sem a nominalização em –ada também não resulta na interpretação diminutivizada, como se pode perceber pelo contraste entre *dar uma explicação* e *dar uma explicada*, em que, mais uma vez, só a última tem leitura diminutivizada. Assim, somente a associação entre o verbo leve *dar* e a nominalização em –ada pode garantir o efeito diminutivizador observado nas CVLs com *dar*.

A formação de uma CVL, de acordo com Diesing (1998), resulta na expressão de eventualidades télicas ou atélicas. Isso explica por que tanto os testes de telicidade, quanto os testes de atelicidade parecem funcionar para as CVLs. Tradicionalmente, os correlatos gramaticais do traço telicidade/atelicidade envolvem a noção de completude. Verbos e advérbios de completude, tais como *acabar* ou *em uma hora*, contrastam com verbos que expressam interrupção, como *parar*, e advérbios de duração simples, como *por uma hora*. Sentenças que denotam eventualidades atélicas são incompatíveis com a noção de completude, aceitando apenas verbos como *parar* e modificadores do tipo de *por uma hora*, *por dois dias*, etc. Por outro lado, sentenças que denotam eventualidades télicas são compatíveis com a noção de completude, aceitando verbos de completude e modificadores

---

<sup>23</sup> Na seção 2.4.2, procurarei estabelecer uma sistematização para essas restrições.

do tipo de *em uma hora*, *em dois dias*, etc (cf. Vendler 1967:101 ou Smith 1990:43). Os exemplos de (104) a (107), mostram CVLs atélicas e télicas:

Atélicas:

- (104) João deu uma passeada por uma hora.
- (105) O João deu uma empurrada no carrinho por uma hora.

Télicas:

- (106) O João deu uma varrida na sala em dois minutos.
- (107) A Maria deu uma conferida em todos os livros em um dia.

Veja, ainda, as sentenças em (108) e (109):

- (108) ?O nenê deu uma tossida por dois minutos.
- (109) \*O nenê deu uma tossida em dois minutos.

As CVLs em (108) e (109), formadas de um semelfactivo, dinâmico, instantâneo e atélico, como *tossir*, não aceitam, nem expressões como *por dois minutos*, nem outras como *em dois minutos*, sendo que há um contraste claro entre as duas alternativas, apontando para uma aceitação maior da primeira expressão em relação à segunda. A eventualidade denotada pela CVL, embora admita a interpretação de um limite final arbitrário, é atélica e, por essa razão, é incompatível com expressão *em dois minutos*. (108), no entanto, não deveria ser estranha, já que, em geral, expressões como *por dois minutos*, são compatíveis com eventualidade atélicas. A evidência de que o problema dessas sentenças está na presença da expressão *por dois minutos* vem do exemplo em (110), que mostra que um verbo como *tossir* realmente pode ocorrer em uma CVL:

- (110) O bebê deu uma tossida.
- (111) O bebê tossiu.

A sentença em (111) pode denotar tanto uma atividade<sup>24</sup>, quanto um semelfactivo. Nos dois casos, têm-se eventualidades atéticas, justificando o contraste entre (112) e (113):

(112) O bebê tossiu por dois minutos.

(113) \*O bebê tossiu em dois minutos.

A simples presença dos traços dinamicidade e ateticidade nessa eventualidades poderia, de acordo com a discussão feita até o momento, explicar a possibilidade de ocorrência de (110), que denota uma eventualidade dinâmica de um tempo só (singular), se o predicado é interpretado como serial, ou uma eventualidade dinâmica, de duração truncada, se o predicado é não-serial<sup>25</sup>.

De fato, (110) pode ter as duas interpretações: assim, essa sentença tanto pode denotar uma eventualidade dinâmica, instantânea e atética, ou seja, uma eventualidade de um tempo só, como pode denotar uma eventualidade dinâmica, durativa e atética, em que a duração é mais curta que a duração de (111). Isso justifica a formação de (110), mas, como vimos, não justifica a estranheza de (108). No entanto, o contraste existente entre a presença de *por dois minutos* e de *em dois minutos* em (108) e (109), respectivamente, em que a primeira é um pouco melhor que a segunda, parece indicar que uma CVL não pode alterar a telicidade ou ateticidade de um predicado. Nem mesmo o estabelecimento de um limite final arbitrário para a eventualidade denotada por uma CVL, como parece ser o caso de *dar uma empurrada no carrinho*, altera esse traço: a telicidade ou a ateticidade do predicado original se mantém forte o suficiente para estabelecer contrastes como os de (108) e (109), por exemplo, que revelam a manutenção do traço ateticidade em (108).

---

<sup>24</sup> Essa possibilidade derivada do fato de que essa sentença pode denotar uma coleção de eventualidades instantâneas idênticas, ou seja, de várias eventualidades de *tossir*.

<sup>25</sup> Cf. as generalizações de Diesing (1998), apresentadas na página 103.

## 2.4.2 Confirmando Padrões para a Formação de CVLs com DAR em PB

As CVLs com *dar* se realizam de modo bastante produtivo no PB, como visto na seção 2.3.2. Os dados apresentados na Introdução apontaram para a diversidade de línguas em que construções semelhantes são verificadas e, entre elas, línguas, como o inglês (Campbell 1989) e o iídiche (Diesing 1998, 2000), também são descritas como bastante produtivas na formação de CVLs.

No PB, especificamente, as CVLs se formam a partir da combinação do verbo leve *dar* a nominalizações de diversos tipos, formadas a partir de raízes diferentes, que derivam verbos transitivos, intransitivos, inacusativos ou inergativos, etc<sup>26</sup>:

- (114) O João deu uma empurrada no carrinho.
- (115) João deu uma dormida.
- (116) O João deu uma sumida.
- (117) O copo deu uma quebradinha aí em cima. Cuidado com a boca!
- (118) Deu uma esfriada agora.

Nos exemplos de (114) a (118), o verbo leve *dar* se associa a uma nominalização transitiva em (114), a uma nominalização intransitiva inergativa em (115), a outra inacusativa ou ergativa em (116), a outra de alternância ergativa em (117) e até a uma nominalização que não seleciona argumentos, como em (118).

A discussão sobre a produtividade das CVLs, que apresento nesta seção, continua, como na seção anterior, tendo como base o trabalho de Smith (1991), apresentado na seção 1.2.3.1. Procuo definir quais dos traços temporais que a autora propõe como definidores das categorias aspectuais atuam como favorecedores, desfavorecedores ou como elementos neutros no que concerne à formação da nominalização e, conseqüentemente, da CVL. Os dados que discuti até o momento sugerem que os traços dinamicidade e duratividade

---

<sup>26</sup> Casos que envolvem nominalizações de raízes que também derivam verbos bitransitivos serão discutidos na seção 4.5.

favorecem a formação da CVL, os traços estaticidade e instantaneidade desfavorecem esse processo, enquanto que os traços telicidade e atelicidade são neutros em relação a essa questão. No entanto, a comparação entre CVLs e suas paráfrases, construídas com a forma verbal correspondente à nominalização associada a *dar* em outros contextos vai revelar um comportamento um pouco diferente desses traços em relação à formação da nominalização..

(119) O João olhou o nenê.

(120) O João deu uma olhada no nenê.

Os exemplos em (119) e (120) mostram que a ambigüidade detectada na sentença em (119) se preserva na CVL em (120). A sentença (119) é ambígua entre os significados *o Pedro dirigiu seu olhar ao nenê para observá-lo* e *o Pedro tomou conta do nenê*. Pode-se dizer que o mesmo é verdadeiro para (120).

Além disso, nas interpretações possíveis para a sentença em (119), a eventualidade denotada é do mesmo tipo nos dois casos. Assim, na interpretação em que *o Pedro dirigiu seu olhar ao bebê para observá-lo* tem-se a denotação de uma eventualidade dinâmica, durativa e atélica, que não contém um limite final intrínseco: uma atividade, segundo a classificação de Smith (1991). Na interpretação em que *o Pedro tomou conta do nenê*, a eventualidade denotada tem as mesmas características, constituindo-se, portanto, também em uma atividade.

Em (120), as eventualidades denotadas pelas duas interpretações também são do mesmo tipo. Nos dois casos têm-se eventualidades dinâmicas, durativas e atélicas, embora seja possível identificar, nesses casos, um limite final. Esse limite, no entanto, não é natural, mas arbitrário, resultante da formação da CVL, o que mostra, mais uma vez a particularidade da participação do verbo *dar* na construção da interpretação da sentença. O traço atelicidade se mantém e a sentença em (120) denota uma atividade.

A interpretação de que a eventualidade expressa pela sentença em (120) deve se desenvolver em um intervalo de tempo menor que o da eventualidade expressa por (119), nos permite compreender a idéia do limite final arbitrário, presente em (120) e, provavelmente, em todas as CVLs. Assim, a análise das propriedades aspectuais desse primeiro par de sentenças mostra que as propriedades dinamicidade, duratividade e atelicidade (cf. (119)) não impedem a formação de uma CVL e que a CVL formada pertencerá, nesse primeiro caso, à mesma classe aspectual à qual pertence a sua paráfrase. Essa observação difere das observações de Diesing (1998) sobre os efeitos de telicização verificados na formação de uma CVL a partir de alguns predicados atélicos do iídiche: O PB parece provocar menos mudanças que o iídiche na formação das CVLs<sup>27</sup>.

O verbo *chegar*, por sua vez, também pode ser ambíguo<sup>28</sup> e, nesse caso, as interpretações variam entre *ir/vir*<sup>29</sup> e *atingir o termo do movimento de ida ou vinda*, por exemplo.

- (121) O João chegou aqui em casa ontem.
- a) O João veio para a minha casa e ainda está lá.
  - b) O João concluiu seu movimento de vinda até a minha casa.

Pode-se perceber que as interpretações possíveis para (121) denotam eventualidades diferentes em cada caso. Na interpretação de *ir/vir*, em (121)a, a eventualidade denotada é dinâmica, durativa e télica, pois inclui o movimento de *ida* ou *vinda* a um alvo. É um *accomplishment*, segundo a classificação de Smith (1991). Na interpretação pontual de *atingir o termo do movimento de ida ou vinda*, em (121)b, a

---

<sup>27</sup> Castilho (1968:108) observa que é mais comum ao verbo passar de télico para atélico do que o contrário no PB. Essa pode ser a razão da diferença entre os efeitos da formação da CVL nessa língua e no iídiche: o português resiste mais ao processo de telicização que o iídiche.

<sup>28</sup> A ambigüidade, nesse caso, é mais sutil que no caso de *olhar*.

<sup>29</sup> A interpretação de *chegar* como *ir* ou *vir* dependerá da possibilidade de associação dos advérbios *lá* ou *aquí*, respectivamente, à sentença em que esse verbo aparece.

eventualidade denotada tem características semelhantes às de um *accomplishment*, diferindo dele por ser instantânea, já que não inclui o movimento: é um caso de *achievement*. Por outro lado, a expressão *dar uma chegada* em (122) só pode ser interpretada como *ir/vir*, sendo impossível a leitura de *atingir o termo do movimento de ida ou vinda*:

- (122) O João deu uma chegada aqui em casa.  
a) O João veio aqui em casa.  
b) #O João concluiu seu movimento de vinda até a minha casa.

Os exemplos em (122) nos apontam que, entre as duas possibilidades anteriormente descritas para (121), só a eventualidade dinâmica, durativa e télica admite a formação de uma CVL. De uma eventualidade dinâmica, instantânea e télica, como (121)b, não é possível formar-se uma CVL, como se vê pela impossibilidade da paráfrase em (122)b. Além disso, é possível dizer que a eventualidade descrita em (122), e parafraseada por (122)a, apresenta os mesmo traços que a eventualidade denotada em (121): dinamicidade, duratividade e telicidade. Mais uma vez, a duração da eventualidade denotada pela CVL é mais curta do que aquela denotada pela sentença com o verbo pleno correspondente à nominalização na CVL.

É significativa a observação de que a formação de uma CVL com *chegar* é possível, mas seu resultado preserva apenas uma das interpretações permitidas para o verbo *chegar*. Isso indica que a CVL com este verbo não se forma a partir de uma eventualidade instantânea, mas, justamente, a partir de uma eventualidade durativa, que ocorre em um intervalo de tempo. No caso de *olhar o nenê*, discutido acima, em que a ambigüidade original do predicado fica mantida na CVL, as duas interpretações possíveis também denotam uma eventualidade durativa.

Assim, a análise das propriedades aspectuais do segundo par de sentenças nos aponta que a propriedade instantaneidade pode representar um impedimento para a formação de uma CVL. Paralelamente ao verbo *chegar*, o verbo *dormir* também pode ser

ambíguo entre as leituras durativa (*estar adormecido*) e instantânea (*passar do estado de acordado para o de adormecido* ou *pegar no sono*):

- (123) O João dormiu bem à tarde.  
 (124) O João dormiu às 10 em ponto.

No primeiro caso, a eventualidade denotada é dinâmica, durativa e atélica, pois não tem limite final natural: é uma atividade. No segundo caso, tem-se uma eventualidade dinâmica, instantânea e télica, um *achievement*. Mais uma vez, somente a leitura durativa se presta à formação de CVLs com a nominalização *dormida*. A comparação dos exemplos em (125) e (126) serve de confirmação.

- (125) O João deu uma boa dormida à tarde.  
 (126) \*O João deu uma dormida às 10 em ponto.

Os exemplos em (127) e (128) são evidências de que o processo de formação de uma CVL mantém o traço durativo para a nova eventualidade denotada:

- (127) Quando eu dormi, o João chegou.  
 (128) Quando eu dei uma dormida, o João chegou.

Se (127) admite as interpretações *João chegou, quando eu já estava dormindo* (durativa) e *João chegou na hora em que eu peguei no sono* (instantânea), (128) só se interpreta como *João chegou, quando eu já tinha dormido um pouco*.

O que podemos observar, então, foi que a CVL se formou, quando foi possível identificar um (pequeno)<sup>30</sup> intervalo de tempo em que a eventualidade em questão se

---

<sup>30</sup> Coloco a palavra *pequeno* entre parênteses, pois seu sentido deve ser relativizado. O intervalo de tempo da eventualidade denotada pela CVL é pequeno em relação ao intervalo de tempo da eventualidade denotada por sua paráfrase com o verbo pleno.

realiza, ainda que esse intervalo não esteja explicitado na sentença. Em relação aos traços durativo/instantâneo, vimos que uma eventualidade durativa favorece a formação de uma CVL. Eventualidades instantâneas não têm essa propriedade, como mostram outros exemplos de (129) a (134):

- (129) O José alcançou o topo da montanha.
- (130) \*O José deu uma alcançada no topo da montanha.
- (131) A mãe do João morreu.
- (132) \*A mãe do João deu uma morrida.
- (133) O João perdeu o livro da Ana.
- (134) \*O João deu uma perdida no livro da Ana.

O par de exemplos abaixo parece apresentar problemas para a generalização proposta até agora. A eventualidade denotada por (135) é dinâmica, instantânea e atélica e, ainda assim a CVL em (136) é bem formada:

- (135) O bebê tossiu.
- (136) O bebê deu uma tossida.

As duas sentenças são ambíguas entre a interpretação em que o bebê tossiu durante um certo período e aquela em que ele tossiu uma única vez. Essa ambigüidade já foi apontada na seção anterior e pode ser resumida da seguinte maneira: na interpretação em que o bebê tossiu uma única vez, a eventualidade denotada por (135) é dinâmica, instantânea e atélica: um semelfactivo; a interpretação em que o bebê tossiu por um certo período sugere a repetição da mesma eventualidade de *tossir*, ou seja, um conjunto de eventualidades dinâmicas, instantâneas e atélicas.

Minha hipótese é que (136) é possível, pois deriva da interpretação de um conjunto de eventualidades de *tossir*. Assim, esse conjunto de eventualidades denotará uma eventualidade maior, com os traços dinamicidade, duratividade e atelicidade, que permite a formação de (136), que pode ser também uma atividade, mas com uma duração reduzida,

ou um semelfactivo. Na prática, a interpretação de semelfactivo é possível, pois a diminutivização da duração de uma atividade é compatível com a singularização dessa mesma eventualidade. Assim, (136) deriva da versão de atividade de (135).

O comportamento de *tossir* e dos semelfactivos em geral difere, então, do comportamento dos outros verbos com traço instantâneo observados até o momento. A explicação para essa falta de uniformidade pode estar na possibilidade de que as repetições da eventualidade de *tossir* e de outros semelfactivos, tais como *soluçar* criam o intervalo de tempo necessário para que essas eventualidades sejam interpretadas como um conjunto de iterações de uma eventualidade. O termo *durativo* se aplicaria assim ao conjunto de iterações e não apenas a uma de suas ocorrências. Com essas propriedades (dinâmica, durativa e atélica) esse conjunto de iterações se caracterizaria como uma atividade, cuja propriedade mais importante para a formação da CVL seria, exatamente, a duratividade.

De qualquer maneira, ainda que as duas sentenças admitam a leitura em que o bebê tossiu durante um certo tempo, em (136), esse intervalo será, seguramente, menor que em (135). Nesse sentido, é interessante observar que, mantendo-se fixo o tamanho do intervalo de tempo, a CVL não se formará, pois não será possível interpretar o intervalo de tempo em que a eventualidade que ela denota se realiza, como menor que aquele utilizado pela eventualidade denotada pela sentença com o predicado original.

(137) O bebê tossiu o tempo todo.

(138) \*O bebê deu uma tossida o tempo todo.

Portanto, dos seis traços definidores das classes aspectuais que vimos considerando até agora, estaticidade/dinamicidade, duratividade/instantaneidade e telicidade/atelicidade, pudemos observar que o traço duratividade favorece a formação da CVL. A seção 2.4.1, na página 105, trouxe dois exemplos em que uma eventualidade

estática e outra instantânea não admitiram a formação da CVL<sup>31</sup>. Os dados de (139) e (142) confirmam a restrição imposta pelo traço de estaticidade à formação da CVL..

- (139) A Maria soube o que fazer naquela hora.  
 (140) \*A Maria deu uma sabida no que fazer naquela hora.  
 (141) A Maria gostou do João.  
 (142) \*A Maria deu uma gostada do João.

As propriedades das eventualidades denotadas em (139) e (141) são estaticidade, duratividade e atelicidade. Nos dois casos a formação da CVL é bloqueada, como se vê em (140) e (142). Essa má-formação deve ser atribuída ao traço estático dos dois predicados, já que o traço durativo favorece a formação da CVL e o traço atélico não se mostrou restritivo quanto a esse processo nos exemplos anteriormente considerados.

Até aqui, portanto, esta seção mostrou que, considerando-se as propriedades definidoras das classes aspectuais, a formação de CVLs é um processo bastante produtivo no PB, sendo restrito apenas pelos traços estático e instantâneo. A força do traço instantâneo no impedimento da formação de uma CVL pode ser neutralizada se várias repetições da mesma eventualidade forem capazes de desencadear uma leitura durativa para uma coleção de eventualidades idênticas. Assim, o comportamento dos semelfactivos, que são instantâneos, pode desviar-se do esperado e, como já apontamos anteriormente, admitir a formação de CVLs a partir de predicados que denotam eventualidades como *piscar*, *bater na porta*, *soluçar*, entre outras da mesma natureza<sup>32</sup>:

- (143) O João deu uma piscada / uma soluçada / uma batida na porta.

---

<sup>31</sup> Os exemplos são: \*o João deu uma acreditada em Deus e \*o João deu uma alcançada no topo da montanha.

<sup>32</sup> Como sugeri acima, estes casos podem envolver uma possibilidade de acesso à leitura durativa, presente nos casos em que a repetição da eventualidade se verifica.

Outros exemplos serão analisados, para que se verifique se é possível manter que só os traços estaticidade e instantaneidade podem ser empecilhos para a formação de uma CVL. Assim, sentenças que denotam atividade, uma eventualidade dinâmica, durativa e atética, são o único tipo que não parece apresentar problemas para esse processo, já que as sentenças em (146) e (147), formadas a partir de (144) e (145), são ótimos exemplos de CVLs:

- (144) João passeou ontem.
- (145) A Maria empurrou o carrinho.
- (146) João deu uma passeada ontem.
- (147) A Maria deu uma empurrada no carrinho.

O traço atelicidade não se inclui, assim, entre os que bloqueiam a formação de uma CVL.

Por outro lado, as eventualidades de *accomplishment* descritas em (148) e (150) não formam CVLs, como se vê em (149) e (151):

- (148) A Maria construiu uma casa.
- (149) ?A Maria deu uma construída na casa.
- (150) A Maria destruiu a mesa.
- (151) ?A Maria deu uma destruída na mesa.

*Accomplishments* caracterizam-se como dinâmicas, durativas e téticas. Assim, a estranheza de (149) e (151) é, de certa forma, surpreendente, já que os traços de estaticidade ou instantaneidade não compõem as eventualidades descritas em (148) ou (150). Os dados acima indicam, assim, que o traço telicidade desfavorece a formação da CVL. A ocorrência de uma sentença como (152), no entanto, em que verbo *reformatar* também denotador de *accomplishment*, substitui o verbo *construir*, sugere que a generalização não seja exatamente essa.

- (152) A Maria deu uma reformada na casa.

Embora a sentença em (152) aponte uma diferença de comportamento do predicado *reformatar a casa* em relação aos predicados *construir uma casa* e *destruir a mesa*, em (149) e (151), respectivamente, parece que a exceção será, justamente, representada por predicados como esses últimos, já que outros predicados de *accomplishment* se comportam como *reformatar a casa*. Veja os exemplos de (153) a (160):

- (153) O João entortou a barra de ferro.
- (154) O João deu uma entortada na barra de ferro.
- (155) A Maria amassou o vestido.
- (156) A Maria deu uma amassada no vestido.
- (157) O João distraiu a Maria.
- (158) O João deu uma distraída na Maria.
- (159) A Maria caminhou até o parque.
- (160) A Maria deu uma caminhada até o parque.

Ao apresentar a proposta de Smith (1991), na seção 1.2.3.1 vimos que a mudança de estado que caracteriza a completude nas eventualidades de *accomplishment* pode ocorrer de várias formas, realizando-se em objetos afetados (*dobrar uma camisa*), objetos construídos (*escrever uma carta*), objetos consumidos (*destruir uma casa*), experienciadores afetados (*distrair a Maria*) ou na relação caminho-alvo (*caminhar para a escola*). A estranheza de (149) e (151) pode estar relacionada a essas possibilidades de realização da mudança de estado prevista para os *accomplishments*. As sentenças em (148) e (150) denotam eventualidades em que a mudança de estado se realiza em objetos construídos ou consumidos. Por outro lado, as sentenças em (153) e (155) denotam eventualidades em que a mudança de estado se dá no objeto afetado, aquela em (157) expressa uma mudança de estado no experienciador afetado e, finalmente, a sentença em (159) denota uma eventualidade cuja mudança de estado ocorre na relação caminho-alvo. Os exemplos em (149) e (151) mostram que é justamente nos casos de eventualidades do tipo de *accomplishment* em que a mudança de estado envolve um objeto construído ou um

objeto consumido que a CVL não se formará. Outros casos de *accomplishment* não apresentarão problemas para a formação da CVL, como se vê em (154), (156), (158) e (160)<sup>33</sup>. A sentença em (152), então, já que parte de um predicado que denota uma eventualidade como *reformar a casa*, que realiza a mudança de estado em um objeto afetado, não apresenta problemas<sup>34</sup>.

Repare que a expressão *dar uma bebida no vinho* parece ser possível, pois o vinho não deixa de ser vinho, quando alguém o bebe; por outro lado, a expressão *dar uma bebida no copo de vinho* soa estranha. A explicação vem, novamente, da noção de objeto consumido: enquanto o copo de vinho deixa de ser um copo de vinho à medida que alguém bebe do vinho contido nele, o vinho, propriamente dito, não deixa de ser vinho, ou seja, não tem suas propriedades alteradas.

Observando as sentenças de *accomplishment* em (153), (155), (157) e (159), percebe-se que elas são o que se pode chamar de *accomplishment* derivado, na medida em que a telicidade verificada nas eventualidades denotadas por essas sentenças decorre de expressões como, por exemplo, *até o parque*, em (159). Assim, pode-se dizer que as eventualidades primitivas não têm um fim intrínseco, mas passam a ter um, decorrente da inclusão dessas expressões na sentença. As sentenças de (161) a (164) mostram versões atélicas desses predicados, versões que, portanto, denotam atividades:

(161) O João entorta barras de ferro.

(162) A Maria amassa tudo que vê.

---

<sup>33</sup> Tim Stowell (c.p.) já havia me sugerido que verbos de *accomplishment* com a propriedade de realizar a mudança de estado em objetos construídos e consumidos talvez não admittissem a formação da CVL, justamente, pelo fato de não haver um objeto concreto que possa ser atingido pela eventualidade: o objeto está sendo construído ou consumido por ela. Em todos os outros exemplos de *accomplishment*, a mudança de estado se realiza no objeto ou experienciador afetados ou na relação caminho-alvo, já existente, independentemente da eventualidade em questão.

<sup>34</sup> Cabe apontar aqui que a comparação entre os exemplos em (149) e (151), por um lado, e o exemplo *o prefeito vai precisar dar uma reconstruída na cidade*, por outro, indica que esse último é sensivelmente melhor que os dois primeiros. Mais uma vez, a eventualidade descrita pelo exemplo melhor, *reconstruir*, realiza a mudança de estado em um objeto afetado, exatamente como no caso de *reformar*.

- (163) O João distrai crianças.  
(164) A Maria caminha de manhã.

A possibilidade de formação das CVLs no grupo de sentenças de (153) a (160) e no grupo de sentenças de (161) a (164) pode ser explicada de duas maneiras. Uma primeira explicação sugere que os traços telicidade e atelicidade são neutros em relação ao processo de formação de uma CVL. É difícil garantir a correção dessa explicação, já que, tanto no primeiro conjunto de exemplos (de (153) a (160)), como no segundo (de (161) a (164)), as eventualidades se caracterizam por serem dinâmicas e durativas, traços que favorecem a formação da CVL e podem justificar esse processo em todos os casos, sem que se precise recorrer aos traços de telicidade ou atelicidade.

Uma outra explicação leva em conta a natureza do traço telicidade dos *accomplishments* e dos *achievements*. As eventualidades do tipo de *achievement* como *matar o bandido*, *perder uma oportunidade*, *encontrar o relógio* ou *chegar a São Paulo*, por exemplo, não admitem a possibilidade de não se realizarem completamente. Por outro lado, eventualidades de *accomplishment* como *entortar a barra de ferro*, *amassar o vestido*, *distrair a Maria* ou *caminhar até a escola* sempre poderão admitir essa possibilidade. Assim, sugiro que entendamos essa noção de completude irreversível de uma eventualidade, que se aplica aos *achievements*, mas não aos *accomplishments*, como um traço de telicidade intrínseca. Dessa forma, a explicação para a formação das CVLs nos exemplos de (153) a (164) está na ausência desse traço de telicidade intrínseca, que se manifesta, por exemplo, em predicados de *achievement* e impede a formação da CVL, como se vê de (165) a (168)<sup>35</sup>:

- (165) \*O João deu uma matada no bandido.  
(166) \*A Maria deu uma perda na oportunidade.

---

<sup>35</sup> O predicado *ver o cometa* também parece exibir esse traço, que estou chamando de telicidade intrínseca, já que não admite a possibilidade de não se realizar completamente. Como esperado, a formação da CVL *\*dar uma vida/vista no cometa* a partir desse predicado é impossível.

- (167) \*O João deu uma encontrada no relógio.  
(168) \*A Maria deu uma chegada a São Paulo<sup>36</sup>.

Essa observação nos faz pensar em sentenças como as de (169) a (171), formadas de sentenças que denotam eventualidades dinâmicas, instantâneas e télicas:

- (169) O João deu uma abridinha na porta.  
(170) A Maria deu uma rasgada na calça.  
(171) O João deu uma imaginada na situação.

As eventualidades denotadas têm, portanto, um traço que favorece e outro que desfavorece a formação da CVL. Como estou sugerindo que, no que concerne à telicidade ou atelicidade, somente um traço como telicidade intrínseca pode bloquear a formação da CVL, então, a natureza da telicidade nas eventualidades de *abrir a porta*, *rasgar a calça* e *imaginar a situação* parece ser uma explicação possível para a boa formação das sentenças acima. Assim, o traço de telicidade intrínseca não poderá estar presente em nenhuma dessas eventualidades. Se isso for verdade, todas elas admitirão a possibilidade de não se realizarem completamente. Os exemplos abaixo confirmam a previsão:

- (172) O João começou a abrir a porta.  
(173) A Maria parou de rasgar a calça.  
(174) O João começou a imaginar a situação e logo parou.

Com essa observação, podemos dizer que três propriedades temporais favorecem a formação de uma CVL no português brasileiro: dinamicidade, duratividade e atelicidade, enquanto que as outras três – estaticidade, instantaneidade e telicidade intrínseca – desfavorecem esse processo. Na verdade, se pensarmos que os casos de eventualidades

---

<sup>36</sup> A interpretação relevante aqui é a interpretação instantânea que pode ser parafraseada da mesma maneira que (122)b: A Maria concluiu seu movimento de ida a São Paulo.

instantâneas que admitem a formação de CVLs são casos de eventualidades atéticas, como *tossir*, *soluçar*, etc ou de eventualidade téticas, mas não intrinsecamente téticas, como *abrir a porta*, *fechar a conta*<sup>37</sup> ou *rasgar o jeans*, então os traços que realmente impedem a formação de uma CVL ficam reduzidos a apenas dois: estaticidade e telicidade intrínseca.

As observações acima apresentam duas conseqüências importantes: em primeiro lugar, confirmam o que já vimos sobre algumas sentenças denotadoras de *achievement* não admitirem a formação de CVLs, e explicam o comportamento do exemplo em (175), derivado de um predicado de *achievement*, na presença de um sujeito como *meu carro*. Veja (176):

(175) \*João deu uma morrida ontem à noite.

(176) Meu carro deu uma morrida ontem à noite.

Para dar conta de (176) podemos recorrer a sua interpretação e verificar se ela é compatível com a noção de incompletude. Em outras palavras, é possível pensar que essa eventualidade não se realize completamente? O exemplo em (177) mostra que sim e o exemplo em (178) mostra que essa eventualidade pode até se repetir, o que significa que ela não se realizou completamente, ou seja, o carro não *morreu* para sempre:

(177) Meu carro começou a morrer ontem à noite, mas eu dei um jeito.

(178) Meu carro morreu várias vezes.

Esse exemplo mostra que o traço de telicidade intrínseca não se aplica ao predicado *morrer* no uso que é feito dele nas sentenças de (176) a (178). Assim, a formação da CVL se realiza sem problemas.

---

<sup>37</sup> É possível imaginar a situação em que o dono de um bar, a pedido de um cliente começa a fechar sua conta, mas pára, pois o cliente resolveu tomar a saideira.

Em segundo lugar, as observações acima dispensam a necessidade de se lançar mão do recurso da coleção de eventualidades, usado para explicar como eventualidades instantâneas como os semelfactivos admitem a formação de CVLs. Uma explicação em termos de coleção de eventualidades não se aplicaria a *achievements*, como *matar o bandido* e ficaria redundante, já que o traço de telicidade intrínseca está presente nos dois casos.

O quadro delineado nesta seção mostrou, então, que formação da CVL depende fundamentalmente do tipo de eventualidade denotada pelo predicado do qual se forma. Os traços que impedem a formação de uma CVL são, com certeza, os de estaticidade e telicidade intrínseca, além do estado do objeto atingido por uma eventualidade: um objeto construído ou um objeto consumido<sup>38</sup> apresentam restrições à formação da CVL.

Entre as cinco classes de eventualidades propostas por Smith (1991), apenas uma contém o traço estaticidade em sua composição: os estados. O traço de telicidade intrínseca também se realiza em apenas um tipo de eventualidade: os *achievements*. Entretanto, nem todo *achievement* possui o traço telicidade intrínseca e isso explica porque alguns deles podem formar CVLs. Finalmente, o estatuto de objeto construído ou consumido se verifica em apenas duas das cinco possibilidades de realização da mudança de estado dos *accomplishments*. Isso justifica a produtividade do processo de formação de CVLs em PB: serão formadas a partir de sentenças que denotam atividades, semelfactivos, *accomplishments* cuja mudança de estado não se realiza em objetos construídos ou consumidos, e *achievements* sem telicidade intrínseca<sup>39</sup>.

---

<sup>38</sup> Não é possível associar essa restrição à presença de um traço intrínseco de telicidade em *accomplishments* como *construir a casa* ou *destruir a cidade*, já que, nos dois casos, a eventualidade pode não se realizar completamente. Veja os exemplos: *o João parou de construir a casa*, *a prefeita está destruindo a cidade*. Este último exemplo mostra a realização do evento em progresso, apontando para o fato de que a completude não se realizou.

<sup>39</sup> Sem falar em telicidade intrínseca, Castilho (1968: 55 e 108) destaca a predominância de verbos atéticos sobre os téticos (uma proporção de 121 para 45). Essa observação pode ser interpretada como mais uma razão para a alta produtividade das CVLs no PB.

Além de CVLs formadas a partir das eventualidades mencionadas acima, também é possível formar CVLs como as seguintes:

- (179) O ladrão deu uma facada no dono da loja.  
(180) O João deu uma paulada na cabeça da cobra.

Para que as sentenças em (179) e (180) sejam possíveis é preciso admitir que sua formação se deu a partir de um predicado que denota uma atividade, um semelfactivo, um *accomplishment* cuja mudança de estado não se realiza em objetos construídos ou consumidos ou um *achievement* sem telicidade intrínseca. Os predicados dos quais essas CVLs podem se formar são *atingir com uma faca* e *atingir com um pau*. Esses são predicados dinâmicos e instantâneos. São também atélicos, já que são incompatíveis com a noção de completude, não tolerando co-ocorrer com verbos como *acabar* ou com advérbios do tipo de *em uma hora*, como mostram os exemplos de (181) a (184)<sup>40</sup>:

- (181) \*O ladrão *acabou* de atingir o dono da loja com uma faca.<sup>41</sup>  
(182) \*O ladrão atingiu o dono da loja com uma faca *em uma hora*.  
(183) \*O ladrão *acabou* de atingir a cobra com um pau.  
(184) \*O ladrão atingiu a cobra com um pau *em uma hora*.

São, portanto, predicados semelfactivos que, como já vimos, juntamente com atividades e *accomplishments* e *achievements* de tipos específicos, admitem a formação de CVLs.

---

<sup>40</sup> Retomo aqui o exemplo *levantar a bandeira*, discutido na nota 32 do capítulo I. Esse predicado foi descrito como atélico por aceitar somente um limite final arbitrário que pode ser expresso pelo acréscimo à sentença de expressões tais como *até o ponto mais alto*, que caracterizaria o alvo a ser atingido. O caso de *atingir X com Y* é semelhante a esse, já que a noção de limite final só poderá ser arbitrária e será incorporada à sentença através de expressões do tipo *até matar*, como em *atingir a cobra com um pau até matar*.

<sup>41</sup> *Acabar* em (181) e (183) quer dizer *terminou de fazer* ou *cumpriu a tarefa de*. Não significa o que, em inglês, geralmente, se expressa por *has just done*.



A formação de uma CVL a partir do predicado *escrever a carta* também não é natural, como mostra o exemplo em (188). Diferentemente do predicado *escrever no papel*, no entanto, o acréscimo do sufixo *-inha* não salva o processo de formação da CVL e (189) continua agramatical, mesmo com o sufixo *-inha*.

Veja outro exemplo, com o verbo *abrir*:

- (190) Verbo: abrir                      participípio irregular: aberto  
(191) ?O João deu uma abrida no livro.  
(192) O João deu uma abridinha no livro, mas não viu a foto.

Também nesse caso, a morfologia de diminutivo “salvou” a CVL em (191), resultando na sentença em (192). A eventualidade de *abrir o livro* é dinâmica, instantânea e télica, mas como vimos acima, ao comentar os exemplos de (169) a (174), o traço telicidade intrínseca não está presente nessa eventualidade. Isso justifica a possibilidade de formação da CVL.

Observando as CVLs que se mostraram estranhas em (186) e (191), além daquela em (188), que não aceitou a estratégia de salvamento do sufixo *-inha*, e de um exemplo como *\*dar uma vida no cometa*, que comentei na nota 35, podemos perceber que, em todos esse casos, estamos diante de verbos que, como apontou Basílio (1999), apresentam uma forma irregular para o participípio. No entanto, o participípio irregular não impede, de fato, a formação da CVL, como mostram (187) e (192), se o predicado do qual se forma a nominalização obedece as restrições semânticas para sua formação, ou seja, se não apresenta nem o traço de estaticidade, nem o de telicidade intrínseca. Por outro lado, se além de apresentar morfologia irregular de participípio, o predicado apresenta os traços de estaticidade ou telicidade intrínseca, então a CVL não se forma e a estratégia de salvamento

---

<sup>43</sup> Uma interpretação possível aqui é a que toma o sintagma *na carta* como adjunto, o lugar, o papel que João usou para escrever alguma coisa; mas nesse caso, trata-se de uma atividade, que, como vimos, permite a formação da CVL.

não funciona, como se tem em (188) e no exemplo *\*dar uma vida no cometa*. Isso mostra que a restrição morfológica parece irrelevante, nesse caso.

Além disso, o simples fato de possuir morfologia regular para o particípio não garante que a nominalização do verbo em questão seja possível e, conseqüentemente, não garante que a CVL com *dar* pode ser formada. O predicado *rir* em (193) ilustra esse ponto:

- (193) Verbo: *rir* particípio regular: *rido*  
(194) \*O João deu uma rida, quando viu a cena.  
(195) \*O João deu uma ridinha, quando viu a cena.

A má-formação das sentenças em (194) e (195) também não se explica pelas propriedades aspectuais de *rir*, que, por denotar uma atividade, não deveria impor restrições à formação de uma CVL. É possível que a existência do nome *risada* seja responsável pela impossibilidade dessas sentenças. Assim, a ocorrência de sentenças como (196) bloquearia a ocorrência das formas em *-ada* dos exemplos em (194) e (195)

- (196) O João deu uma risada, quando viu a cena.

A observação dos contextos de ocorrência para *risada*, em (197), mostra que esse nome só pode ocorrer na presença do verbo leve *dar*:

- (197) *dar* / \*fazer / \*tirar / \*tomar / \*levar uma risada

O nome *sorriso* apresenta comportamento semelhante, como se vê em (198), e a forma em *-ada* também é impossível nesse caso, como mostra o exemplo em (199):

- (198) *dar* / \*fazer / \*tirar / \*tomar / \*levar um sorriso  
(199) \**dar* uma sorrída

Por outro lado, nomes como *empurrão*, *passeio*, *arrumação*, entre outros, não têm capacidade para bloquear a forma em -ada: *empurrada*, *passeada*, *arrumada*, etc. Os exemplos em (200) mostram que, nesses casos, a forma básica<sup>44</sup> pode ocorrer, tanto com *dar* leve, quanto com outros verbos leves diferentes de *dar*, e a forma em -ada ocorre com *dar* leve sem problemas:

(200)	dar / fazer um passeio	dar uma passeada
	dar / fazer uma arrumação	dar uma arrumada
	dar / fazer uma lavação	dar uma lavada
	fazer um estudo	dar uma estudada
	fazer uma análise	dar uma analisada
	fazer um treino	dar uma treinada
	fazer uma leitura	dar uma lida
	fazer um exame	dar uma examinada
	fazer uma viagem	dar uma viajada
	fazer um teste	dar uma testada
	fazer um desenho	dar uma desenhada
	fazer uma junção	dar uma juntada
	fazer um telefonema	dar uma telefonema
	dar / ter uma explicação	dar uma explicada
	dar / tomar / levar um chute	dar uma chutada
	dar / tomar / levar um sumiço	dar uma sumida
	dar / tomar / levar um soco	dar uma socada
	dar / tomar / levar um susto	dar assustada
	dar / tomar / levar um drible	dar driblada
	tomar / levar uma queda	dar uma caída
	tomar / levar um tombo	dar uma tombada

O comportamento desses elementos nominais parece sugerir que nomes que só ocorrem com o verbo leve *dar* bloqueiam a ocorrência de nominalizações em -ada

---

<sup>44</sup> Usarei o termo “básica” para designar as formas como *beijo*, *empurrão*, *soco*, etc.

derivadas da mesma raiz, enquanto que nomes que ocorrem com outros verbos leves não bloqueiam as formas em *-ada* derivadas da mesma raiz<sup>45</sup>. A análise do nome *mergulho* e da nominalização *mergulhada*, através de seus contextos de ocorrência, em (201) e (202), e das propriedades aspectuais das eventualidades que denotam, dá suporte a essa generalização.

(201) dar / \*fazer / \*tirar / \*tomar / \*levar um mergulho.

(202) Fazer mergulho dar uma mergulhada

O contexto de ocorrência descrito em (201) diz respeito à eventualidade denotada pela tanto pela sentença em (203), quanto pela sentença em (204). Ambas são dinâmicas instantâneas e télicas e a telicidade aqui é intrínseca, já que não é possível admitir a possibilidade de a eventualidade de *mergulhar* ou *dar um mergulho* não se completar. Nessa interpretação, a CVL é impossível. O contexto descrito em (202), por sua vez refere-se à eventualidade denotada pela sentença em (205), que denota uma eventualidade dinâmica, durativa e atélica. Portanto, a CVL vai se formar, nesse caso, como em (206).

(203) João mergulhou.

(204) João deu um mergulho.

(205) João mergulha/faz mergulho.

(206) João deu uma mergulhada

Esses exemplos, além de darem suporte a generalização sugerida, ou seja, além de constituírem evidências de que um elemento nominal poderá bloquear a nominalização em *-ada*, se seu único contexto de ocorrência for o verbo leve *dar*, também confirmam a necessidade de se analisarem sentenças como (204) e (206) de formas diferentes, como sugeri, na seção 2.2, para exemplos como *dar um beijo*.

---

<sup>45</sup> Jairo Nunes (comunicação pessoal) me sugeriu essa generalização.

## 2.5 *Conclusão do Capítulo*

Nesse capítulo, discuti a forma geral das CVLs do PB – V X PP, comparando-a às CVLs do inglês e, baseando-me em suas propriedades aspectuais, temáticas e de subcategorização, procurei mostrar que há diferenças importantes entre as CVLs e as construções bitransitivas do PB, que apresentam a forma V NP PP. Também apresentei características distintivas das CVLs em relação às expressões idiomáticas, baseadas tanto na questão da produtividade, visivelmente maior para as CVLs, quanto na construção composicional do sentido, presente apenas nas CVLs.

Em seguida, procurei apontar as propriedades semânticas mais características das CVLs do PB que justificassem uma generalização para a possibilidade de formação de construções desse tipo, em termos dos traços temporais descritos para a categorias aspectuais em Smith (1991). De acordo com essa generalização, os traços estaticidade e telicidade intrínseca desfavorecem a formação de uma CVL. A atuação da modalização *um pouco* sobre os traços dinamicidade, duratividade, telicidade e atelicidade gera as interpretações que constituem o efeito geral de diminutivização presente nas CVLs.

Passo agora ao capítulo III em que discutirei a natureza de predicado ou argumento dos componentes da CVL.



## CAPÍTULO III

### AS RELAÇÕES DE PREDICAÇÃO NAS CVLS COM *DAR*

#### 3.1 *Introdução*

Este capítulo apresentará uma discussão sobre as relações de predicação dos componentes de uma CVL: o próprio verbo leve *dar* e a nominalização em –*ada*. Começo, apresentando uma breve discussão sobre as noções de predicado e argumento, emprestadas da lógica. O objetivo é identificar propriedades típicas dos predicados e argumentos, para fundamentar minha hipótese de que tanto o verbo leve *dar*, quanto a nominalização em –*ada* são predicados nas CVLs. Em seguida, discuto a restrição de definitude, característica das nominalizações que formam essas construções, com base em Higginbotham (1989), e sugiro que o indefinido de uma CVL tem propriedades de modificadores, com base em sua proposta de que, em predicados como *a lawyer*, o indefinido *a* tem propriedades de modificador e, por isso não satura o predicado *lawyer*.

#### 3.2 *Os Verbos Leves e as Nominalizações são Predicados ou Argumentos?*

Expressões lingüísticas assumem a função de predicado ou de argumento, dependendo de reunirem ou não conjuntos específicos de propriedades que definem um ou outro elemento. Apresento, abaixo, algumas das propriedades gerais dos predicados e argumentos, procurando, em seguida, discutir o estatuto de predicado ou argumento do verbo leve *dar* e das nominalizações em –*ada* no PB.

### 3.2.1 O que são Predicados e Argumentos?

Os termos *predicado* e *argumento* são empréstimos da Lógica. Para Frege, a noção de predicado é uma noção formal que remete a uma estrutura com lacunas, insaturada em seus termos, que admite ser preenchida de várias formas diferentes. Assim, para o autor, da mesma forma que as equações ou expressões analíticas, as sentenças assertivas podem ser decompostas em duas partes: uma completa em si mesma e a outra insaturada, devendo ter suas lacunas preenchidas:

A sentença em (1) poderá ser decomposta em *César* e *conquistou as Gálias*, por exemplo.

(1) César conquistou as Gálias.

A segunda parte dessa sentença contém uma lacuna que será preenchida pela primeira parte, que é um nome próprio. Qualquer outra expressão que represente um nome próprio poderia ter sido usada para o preenchimento dessa lacuna. Frege chama de *função* a parte insaturada da sentença, que corresponde ao predicado, e de argumento, a expressão que satura ou preenche essa função.

Verbos são predicados e os participantes de uma eventualidade denotada por um predicado verbal são seus argumentos. A estrutura argumental de um predicado reúne informações sobre os seus argumentos. Tais informações são determinadas pelas propriedades categoriais e semânticas – temáticas e aspectuais – dos núcleos lexicais. As propriedades categoriais indicam quantos argumentos o núcleo licencia e a que categoria<sup>1</sup> (nome (N), verbo (V), adjetivo (A), preposição (P) ou oração (C)) tais argumentos devem pertencer, para que sejam compatíveis com o núcleo a que se associam. As propriedades semânticas indicam os papéis temáticos que esse núcleo irá atribuir a seus argumentos e as

---

<sup>1</sup> Vimos, no Capítulo I, que essa questão do estatuto categorial de uma palavra é, ainda, objeto de muita discussão.

propriedades aspectuais a serem observadas nas sentenças em que esses elementos se apresentam. Outros itens lexicais, tais como nomes, adjetivos e preposições, também podem ser predicados.

Um verbo sem propriedades semânticas, temáticas e aspectuais para atribuir não selecionará um argumento. Um verbo com papéis temáticos a atribuir selecionará tantos argumentos quantos forem seus papéis temáticos disponíveis (Chomsky & Lasnik 1995: 30-31). Assim, a todo argumento de uma estrutura argumental corresponde um papel temático previsto pela grade temática do item lexical que é o predicado nessa estrutura.<sup>2</sup>

Grimshaw (1990) sugere que a estrutura argumental é uma formação complexa que reúne informações temáticas e aspectuais, enquanto que Tenny (1994) sugere que a estrutura argumental contém informações aspectuais apenas e que cada argumento previsto por essa estrutura deverá desempenhar um papel aspectual: será um argumento aspectual<sup>3</sup>. Modelos como esses diferem da proposta que defenderei nesta tese, pelo tipo de estruturação lexical que precisam assumir. Assim, para modelos com esses, o léxico produz palavras tais como *César*, *conquistou*, *as* e *Gálias* e cada uma delas tem um estatuto categorial e algumas necessidades que devem ser preenchidas para que tais palavras possam ocorrer em sentenças bem formadas como (1). Várias são as formas de formalização dessas necessidades e Grimshaw (1990) e Tenny (1994) são apenas dois exemplos. Muitas das teorias lexicalistas atribuem a cada item lexical propriedades de seleção de argumentos, além de suas exigências no que concerne à posição que cada um desses argumentos deve ocupar na oração. Assim, de acordo com teorias lexicalistas, *conquistar* seleciona um sujeito agente e um objeto paciente e sintagmas tais como *César* e *as Gálias* devem ocorrer nas posições em que possam receber Caso. Assim, a sintaxe é definida como a estrutura de constituintes de uma seqüência de palavras.

---

<sup>2</sup> Para maiores detalhes sobre as noções de predicados e argumentos, ver Frege (1978).

<sup>3</sup> Cf. nota 16 na seção 1.2.3.3, sobre a diferença entre argumento evento, como proposto por Davidson (1967/1980) e argumento aspectual, do tipo de *delimitadores* e *terminais*, em Tenny (1994).

Como já apontei anteriormente, o modelo da Morfologia Distribuída (MD) difere radicalmente do modelo lexicalista, na medida em que abandona a idéia de um componente lexical estruturado na arquitetura da gramática. A sintaxe não é apenas uma teoria da estrutura de constituintes observada em seqüências de palavras, já que palavras não equivalem a terminais sintáticos e nem os tipos de terminais sintáticos equivalem a classes morfológicas<sup>4</sup>. Na verdade, os sintagmas são construídos livremente, a partir de categorias abstratas definidas por traços universais que incluem traços funcionais tais como tempo, número, pessoa, definitude, etc.

Um modelo como esse explica a alternância entre sentenças como (2) e (3), por exemplo, da seguinte forma: há um único verbo *quebrar* que será interpretado transitivamente, se for inserido na estrutura apropriada para representar a sentença (2) e intransitivamente, se for inserido na estrutura apropriada para representar a sentença (3).

- (2) O João quebrou o copo.
- (3) O copo quebrou.

A inserção de *quebrar* em uma dessas estruturas preenche o significado da sentença, detalhando a natureza dos predicados e argumentos envolvidos. Esse preenchimento, no entanto, deverá ser sempre consistente com a estrutura semântica imposta pela própria estrutura sintática.

Logicamente, há restrições para a inserção de um item de vocabulário em uma estrutura sintática e os exemplos em (4) e (5) mostram isso:

- (4) ?A carne comeu o gato.
- (5) \*César conquistou ontem.

---

<sup>4</sup> Nos modelos lexicalistas terminais sintáticos do tipo N, V, A, ou P, equivalem a palavras que são *nomes*, *verbos*, *adjetivos* e *preposições*, respectivamente.

Enquanto (4) é apenas estranha e essa estranheza se deve ao nosso conhecimento dos eventos do mundo real, que sugere que um objeto como *carne* não come um animal como *gato*, (5) é agramatical e só seria bem formada, se o verbo *conquistar* denotasse uma eventualidade cuja expressão dispensasse um objeto tema.

Um modelo como a MD, portanto, deve assumir uma teoria de licenciamento que estabelece as condições gramaticais que regem a inserção de itens de vocabulário em estruturas sintáticas (cf. Harley & Noyer 2000).

### 3.2.2 DAR Leve é um Predicado

A seção 2.4.1 nos mostrou que o verbo leve *dar* tem um papel fundamental na interpretação de diminutivização presente nas CVLs. Isso sugere que *dar* leve não é vazio de significado e estabelece uma primeira distinção entre este verbo leve e os verbos auxiliares. Também diferentemente dos auxiliares, um verbo leve tem sempre a mesma forma de um verbo pleno, como já observaram Butt & Lahiri (2002) para o urdu. Isso também se verifica para o PB, e verbos como *dar*, *levar* ou *tirar* podem ocorrer tanto como verbos leves, como em (6), (8) e (10), quanto como verbos plenos, como em (7), (9) e (11):

- (6) João deu uma saída.
- (7) João deu um livro ao Pedro.
- (8) João levou um susto.
- (9) João levou a menina ao colégio.
- (10) João tirou um cochilo.
- (11) João tirou um lenço do bolso.

Sintaticamente, como também mostram as sentenças em (7), (9) e (11) os verbos leves ocorrem sempre antes de um predicado nominal indefinido. Os auxiliares, modais ou

não, por sua vez, não apresentam essa propriedade, como se vê nos exemplos de (12) a (14)<sup>5</sup>:

- (12) João **está** comprando um carro.
- (13) João **tem** trabalhado demais.
- (14) João finalmente **poderá** comprar a casa própria.

Há, ainda, outros tipos de evidências que contribuem para reforçar a análise do verbo leve *dar* como um elemento que apresenta uma contribuição semântica relevante para a CVL de que faz parte e que, portanto, deverá ser diferenciado dos verbos auxiliares. Refiro-me ao conjunto de sentenças formado pelos exemplos de (15) a (29):

- (15) A Maria deu uma garrafada na cabeça do ladrão.

A sentença em (15) será interpretada como *a Maria atingiu a cabeça do ladrão com uma garrafa*. Já vimos, na seção 2.4.2, que, de um modo geral, sentenças como essa podem ser traduzidas como *atingir Y com X*. Assim, *dar uma garrafada no ladrão* se interpreta como *atingir o ladrão com uma garrafa*, *dar uma cotovelada na mesa*, como *atingir a mesa com o cotovelo*, *dar uma estilingada no passarinho*, como *atingir o passarinho com um ou por meio de um estilingue* e assim por diante.

Desconsiderando a questão da especificidade da interpretação de uma sentença como (15), será interessante investigar se sentenças como essa se formam a partir de um

---

<sup>5</sup> Outra diferença sintática importante entre o verbo leve *dar* e os auxiliares está na possibilidade que os auxiliares apresentam de co-ocorrerem com a negação, como em *a Maria não está comprando batatas, mas cenouras*. O verbo leve *dar* não pode co-ocorrer com a negação dessa forma, como mostra o exemplo *\*a Maria não deu uma empurrada no carrinho*. Não tratarei, nesta tese, dos motivos pelos quais a negação não se aplica às CVLs com *dar*. Esse tema vai ser tratado em minha pesquisa futura.

processo semelhante ao que dá origem às sentenças em (16) e (17), apresentadas como (77) e (78) no capítulo II.

- (16) A Maria deu uma empurrada no carrinho.  
(17) A Maria deu uma escaneada em alguns textos.

A primeira hipótese é considerar que as nominalizações em -ada sempre derivam de um verbo, mesmo que a forma verbal em questão não esteja disponível foneticamente. Assim, as nominalizações *empurrada* e *garrafada* teriam estruturas sintáticas idênticas em que as raízes  $\sqrt{\text{empurr-}}$  e  $\sqrt{\text{garraf-}}$  se transformam, primeiramente, em verbos, para depois se transformar na nominalização em -ada. A diferença entre os dois casos estaria no fato de que a forma verbal “garrafar” não está disponível foneticamente. Nosso conhecimento de mundo, no entanto, saberia exatamente como interpretar essa estrutura, nos dois casos.

Os dados que apresentarei a seguir, de (18) a (25), no entanto, revelam a distinção que deve ser atribuída aos processos que derivam as sentenças em (16) e (17), por um lado, e a sentença (15), por outro<sup>6</sup>.

- (18) O João deu uma testada/testadinha nos aparelhos.  
(19) O João deu uma testada/\*testadinha na parede ontem, coitado! Quase machucou.  
(20) Sabe o que aconteceu? Um ladrão deu uma esfaqueada no João, mas não se preocupe, ele deu só uma esfaqueadinha de raspão.  
(21) Sabe o que aconteceu? Um ladrão deu uma facada no João, mas não se preocupe, ele deu só uma \*facadinha de raspão.

---

<sup>6</sup> Jairo Nunes (comunicação pessoal) me apontou a particularidade do uso do sufixo -inha nos exemplos que seguem: esse sufixo não ocorre em um contexto em que a raiz não possa ser realizada foneticamente como um verbo.

- (22) Você viu o jogo? O Ronaldo deu uma cabeçada na bola que foi uma coisa! Sabe, ele deu aquela cabeceadinha no jeito, entende?
- (23) O filho da Ana deu uma cabeçada na mesa, mas foi coisa à toa. Ele deu uma \*cabeceadinha, só isso, como acontece com toda criança!
- (24) O João exagerou... ele só precisava ter dado uma martelada/marteladinha naquele prego. Não era pra quebrar a parede!
- (25) O João ficou maluco... ele foi pra rua e deu uma martelada/\*marteladinha em cada pessoa que passou por ele. Tá preso, é claro!

Os dados sugerem que as nominalizações em *-ada* formadas de raízes que derivam verbos foneticamente realizados co-ocorrem com o sufixo *-inha*. As que são interpretadas como derivadas de raízes que não formam verbos foneticamente realizados não aceitam esse sufixo. Veja outros exemplos:

- (26) O João deu uma paulada/\*pauladinha na cabeça da cobra.
- (27) O João deu uma bolada/\*boladinha no colega da rua.
- (28) O João deu uma cotovelada/\*cotoveladinha na porta.
- (29) O João deu uma joelhada/\*joelhadinha no pé da mesa.

É importante observar, então, que o sufixo *-inha* não parece ter aqui a sua função canônica de diminutivo de formas nominais, mas pode estar sendo usado como uma marca aspectual, presente em formas verbais<sup>7</sup>. Esses dados revelam a importância do sufixo *-inha*

---

<sup>7</sup> Esmeralda Negrão (comunicação pessoal) sugeriu que a co-ocorrência entre os sufixos *-ada* e *-inha*, em casos como os de (26) a (29), por exemplo, parece impossível devido à incompatibilidade entre os significados expressos por cada morfema: *-ada* parece desencadear algo “violento”, enquanto que *-inha*, por ser diminutivo, sugere algo “suave”. Contra essa análise, Jairo Nunes (comunicação pessoal) apresenta o seguinte dado: *O João deu uma tacada/\*tacadinha especialíssima na última bola do jogo*. Como sugere Jairo Nunes, um jogo de sinuca pode requerer uma ação bem leve, mas, ainda assim, a ocorrência de *tacadinha* parece impossível.

para a formação das CVLs com *dar* no PB<sup>8</sup>. Parecem revelar, ainda, que essas CVLs tanto podem se formar a partir da associação do verbo leve *dar* a um elemento de natureza verbal, quanto a um elemento de natureza nominal<sup>9</sup>. O fato é que, tenha o associado de *dar* natureza verbal ou nominal, tais elementos devem ter em comum o fato de que ambos denotam uma eventualidade. Sem essa propriedade, esse elemento não seria aceito na mesma estrutura de *dar* leve, como mostram os exemplos em (30) e (31), em que, mais uma vez, o verbo leve *dar* restringe o elemento que figura como seu complemento na estrutura sintática, aos que apresentam propriedades de evento.

(30) O João deu uma testada / \*um teste no aparelho.

(31) O João deu uma desenhada / \*um desenho pra se distrair.

A discussão sobre os dados apresentados até agora, bem como a discussão sobre o efeito geral de diminutivização, já apresentada no capítulo II, nos forneceu mais argumentos em favor da hipótese de que há uma contribuição significativa do verbo leve *dar* para a interpretação da CVL: há uma diferença de interpretação entre uma CVL e sua paráfrase com verbo pleno, que se caracteriza pela diminutivização da eventualidade denotada pela CVL, e a presença do verbo *dar* na CVL desponta como uma diferença importante que pode estar na base da distinção entre as interpretações possíveis. Além disso, como pretendo demonstrar, o caráter predicativo de *dar* leve se justifica, principalmente, por seu papel na seleção e projeção do argumento externo da CVL e pela restrição que impõe ao seu complemento: só um predicado denotador de uma eventualidade

---

<sup>8</sup> Todos os diminutivos dos exemplos de (18) a (29) parecem ser possíveis, se houver uma expressão como *à toa* ou *de nada* na sentença. Assim, num contexto em que o menino da rua reclama que o João deu uma bolada nele, o João pode dizer: *Que é isso? Foi uma boladinha de nada!* Ou ainda, se alguém conta, admirado que o João deu uma paulada na cabeça da cobra, o João, modesto, pode dizer: *Dei uma pauladinha à toa*. Retomarei essa discussão no capítulo IV, para sugerir uma explicação para esses fatos.

<sup>9</sup> Assim, o PB assumiria propriedades semelhantes a línguas como o ídiche (Diesing 1998, 2000) ou o urdo (Butt 1995, 1998, 2002, Butt & Lahiri 1998, Butt & Geuder 2001 e Butt & Ramchand 2001a,b), que também admitem tanto elementos verbais, como nominais na formação de uma CVL.

que não apresente os traços semânticos estaticidade e telicidade intrínseca pode ser complemento de um verbo leve como *dar*.

Essa análise se aproxima da proposta de H&K, já que sempre será possível identificar uma eventualidade matriz implicando uma eventualidade subordinada. Essa eventualidade subordinada também poderá ser decomposta em outros sub-eventos que implicarão relações (*r*), estados (*s*), entidades (*n*), ou mesmo outras eventualidades (*e*), como indicam as representações semânticas sugeridas de (32) a (35):

$$(32) \quad e_1 \rightarrow e_2$$

$$(33) \quad e \rightarrow r$$

$$(34) \quad e \rightarrow s$$

$$(35) \quad e \rightarrow n$$

Esta situação, em que uma eventualidade implica outras noções semânticas, se representa, sintaticamente, pela relação de núcleo/complemento que se estabelece entre o predicado que denota a eventualidade matriz ( $e_1$  ou  $e$  nos exemplos de (32) a (35)) e o predicado que denota o outro evento ( $e_2$ ), a relação ( $r$ ), o estado ( $s$ ) ou a entidade ( $n$ ) em posição de complemento.

Minha hipótese é a de que a eventualidade representada pelo predicado matriz, que toma outras eventualidades, relações, estados ou entidades como complementos pode ser expressa, na sintaxe, pelo verbo leve *dar* das CVLs do PB ou por uma versão deste verbo não realizada foneticamente. Assumindo, em parte, as representações propostas por H&K para os diversos tipos de verbos, sugiro, apontando dados de CVLs e sentenças comuns do PB, que só o verbo leve, foneticamente realizado ou não, é capaz de projetar um argumento externo e selecionar uma eventualidade como complemento.

As CVLs se apresentam, assim, como evidência empírica para a proposta de que predicados denotadores de eventualidades dinâmicas se constroem a partir de uma estrutura

de eventos subjacente. Uma possível consequência desta análise será a constatação de que o argumento evento proposto por Davidson (1967/1980) para a forma lógica das sentenças de ação realmente existe e, no caso das CVLs, se realiza sintaticamente através das nominalizações em *-ada*, que apresentam propriedades típicas de eventos<sup>10</sup>. Na realidade, as propriedades de eventos das nominalizações se traduzem pela presença de um argumento evento em sua estrutura, que será licenciado por *v*. Da mesma forma que a relação com T e D, respectivamente, satisfaz, sintaticamente, o argumento evento de uma sentença (cf. Higginbotham 1985) e o argumento referencial de um nome (cf. William 1981), localizando no mundo o evento e a entidade, respectivamente, a relação com *v* licencia sintaticamente o argumento evento da nominalização (cf. seção 1.2.3.3).

Há, no entanto, uma diferença entre a análise que vou sugerir e aquela proposta por H&K, quanto ao estatuto categorial do complemento dos verbos que têm a função de permitir a realização daquelas categorias como verbos. Como vimos, H&K assumem a existência de pelo menos quatro categorias básicas (verbos, preposições, adjetivos e nomes). Embora, esse modelo faça a previsão de que operações sintáticas definirão o processo de formação de predicados, para seus autores, este processo se realiza no léxico e o conjunto de operações sintáticas que se realizam aí é denominado *sintaxe-L*.

Em minha análise, assumirei a hipótese, defendida pelo modelo da Morfologia Distribuída (Halle & Marantz 1993), de que o Léxico se distribui em vários pontos da arquitetura da gramática, não constituindo, portanto, um de seus componentes: são, na realidade, listas não computacionais de raízes atômicas da língua, ou feixes atômicos de traços gramaticais, determinados pela Gramática Universal e por princípios particulares das línguas naturais, que podem ser associadas, no máximo, a um argumento interno.

---

<sup>10</sup> Uma análise assim já foi proposta por Kearns (1988/2002).

Argumentos externos não são argumentos da raiz, mas são introduzidos sintaticamente (Marantz 1984, 1997)<sup>11</sup>.

Minha sugestão será, assim, que a formação da nominalização em *-ada* seja uma evidência dessas propriedades: a inserção da raiz, a partir da qual se forma a nominalização em *-ada* na estrutura sintática relevante a define como o predicado responsável pela seleção e projeção dos argumentos mais internos na estrutura da CVL. O argumento externo, se essa raiz for do tipo que deriva um verbo ou uma nominalização agentiva, ou seja, se for compatível com uma causa externa (cf. Marantz 1997), é projetado pelo verbo leve nessa mesma estrutura. Nesse caso, a nominalização pode ser definida como complemento de um *dar* leve do tipo de DO/CAUSE, em seu sentido mais geral. Se a raiz for do tipo que deriva um verbo ou uma nominalização não-agentiva, ou seja, se for incompatível com uma causa externa, aceitando unicamente a idéia de um causador interno (cf. Marantz 1997), essa nominalização será complemento de um outro tipo de verbo leve – BECOME/HAPPEN – e o argumento externo não será projetado<sup>12</sup>.

### 3.2.3 As Nominalizações em *-ada* são Predicados

Vimos, na seção 2.3.1.2, que não era possível sustentar que as relações temáticas estabelecidas em uma CVL fossem responsabilidade apenas do verbo *dar*. Assim, sentenças

---

<sup>11</sup> David Embick (notas de aula) descreve a noção de agentividade de duas maneiras distintas: sintaticamente ou nocionalmente. Agentividade sintática ou gramatical é a que se realiza através da projeção de um verbo leve. Agentividade nocional ou enciclopédica é aquela que está presente em algumas raízes que são tomadas como agentivas, sem que isso precise ser expresso sintaticamente. A raiz  $\sqrt{\text{destroy}}$ , por exemplo, tem agentividade enciclopédica em casos como *destruction* em que a noção de agente se realiza pelo possessivo, como em *the Roman's destruction of the city*. Em *the Romans destroyed the city*, por outro lado, a noção de agentividade se expressa sintaticamente, na posição de especificador de um verbo leve. A raiz  $\sqrt{\text{grow}}$  não tem agentividade enciclopédica, como mostra a agramaticalidade de *\*John's growth of tomatoes* contra a gramaticalidade de *the growth of tomatoes*. Entretanto, essa mesma raiz pode apresentar agentividade sintática, como na sentença *John grows tomatoes*, em que um verbo leve foi inserido, projetando uma posição de especificador que abriga o agente *John*.

<sup>12</sup> Esta discussão acontecerá no capítulo IV.

do PB como (36) e (37), apresentam diferenças quanto às relações temáticas nelas estabelecidas:

(36) A Maria deu uma empurrada no carrinho.

(37) João deu um presente para o Paulo.

A atribuição de papéis temáticos em (36) não envolve apenas o verbo *dar*: A nominalização *empurrada* é responsável por parte das associações temáticas em jogo nesta sentença. Por outro lado, as relações temáticas em (37) são determinadas exclusivamente por *dar*, o núcleo do predicado.

Para um modelo lexicalisa, esta inegável contribuição temática da nominalização *empurrada* em (36) é uma primeira indicação de que os nomes em *-ada* associados ao verbo leve *dar* em uma CVL, são predicados, já que a propriedade de atribuir papéis temáticos indica a relação que um predicado estabelece com seus argumentos. Para a MD, é a inserção da raiz  $\sqrt{\text{empurr-}}$  na estrutura sintática relevante para as nominalizações que a caracteriza como um predicado. Assim, para mostrar que as nominalizações em *-ada* são predicados, esse modelo deve mostrar que a relações que essa raiz estabelece com os outros elementos da estrutura à qual pertence realmente a caracterizam como predicado.

De qualquer modo, a identificação da natureza precisa, de predicado ou argumento, das nominalizações nas CVLs com *dar* é uma questão fundamental. Kearns (1988/2002:1 e 2) faz uma distinção entre predicados leves verdadeiros, do tipo de (38) e (39), de um lado, e predicados de ação vaga, do tipo de (40) e (41), do outro.

(38) give the floor a sweep  
'dar uma varrida no chão'

(39) have a lick of this ice-cream  
'dar uma lambida no sorvete'

- (40) make an inspection  
'fazer uma inspeção'
- (41) do the ironing  
'passar roupas'

Para essa autora, a diferença entre os dois tipos de predicado está no fato de que *a sweep* e *a lick*, nos dois primeiros exemplos se comportam como predicados, enquanto que *an inspection* e *the ironing*, nos dois últimos, se comportam como argumentos. Assim, nos predicados de ação vaga, o complemento pode ser transformado no sujeito de uma passiva (em (42)) e pode, ainda, ser relativizado ou pronominalizado (em (43) e (44), respectivamente).

- (42) An inspection was made some time last week.  
'Uma inspeção foi feita em algum dia da semana passada.'
- (43) The offer (which) the finance company made was surprisingly generous.  
'A oferta que a companhia financeira fez foi surpreendentemente generosa'
- (44) The Health Department made an inspection on Monday and may make another one before prosecuting.  
'O Departamento de Saúde fez uma inspeção na segunda-feira e pode fazer outra antes do processo.'

Uma vez que apresentam comportamento de argumentos, então os complementos dos predicados de ação vaga devem ser tematicamente marcados.

Os elementos nominais em predicados leves verdadeiros, ao contrário, não admitem nenhum dos processos ilustrados acima.

- (45) \*A sweep was given to the kitchen floor this morning.  
'Uma varrida foi dada no chão da cozinha esta manhã.'

- (46) ??The pull (which) John gave to the rope had little effect.  
'A puxada que o John deu na corda teve pouco efeito.'
- (47) \*I gave the soup a heat and then Bill gave it one too.  
'Eu dei uma esquentada na sopa e depois o Bill deu a ela uma também.'

Isso significa que as nominalizações nessas sentenças não podem ser tematicamente marcadas.

Assim, será interessante observar o que ocorre com as nominalizações das sentenças do PB, de (48) a (50), quando os testes sugeridos por Kearns (passivização, relativização ou pronominalização do complemento) lhes são aplicados.

- (48) A Joana deu uma empurrada no menino.  
(49) A Lúcia deu uma arrumada perfeita no armário.  
(50) Ele deu uma verificada nos aparelhos novos.

O processo de relativização aplicado às três sentenças resultou em sentenças marginais, mas não exatamente mal formadas:

- (51) ?A empurrada que eu dei no menino jogou ele no chão.  
(52) ?A arrumada que a Lúcia deu no armário ficou perfeita.  
(53) ?A verificada que ele deu nos aparelhos novos revelou problemas.

Assim, considero apenas os processos de passivização e pronominalização para a discussão sobre o estatuto da nominalização, pois a relativização é um ambiente que oblitera o efeito de definitude também em outros casos tais como nas sentenças existenciais:

- (54) Tem a pessoa que eu mencionei.

Os exemplos listados abaixo, de (55) a (60), mostram que as nominalizações em *-ada* também não toleram os processos de passivização e pronominalização.

- (55) \*Uma empurrada foi dada no menino.  
 (56) \*O que a Joana deu no menino? Uma empurrada.  
 (57) \*Uma arrumada foi dada nos armários.  
 (58) \*O que a Lúcia deu no armário? Uma arrumada perfeita.  
 (59) \*Uma verificada foi dada nos aparelhos novos.  
 (60) \*O que ele deu nos aparelhos novos? Uma verificada.

As nominalizações em *-ada* exibem, portanto, um comportamento uniforme em relação aos processos de passivização e pronominalização, típicos de elementos referenciais, com propriedades argumentais, não admitindo tais processos. Isso as caracteriza como predicados e caracteriza os predicados em que aparecem como predicados leves verdadeiros, como sugere Kearns (1988/2002).

Há ainda outros casos que revelam que as nominalizações em *-ada* das CVLs se comportam exatamente da mesma maneira que os predicados verbais formados a partir das mesmas raízes. Às vezes, um argumento determinado por um predicado pode não estar explícito na sentença. Assim, não é incomum a ocorrência de sentenças como as de (61) a (63), do PB e do inglês (exemplo de Campbell 1989:37), que têm implícito um dos argumentos determinados pelos predicados *dar*, *comer* e *give*, respectivamente.

- (61) A Maria gosta de dar presentes.  
 (62) O João comeu bem hoje.  
 (63) Did you give Christmas presents this year?  
 Você deu presentes de natal esse ano?

A mesma possibilidade de ocorrência de argumentos implícitos, verificada para determinados predicados verbais, existe para as nominalizações derivadas das mesmas raízes:

- (64) Fred gave a push.  
Fred deu um empurrão.
- (65) John gave a pull.  
John deu um puxão.

Assim, a partir da observação deste fato no inglês, Campbell (1989:38) argumenta em favor do caráter de predicado dessas nominalizações.

Paralelamente ao que foi atestado em Campbell (1989) para o inglês, há exemplos de CVLs no PB em que um dos argumentos da nominalização não aparece explicitamente. O diálogo em (66) é um caso possível e os exemplos em (67) e (68) revelam que, nesse aspecto, a nominalização se comporta exatamente como o predicado verbal correspondente:

- (66) A: O que você vai fazer?  
B: Vou ler/dar uma lida.
- (67) \*Vou empurrar.
- (68) \*Vou dar uma empurrada.

O argumento interno da nominalização *lida* fica implícito, exatamente como o do verbo *ler*; no entanto, nem a nominalização *empurrada*, nem o verbo *empurrar* aceitam realizar seu argumento interno implicitamente. Mais uma vez, o comportamento da nominalização se assemelha ao comportamento do predicado verbal correspondente.

A discussão apresentada nesta seção sugere, portanto, que as nominalizações em -*ada* podem ser analisadas como predicados. Dessa forma, uma vez que se associarão a

outro predicado representado pelo verbo leve *dar*, a CVL com esse verbo e essa nominalização representa um caso de predicação complexa. No capítulo IV, a discussão sobre as propriedades da nominalização será ampliada e uma proposta de representação sintática será apresentada para as nominalizações em *-ada*.

### 3.3 A Restrição de Definitude nas Nominalizações das CVLs

Em geral, as CVLs das línguas naturais obedecem a restrição de definitude, que restringe a ocorrência de expressões definidas em determinados ambientes lingüísticos. No caso particular das CVLs, a nominalização associada ao verbo leve será, na maioria dos casos, indefinida, como se vê em *a try*, no exemplo (69) do inglês (cf. Campbell 1989:3), *a glet*, no exemplo (70) do ídiche (cf. Diesing 1998:126), *uma varrida* e *uma olhada*, respectivamente, nos exemplos em (71) e (72) do PB<sup>13</sup>.

(69) Fred gave anchovies a try.

(70) Zi git a glet di kats

She gives a pet the cat

‘She gives the cat a pet (once only).’

‘Ela dá uma acariciada no gato. (só uma vez)’

(71) O José deu uma varrida na sala.

(72) A Maria deu uma olhada no nenê.

A tentativa de formação de CVLs com nominalizações definidas falha no inglês (cf. Campbell 1989:3) ou no PB, como se vê nos exemplos de (73) a (76), a seguir:

---

<sup>13</sup> A nominalização das CVLs é definida em casos especiais como relativização: *a olhada que eu dei no Rui fez ele ficar com medo de mim*, que, como apontei na seção 3.2.3, oblitera o efeito de definitude.

- (73) \*I gave John every push.  
 Eu dei John toda puxada.  
 “Eu dei toda puxada no João.”
- (74) \*A Maria deu a varrida na sala.
- (75) \*A secretária deu cada conferida nos livros.<sup>14</sup>
- (76) \*Os motoristas deram toda parada no sinal vermelho.

O final da seção 3.2.2 sugere a existência de dois verbos leves *dar*<sup>15</sup>, com valor de predicado evidenciado pelas propriedades de seleção/projeção de um argumento interno de natureza eventiva, que denote uma eventualidade que não contenha os traços de estaticidade e telicidade instrínseca, como descrito na seção 2.4.2. Um desses verbos leves poderá, ainda, projetar o argumento externo da predicação. Também já foi apontado que a nominalização contribui de maneira importante, selecionando/projetando os argumentos mais internos da CVL. Trata-se, assim, de um predicado de natureza nominal. O fato é que as nominalizações em –ada das CVLs com *dar* devem ser indefinidas e a pergunta que segue é, sem dúvida, “o que isso significa, em termos teóricos?”.

Ao tratar dos predicados nominais Higginbotham (1989) levanta duas questões importantes sobre eles: i) por que os predicados nominais devem ser indefinidos?, e ii) por que podem ocorrer como predicados? Na realidade, o autor considera intrigante a simples existência de predicados nominais, uma vez que sintagmas nominais são argumentos prototipicamente.

Higginbotham (1989) assume, seguindo Rothstein (1983), que *argumentos* são *saturados* e *predicados* são *não saturados* (exatamente como para Frege). O papel mais comum do determinante é saturar um predicado nominal. Isso deveria se aplicar a

---

<sup>14</sup> Esmeralda Negrão (c.p.) me apontou que exemplos como este têm uma interpretação muito particular no PB. Além disso, Jairo Nunes (comunicação pessoal) e Nunes (2001b) destacam o papel da entonação silabada para a obtenção da interpretação relevante.

<sup>15</sup> Esse tópico será discutido em detalhes na seção 5.2.

determinantes definidos e indefinidos. No entanto, o fato de uma nominalização indefinida poder funcionar como um predicado parece indicar que o indefinido pode não saturar o predicado nominal. Assim, um predicado nominal seria não saturado, mesmo ao nível de sua projeção máxima.

Foi a observação de que a manutenção da premissa de que determinantes, invariavelmente, ligam ou saturam posições vazias poderia gerar a impossibilidade de que uma sentença como (77) fosse formada que levou Higginbotham (1989: 46 e 47) a propor que o artigo indefinido dessa sentença fosse interpretado exatamente como um adjetivo é interpretado:

- (77) John is a lawyer.  
John é um advogado.
- (78) a(x) & lawyer(x)

O autor argumenta que a expressão *a lawyer* resulta da operação em (78), na qual *a* significa *one*, ou seja, é um predicado verdadeiro para cada indivíduo, cada coisa individualmente, ou para cada coisa que não seja plural. A sentença em (77) se forma, se (78) predica do sujeito *John*.

Essa proposta se fundamenta em uma proposta anteriormente feita em Higginbotham (1985) para o significado da modificação adjetival. Para este autor, a interpretação dessa operação de modificação deve ser a de identificação de posições nas estruturas temáticas do adjetivo modificador e do nome modificado. Assim, uma modificação adjetival do tipo *brown cow* se forma como (79):

- (79) [[brown, < 1> ] [cow, < 1> ], < 1> ]  
marrom      vaca

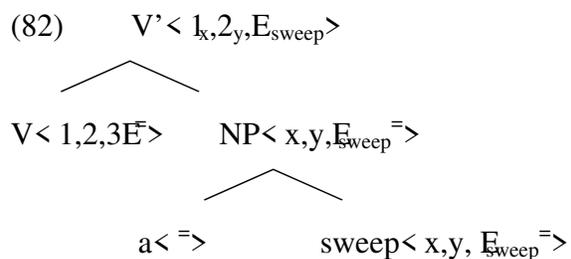
O modificador e o nome modificado exibem posições vazias e a identificação entre elas está marcada, em (79), pela linha que conecta as duas posições. A identificação faz parte da estrutura sintática e o sintagma formado, *brown cow*, da mesma forma que seu núcleo, terá uma posição vazia. Assim, a modificação é interpretada como a conjunção de dois predicados e (79) será verdade para todas as coisas que forem *brown* e *cows*. Para uma sentença como (80), por sua vez, a análise é a que segue:

- (80) They are three friends of mine.  
Eles são três amigos meus.

*Three* se interpreta como um predicado que é verdadeiro para conjuntos de três elementos. Se um conjunto como esse e o predicado *friends of mine* são verdadeiros para a pluralidade denotada por *they*, então a sentença em (80) é verdadeira.

Kearns (1988/2000:14) acredita que essa análise possa se aplicar às CVLs do inglês como em (81), representada esquematicamente, em (82):

- (81) John gave the floor a sweep.  
John deu o chão um varrer  
'John deu uma varrida no chão.'



Kearns (1988/2002) propõe para as CVLs do inglês uma representação sintática que assume uma noção de verbo leve paralela à que Campbell (1989) defende em sua tese.

Para Kearns, em especial, o verbo leve *give* contribui para a CVL com uma estrutura argumental sintática (SAS), que representa o potencial de uma palavra para licenciar argumentos por marcação temática, além de seu potencial para licenciar um NP por marcação de Caso. Não há uma estrutura léxico-conceitual (LCS) prevista para o verbo leve. A nominalização, por sua vez, contém apenas uma LCS que descreve a natureza do evento e os papéis semântico-temáticos que seus participantes devem ter, sem disponibilizar uma SAS.

A representação em (82) deve ser interpretada assim: *give* leve terá a SAS <1,2,3,E>. A posição sintática 3 de *give* leve será ocupada por *a sweep*, que recebe Caso. Se o indefinido *a* for tratado como o modificador “um” e não como um quantificador existencial, sua posição aberta se descarrega por identificação<sup>16</sup> com a posição <E> de *sweep*<sup>17</sup>, produzindo a leitura esperada de modificação “sweep(e) & one(e)”, proposta em Higginbotham (1989:47 e 48)<sup>18</sup>. Assim, *a* não satura a posição <E> da nominalização, que fica livre para ser descarregada por identificação com a posição <E> de *give*. Como a posição <E> de *a sweep* é identificada fora da nominalização, fica claro que o NP, nesse caso, é um predicado, não saturado, e não pode ser tomado como temático por *give*.

Minha sugestão, então, é que os indefinidos das nominalizações em *-ada* das CVLs do PB também se comportam como modificadores. Na verdade, são predicados que têm suas posições vazias descarregadas por identificação com as posições vazias das nominalizações que modificarão. Sendo eventiva, a nominalização tem uma posição vazia para o argumento evento, como *empurrada* <e>. A modificação resultante será interpretada como a operação de conjunção entre o predicado indefinido e o predicado expresso pela

---

<sup>16</sup> Como vimos, a operação de modificação, como sugere Higginbotham (1989), deve ser interpretada como a identificação de posições na estrutura temática do modificador e do elemento modificado.

<sup>17</sup> *sweep* é uma nominalização eventiva, um predicado, que se caracteriza como tal, por ainda não ter saturado sua posição de argumento evento. A operação de modificação identifica essa posição, mas não satura esse predicado.

<sup>18</sup> Kearns (1988/2002:5) também descreve um efeito de diminutivização para as CVLs do inglês. Para ela, é essa leitura de modificação que contribui para a verificação desse efeito de diminutivização.

nominalização e será verdade para as eventualidades que forem *únicas* e de *empurrar*, como em *uma empurrada*, por exemplo.

(83) uma(e) & empurrada(e)

Da mesma forma que seu núcleo, o predicado resultante conterà ainda uma posição vazia < e > , mantendo seu valor de predicado.

(84) [[uma, < e > ] [empurrada, < e > ], < e > ]  
└──────────────────┘

Na base dessa análise está, então, a concepção do indefinido que ocorre na CVLs como um modificador do tipo “one” que se licencia na estrutura por identificação com uma posição vazia < e > da nominalização em-*ada*. Não sendo um quantificador, o indefinido não liga essa variável, ou seja, não satura o predicado, que mantém vazia a posição de argumento evento.

De que natureza será essa variável? Minha sugestão é que essa variável também seja determinada pelo domínio sintático em que se encontra. As nominalizações eventivas se formam a partir da inserção de uma determinada raiz em uma estrutura sintática que contém um traço < e > , do tipo eventualidade, e as nominalizações não-eventivas se formam a partir da inserção de uma raiz em uma estrutura sintática que não contém o traço < e > .

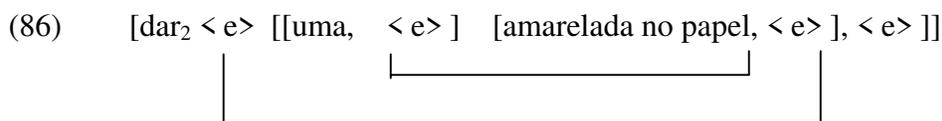
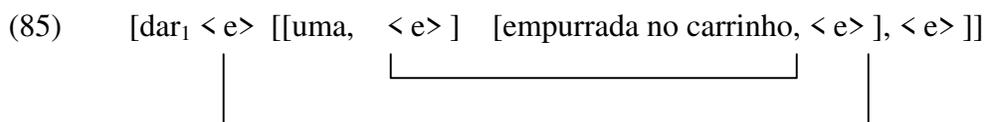
A diferença entre os dois tipos de nominalizações está, portanto, nas projeções que compõem sua estrutura interna. Assim, sugiro que as informações que Kearns (1988/2002) propõe que estejam na estrutura léxico conceitual da nominalização (x, y, < e > ), na realidade, se distribuam entre propriedades intrínsecas da raiz<sup>19</sup> e propriedades atribuídas a ela pelas projeções funcionais, dependendo da estrutura em que ela se inserir.

---

<sup>19</sup> Este seria o caso de y, que representa o argumento interno.

Em particular, o traço < e> será atribuído à raiz pelo núcleo da projeção vP, como apontarei nas seções 4.3 e 4.4<sup>20</sup>. O modificador indefinido em (83), antes tomado como um predicado verdadeiro para cada indivíduo, cada coisa individualmente, ou para cada coisa que não seja plural, como visto através dos exemplos de (77) a (80), será verdadeiro, nesse caso, para cada eventualidade de *empurrar* que não seja plural.

A variável < e>, resultante da operação de modificação realizada entre *uma* e *empurrada no carrinho* ou *uma* e *amarelada no papel*, em (85) e (86), respectivamente, será licenciada, por identificação, pelo argumento < e>, previsto pelas propriedades de predicado dos dois verbos leves *dar*, que seriam  $v_1$  e  $v_2$ , para Marantz (1997).



No caso da CVL *o João deu uma empurrada no carrinho*, o verbo leve também projeta o argumento externo da CVL, previsto pelas propriedades de agentividade enciclopédica da raiz da  $\sqrt{\text{empurr}}$ . Se, por outro lado, a CVL for do tipo de *o papel deu uma amarelada*, nenhum argumento externo deverá ser projetado, já que  $\sqrt{\text{amarel}}$  não tem agentividade enciclopédica. Assim, a representação em (85) ainda é um predicado, mas aquela em (86), não. Se o predicado em (85) predica de *o João*, pode-se dizer:

---

<sup>20</sup> O argumento externo também é projetado por de vP, para o caso dos verbos. O capítulo IV mostrará uma particularidade do vP das nominalizações eventivas, que parece ser defectivo, não projetando argumento externo.

- (87) (85) é V(erdadeira) de João, se e somente se,  $dar_1$ (João) & uma empurrada no carrinho (João).

Em (87), *dar* expressa CAUSE, necessariamente.

Já no predicado já saturado em (86), o elemento que preencheu uma de suas variáveis que são o argumento interno e o argumento < e > , é *papel* e, por isso é possível dizer:

- (88) (86) é V(erdadeira) de papel, se e somente se,  $dar_2$ (o papel) & uma amarelada (o papel).

Em (88), por sua vez, *dar* só pode expressar BECOME.

### 3.4 Conclusão do Capítulo

Este capítulo tratou das relações de predicação que se estabelecem dentro de uma CVL. Apresentamos uma idéia geral sobre as noções de predicado e argumento e discutimos o estatuto do verbo leve e da nominalização na CVL, sugerindo que ambos se comportam como predicados nessa estrutura e, ainda, que formam o predicado complexo *dar uma X-ada*. Discutimos, ainda, a restrição de definitude presente nas nominalizações das CVLs e sugerimos, com base em Higginbotham (1989) que os indefinidos das CVLs sejam, na verdade, modificadores que identificam sua posição vazia com a posição vazia do termo modificado. Sem a leitura de quantificadores, os indefinidos podem se associar a nominalizações, mantendo o estatuto de predicado desses elementos nominais.

Assim, pelas discussões apresentadas, podemos concluir que os verbos leves e as nominalizações em -ada fazem parte de predicados complexos, que apresentam as seguintes características: a) a seleção e projeção de argumentos da CVL se dá de forma compartilhada entre o verbo leve e a nominalização; a estrutura sintática dessas construções

têm características de predicado simples, apresentando, por exemplo, apenas um sujeito; c) esses predicados são formados sintaticamente.

## CAPÍTULO IV

### A ESTRUTURA INTERNA DAS NOMINALIZAÇÕES EM –ADA

#### 4.1 Introdução

Um trabalho que discute a estrutura de CVLs do tipo *dar uma X-ada* precisa detalhar a estrutura interna de uma das partes desse conjunto, nomeadamente, da nominalização em –ada. Discutirei, assim, neste capítulo, o estatuto categorial dessas nominalizações, o que implica, necessariamente, tratar da estreita relação que, de modo geral, se estabelece entre verbos e nominalizações eventivas. A observação dos dados nos mostrará que essas nominalizações apresentam propriedades de nomes e de verbos. Essa característica favorecerá uma proposta de representação para nominalizações em –ada que assuma que palavras e categorias resultam da inserção de raízes abstratas atômicas em estruturas sintáticas que contenham projeções funcionais relevantes de nomes, verbos, etc, assim como sugere a Morfologia Distribuída (MD).

As considerações que fiz ao longo do capítulo anterior sobre a natureza de predicado ou argumento da nominalização, bem como as discussões que farei neste capítulo sobre sua capacidade de denotar uma eventualidade complexa ou simples, me levarão a sugerir, na seção 4.3, com base em Alexiadou (2001), que a diferença entre as leituras possíveis para as nominalizações em –ada do PB não decorre de sua propriedade de determinar ou não uma estrutura argumental, como sugere Grimshaw (1990). Essa diferença resulta da configuração sintática em que são inseridas as raízes que formam essas nominalizações: somente as nominalizações denotadoras de eventualidades que não contêm os traços de estaticidade e telicidade intrínseca, e admitem, portanto, uma leitura de

processo<sup>1</sup>, podem apresentar, em sua configuração sintática, um conjunto de categorias funcionais, geralmente associados a sintagmas verbais, que resultam nessa leitura. Isso quer dizer que as propriedades das eventualidades denotadas pelas nominalizações em *-ada* resultam dos nós funcionais presentes na estrutura interna dessas nominalizações.

#### **4.2 Natureza Eventiva das Nominalizações em -ada**

A definição do estatuto categorial das nominalizações, em geral, e das nominalizações em *-ada*, em particular, é uma questão ainda a ser resolvida. A característica de se constituírem pela forma regular de particípio dos verbos, *lida* em (1), sugere que elas sejam tomadas como elementos verbais. Por outro lado, a ocorrência de adjetivos, de vários tipos de determinantes e de marcas de número ou grau com este tipo de nominalizações do PB (*rápidas, duas, -inha* e *-s*, repectivamente, na mesma sentença) ressalta suas propriedades especificamente relacionadas a estruturas nominais e sugere uma classificação diferente, ou seja, pode indicar a natureza nominal desse elemento.

(1) Vou dar duas lidinhas rápidas no texto.

Mais uma vez, estamos diante da dificuldade de se estabelecer o estatuto categorial das nominalizações. Essas propriedades mistas favorecem uma análise para o fenômeno da nominalização que não estabeleça o estatuto categorial dos itens lexicais pré-sintaticamente, ou seja, de uma análise que assuma que palavras e categorias resultam da inserção de raízes abstratas em estruturas com determinadas projeções funcionais. A MD poderá fornecer resultados interessantes, sob esse ponto de vista.

---

<sup>1</sup> Processo, aqui, quer dizer não estático.

Do que já se apontou sobre a interpretação que se obtém das CVLs, é possível afirmar que as nominalizações em *-ada* denotam um tipo especial de eventualidade: deve ser dinâmica e não pode ter o traço telicidade intrínseca. Meu objetivo, agora, é verificar o comportamento dessas nominalizações diante das propriedades identificadas por Grimshaw (1990) para as nominalizações de processo e para as nominalizações de resultado.

Na seção 1.2.2.2, vimos que Grimshaw (1990) sugere que há diferenças importantes entre as nominalizações de processo e de resultado do inglês. As nominalizações de processo têm uma estrutura aspectual associada a elas. Assim, têm, também, uma estrutura argumental que deve ser satisfeita. São nominalizações que contêm um argumento evento (ev) em sua estrutura argumental. Nominalizações de resultado, por outro lado, não têm uma estrutura aspectual associada e, por isso, não precisam satisfazer uma estrutura argumental própria. Sua estrutura lexical conceitual prevê a existência de um argumento referencial associado a ela, como sugere Williams (1981)<sup>2</sup>. A observação do comportamento das nominalizações do inglês leva Grimshaw (1990) a concluir que as nominalizações em *-ing* do inglês só podem ter leitura de evento complexo, que as nominalizações com derivação zero só podem ter leitura de resultado e que as nominalizações com sufixos como *-ation* e *ment* são ambíguas entre as leituras de eventos complexos e simples.

Tentarei determinar o tipo de evento denotado pelas nominalizações em *-ada* no PB, comparando-as às nominalizações com sufixação zero ou com outros tipos de sufixo

---

<sup>2</sup> Propostas como essa, sugerem a existência de um argumento não-temático (R), que se comporta como o argumento externo de nomes. Do outro tipo de argumento não-temático proposto na literatura, já falamos em vários pontos desta tese. Trata-se do argumento evento (e), proposto por Davidson (1967) para ter um papel na estrutura argumental. Grimshaw (1990:64) destaca algumas diferenças entre esses dois tipos de argumentos não-temáticos. A primeira delas está no fato de que, enquanto (R) pode contar como o argumento externo dos nomes, (e) não pode contar como o argumento externo de verbos. Outra diferença diz respeito ao fato de que R pode ser identificado através de um argumento da estrutura léxico-conceitual (LCS) do núcleo nominal, enquanto que (e) não se identifica por um argumento da LCS do verbo.

nesta mesma língua. Retomo, assim, algumas das propriedades listadas na seção 1.2.2.2, repetidas, abaixo, de (a) a (g)<sup>3</sup>:

- a) enquanto nominalizações de resultado denotam o resultado de um processo ou um elemento associado a esse processo, não selecionando argumentos, como nos exemplos de (2) a (4), as nominalizações de processo denotam o processo propriamente dito ou uma eventualidade complexa, selecionando, pelo menos, um argumento gramatical como se vê de (5) a (8).

- (2) A cópia está em cima da mesa.  
(3) O tubarão tem uma mordida forte.  
(4) O exame foi longo<sup>4</sup>.
- (5) A mordida do tubarão na garota resultou na morte dela.  
(6) A entrada do João na sala.  
(7) O exame do João foi longo.  
(8) A lida do João no texto.

Dois outros fatos se destacam aqui: o primeiro deles é que parece ser possível assumir que há nominalizações em *-ada* que são ambíguas entre as leituras de processo e resultado. Assim, enquanto as versões das nominalizações em *-ada* em (9) e (10) se comportam como nominalizações de processo admitindo a presença de argumentos

---

<sup>3</sup> Algumas das propriedades listadas na seção 1.2.2.2 não se mostraram relevantes para os dados do PB, por não estabelecerem, de fato a distinção entre nominais de processo e de resultado. Nesse caso, apresento em nota as minhas observações sobre tais propriedades.

<sup>4</sup> Essa nominalização é ambígua entre as interpretações de processo e resultado. A interpretação de resultado se obtém, quando o responsável pelo exame não é explicitado na sentença, como em (4). A interpretação de processo é possível, por outro lado, se o responsável pelo exame é explicitado na sentença, como em (7). Jairo Nunes (comunicação pessoal) me sugeriu o seguinte contexto para essa interpretação: “Todo dia, um médico diferente tem de fazer um exame em alguém. Hoje é o dia do exame do Dr João.”

gramaticais, suas versões em (11) e (12) se comportam como nominalizações de resultado, não aceitando os mesmos argumentos gramaticais:

- (9) a mordida do tubarão no rapaz
- (10) a olhada da mãe no nenê
- (11) \*O tubarão tem uma mordida forte no rapaz.
- (12) \*O nenê tem uma olhada marota na mãe.

O segundo fato é que nominalizações como *facada*, *cabeçada* ou outras formações em -ada, tradicionalmente tomadas como derivadas de nomes, parecem apresentar propriedades de nominalizações de processo, numa implicação direta de que também denotariam eventos complexos:

- (13) A facada do assaltante na vítima
- (14) A cabeçada do João na parede

Os primeiros testes indicam, então que nominalizações em -ada no PB são ambíguas em relação à interpretação de processo ou resultado. Confira, abaixo, a verificação de outras propriedades das nominalizações de processo e de resultado, apontadas em Grimshaw (1990), aos dados do PB:

- b) presença de modificadores como *frequente* ou *constante*, que forçam uma leitura de processo contribui para a distinção entre as nominalizações: *subida* e *parada*, em (15) e (16), respectivamente, têm interpretação de processo e seus argumentos estão expressos nas sentenças.

- (15) A subida frequente de escadas é um bom exercício.

(16) Essa parada constante de fazer coisas que você gosta não é normal.

O teste com esses advérbios não aponta resultados muito claros para as nominalizações do PB, já que parece que somente as nominalizações do tipo de *subida* e *descida*, existentes independentemente de ocorrerem em uma CVL, se comportam como o previsto por Grimshaw. (17) e (18), por exemplo, não são tão naturais quanto as anteriores.

(17) ?A mordida freqüente na língua fez com que ela nem pudesse falar.<sup>5</sup>

(18) ?A viajada freqüente do João para São Paulo.

Se o plural for usado, no entanto, o comportamento das nominalizações mostra-se sensivelmente diferente.

(19) A freqüentes mordidas na língua fizeram com que ela nem pudesse falar.

(20) As viajadas freqüentes do João para São Paulo intrigam mulher dele.

(21) As cabeçadas freqüentes do João na parede fizeram ele ficar tan-tan.

Grimshaw (1990:50) aponta a leitura de resultado só não se verifica se o advérbio *freqüente* ocorre na sentença modificando nomes contáveis singulares. A autora sugere que, nesse caso, tais advérbios são licenciados pela estrutura de eventos e aponta que, no caso de ocorrerem com nomes plurais de resultado, a leitura de evento não é possível. Intuitivamente, os exemplos de (19) a (21) não confirmam essas observações, pois a interpretação de processo não se perde com a marca de plural. Isso enfraquece o teste.

Por outro lado, *pincelada*, em (22) e (23), é ambígua entre as interpretações de processo e resultado, admitindo tanto a presença de argumentos, conforme (22), como sua

---

<sup>5</sup> Exemplo de Esmeralda Negrão (comunicação pessoal)

ausência, conforme (24). Quando interpretada como resultado, no entanto, a compatibilidade com *freqüente* não se verifica.

- (22) A pincelada freqüente de tons fortes é típica da pintura dele.
- (23) A pincelada de tons fortes
- (24) \*A pincelada freqüente é típica da pintura dele.

A nominalização *cabeçada* no exemplo em (25) mostra-se incompatível com o advérbio *freqüente*, levando-nos a supor que não pode ser interpretada como um nominal de processo. No entanto, (26) nos mostra suas propriedades de processo, pois é compatível com um possessivo com leitura de sujeito<sup>6</sup>.

- (25) \*A cabeçada freqüente do João na parede fez ele ficar tan-tan.
- (26) A cabeçada do João na parede fez ele ficar tan-tan.

Como vimos no capítulo I, para esses casos de ambigüidade, Grimshaw sugere uma estrutura complexa, para a leitura de processo e uma estrutura simples para a leitura de resultado. Vimos, ainda, que a ambigüidade observada nos dados de (22) a (26) é bastante indesejável para um modelo como o de Grimshaw que sugere que as nominalizações de processo têm uma estrutura argumental, enquanto que as nominalizações de resultado não têm essa estrutura, pois não dispõem de uma estrutura aspectual<sup>7</sup>. Um modelo como a MD, por sua vez, pode lidar com casos como esses de modo mais uniforme: assim, a leitura de processo se obtém da inserção da raiz relevante em uma estrutura sintática complexa, com projeções funcionais adequadas que expressam essa natureza eventiva nas nominalizações; por outro lado, a interpretação de resultado é obtida da inserção dessa mesma raiz em outro

---

<sup>6</sup> Essa é a próxima propriedade a ser apresentada.

<sup>7</sup> Para Grimshaw, estrutura argumental implica uma estrutura temática e de uma estrutura aspectual.

contexto sintático, ou seja, em uma estrutura com menos projeções sintáticas, que só pode expressar um resultado.

- c) um possessivo com leitura de sujeito precisa ser licenciado por uma estrutura argumental. Desta forma, sua presença força a interpretação de eventualidade complexa e somente uma nominalização que apresente uma estrutura argumental, como nos exemplos de (27) a (29), aceita sua ocorrência:

- (27) a entrada do João foi triunfal<sup>8</sup>.  
(28) a vasculhada do João nos papéis foi mais eficiente.  
(29) a fachada do João no ladrão foi o que salvou sua família.

O comportamento dessas nominalizações em *-ada* como nominais de processo, ou denotadores de eventualidades complexas se confirma em (27), (28) e (29).

- d) a presença de adjetivos orientados para o agente faz do possessivo presente na estrutura um agente<sup>9</sup>, forçando a leitura de eventualidade complexa. Apesar de (30) e (31) serem marginais, o contraste entre os exemplos de (30) a (33) e o exemplo em (34) é claro, como esperado, se há um adjetivo orientado para o agente na sentença, mas não há um constituinte com leitura de agente.

- (30) ?a observada intencional do João nos detalhes  
(31) ?a comparada proposital da Maria nos textos

---

<sup>8</sup> É bom contrastar o exemplo *a entrada do João* com outro como *a entrada do cinema*, em que a leitura de eventualidade complexa se perde, justamente por que, nesse caso, *do cinema* não pode ser o sujeito.

<sup>9</sup> Não um modificador.

- (32) a entrada proposital do João na sala.  
 (33) a facada intencional do João no ladrão salvou sua família.  
 (34) \*a facada intencional salvou a família do João.

e) sintagma [pelo \_\_\_\_ ] com leitura de sujeito, ou seja, com valor argumental, só ocorre em nominalizações de processo, como nos exemplos de (35) a (38). O exemplo em (39) é ruim, pois falta um dos argumentos dessa nominalização.

- (35) ?a observada \*(nos detalhes) pelo João  
 (36) ?a comparada \*(nos dois textos) pela Maria  
 (37) ?a entrada \*(na sala) pelo João.  
 (38) a facada no ladrão pelo João salvou a família do Rui.  
 (39) \*a facada pelo João salvou a família do Rui.

Embora não assumo, como Grimshaw, que as nominalizações possuem uma estrutura argumental do tipo proposto por essa autora, pude verificar que as propriedades típicas de nominalizações de processo, relacionadas, segundo ela, à presença de uma estrutura argumental, se verificam, de modo geral, entre as nominalizações em -ada do PB. Temos, então, evidências bastante convincentes de que tais nominalizações denotam eventos complexos, algumas podendo, também denotar resultados<sup>10</sup>. Esta tese pretende

---

<sup>10</sup> A verificação do comportamento dessas nominalizações diante de elementos pertencentes ao sistema determinante mostrou que esse é outro contexto em que os testes não se aplicam claramente às nominalizações em -ada, que apresentam um comportamento não-uniforme nesses casos. De acordo com Grimshaw, determinantes indefinidos, os numerais *um/uma* e os demonstrativos *aquele/aquela* são incompatíveis com nominalizações de processo; os definidos *o/a* são compatíveis com todas. Os dados mostram que a generalização pode não ser exatamente essa, pois, enquanto tudo parece se aplicar corretamente em *a/\*uma/\*aquela entrada do João foi rápida*, e *a/uma/aquela corrida até o Aterro demora quase uma hora*, em que *corrida* é ambígua para processo e resultado, no exemplo *já experimentei a/uma/aquela olhada do João*, a presença do argumento *do João* ressalta a leitura de processo de *olhada*. Nesse caso, a presença de *uma* ou *aquela* não deveria ser possível. A autora também aponta que nominalizações de resultado têm plural, mas as de processo, não. Os exemplos de nominalizações em -ada no PB, mais uma vez, apresentam problemas para essa generalização, já que em *eles observaram duas entradas em cena do João* há uma nominalização de processo pluralizada. Finalmente, a generalização que diz que

mostrar que a interpretação variada para essas nominalizações resulta da inserção da mesma raiz em configurações sintáticas distintas.

Finalmente, passo a considerações de natureza aspectual.

- f) Nominalizações de processo, como (40) e (42), admitem controle de um argumento implícito, mas as de resultado, em (41), não;

- (40) A conferida das notas para ver se estava tudo em ordem  
 (41) \*A cópia do texto para ler antes da prova.  
 (42) ?A paulada na cabeça da cobra pra tentar acabar com ela.

- g) Modificadores aspectuais só ocorrem com nominalizações de processo e são os mesmos admitidos com seus correspondentes verbais;

- (43) A viajada do João por duas semanas  
 (44) \*A viajada do João em duas semanas  
 (45) O João viajou por duas semanas/\*em duas semanas.  
 (46) \*A chegada ao topo da montanha por dois minutos  
 (47) A chegada ao topo da montanha em dois minutos/às três.  
 (48) João chegou ao topo da montanha em dois minutos/às três.

O contraste entre (43) e (44) se explica pelo fato de *viajar* em (45) só aceitar um modificador aspectual compatível com a natureza durativa e atélica desse predicado, como se tem em (43). As expressões em (46) e (47), por sua vez, são contrastantes por que *chegar*

---

nominalizações de resultado podem ser predicativas, mas as de processo não, contrasta com a discussão apresentada no capítulo III sobre a natureza de predicado da nominalização em -ada, que mostrou as propriedades de predicado desse elemento.

ao topo da montanha, em (48) só admite a presença de um marcador aspectual compatível com sua natureza instantânea e télica, como acontece em (47).

Paralelamente ao que foi dito, nesta seção, sobre os adjetivos orientados para o agente forçarem a leitura eventiva da nominalização, é possível dizer que a co-ocorrência, bastante comum, de nominalizações em –ada com outros adjetivos, como *a última vasculhada*, *a primeira tomada de preços*, etc, com marcas de número, como em *duas olhadas para trás*, *as temperadas finais*, ou mesmo de grau, como em *abridinha*, *corridinha*, etc, também podem forçar a leitura eventiva. Adjetivos como *última* ou *primeira* implicam a existência de outras ocorrências do mesmo evento: a segunda, a terceira, etc; na mesma linha de raciocínio, a marca de número também pode levar a essa interpretação: há mais de um evento de *olhar* ou de *temperar*. Finalmente, o diminutivo pode estar associado à noção de evento, como sugere a idéia de diminutivização do evento em Diesing (1998).

Os fatos descritos, embora não revelem um comportamento totalmente uniforme das nominalizações em –ada do PB, mostram que esses elementos se comportam, de modo razoavelmente sistemático, como denotadores de eventos complexos. Desse modo, caracterizam uma classe de nominalizações que serão representadas por um sintagma que conterá uma estrutura interna, com projeções específicas para dar conta das propriedades dessas nominalizações que são, em parte, semelhantes às dos predicados verbais.

Nominalizações como *colherada*, *pincelada*, *paulada*, *laranjada*<sup>11</sup>, *facada*, *cabeçada*, etc, tradicionalmente tomadas como resultantes do processo de nominalização a partir de outro nome<sup>12</sup>, mostraram-se ambíguas em alguns dos testes, apresentando tanto

---

<sup>11</sup> Na interpretação eventiva de *atingir com uma laranja*.

<sup>12</sup> Embora a gramática tradicional (Cunha & Cintra, 1985) descreva esse sufixo como dotado de sentido específico, é importante ressaltar que ele pode assumir pelo menos oito sentidos “específicos”. Denota, assim, multidão ou coleção, porção contida em um objeto, marca feita com um instrumento, ferimento ou golpe, produto alimentar, bebida, duração prolongada, e ato ou movimento enérgico. Isso sem contar casos como os de *entrada* e *saída*, aos quais nenhum dos sentidos descritos acima se aplica.

propriedades de nominalizações de processo, quanto de resultado. Por esse motivo, sugiro que as raízes que derivam nominalizações em *-ada* dessa natureza também possam figurar em uma estrutura sintática complexa que será, no entanto, diferente daquela em que figuram outras raízes tais como *empurr-*, *olh-*, etc, como detalharei na seção 4.4.

Embora eu não discuta, nesta tese, as nominalizações derivadas tais como *comparação*, *leitura*, *exercício*, *cópia*, *escolha* ou *ensaio*, é possível apontar a distinção entre elas e as nominalizações em *-ada*. Assim, as nominalizações em *-ada* têm propriedades semelhantes às relacionadas a VPs, pois denotam uma eventualidade e podem ser formadas, com alta produtividade, a partir de proposições da forma sujeito-predicado, mantendo com essa proposição uma relação de significado bem regular. Sua formação em *-ada* é morfológicamente transparente, já que não há outros afixos, específicos para a forma verbal do particípio, que possam bloquear a ocorrência da forma *-ada*. Finalmente, todos os VPs têm uma forma de particípio. Entretanto, essas nominalizações também têm algumas propriedades de NPs, pois pluralizam, aceitam adjetivos e não atribuem acusativo para seu objeto direto, sendo necessária a presença da preposição *em* para que as exigências de Caso sejam satisfeitas (*a empurrada no João*). Por outro lado, as nominalizações derivadas, como as mencionadas acima, por exemplo, têm a estrutura interna de NPs, pois o Caso do argumento tema é marcado por *de* (*a leitura do texto*, *o ensaio da peça*) e adjetivos e marcas de plural são permitidos (*destruição repentina*, *os ensaios iniciais*). Essas nominalizações apresentam produtividade restrita, condicionada morfológicamente (*destru- > destruição*) e suas propriedades interpretativas são idiossincráticas e opacas; como apontou Chomsky (1970:189) para os casos do inglês, não há relações semânticas fixas entre a nominalização derivada e a proposição associada a ela.

As propriedades apontadas para os dois tipos de nominalizações sugerem duas conclusões: as nominalizações derivadas devem receber tratamento diferente das nominalizações em *-ada* e, além disso, as nominalizações em *-ada* são casos de nominalizações mistas, pela natureza mista de suas propriedades, que são tanto verbais, quanto nominais, além da morfologia das nominalizações participiais. Diferentemente do

inglês, o PB parece dispor de apenas dois tipos de nominalizações: as derivadas e as mistas, que são as participais, ou seja, aquelas formadas com –ada.

Marantz (1997) mostrou que apenas as nominalizações gerundivas e mistas do inglês projetam um argumento externo, ou seja, a estrutura sintática que representa esses tipos de nominalização contém uma categoria verbal projetada como complemento da categoria de determinante. A representação das nominalizações derivadas não contém essa categoria verbal. Se as nominalizações em –ada do PB são nominalizações mistas, então será possível dizer que sua representação sintática incluirá também uma categoria verbal, ao passo que a representação das nominalizações derivadas não exibirá essa categoria.

Na próxima seção, apresento uma proposta de representação sintática para as nominalizações, sugerida por Alexiadou (2001). De acordo com essa proposta, que difere em alguns pontos da proposta de Marantz (1997), o vP das nominalizações gerundivas e mistas é defectivo e não projeta um argumento externo. Essa proposta é interessante, pois sugere uma explicação para dados de (49) a (51), que talvez não encontrem explicação em outros modelos que atribuem ao processo de nominalização a supressão do argumento externo do verbo que começa o processo: como falar em supressão de argumento externo em casos em que não há argumento externo?

- (49) Os alunos deram uma sumida das aulas.
- (50) A menina deu uma crescida perceptível.
- (51) Ela deu uma emagrecida, mas ainda tá fazendo regime.

Esse problema poderá ser solucionado, se for possível demonstrar que, a estrutura que representa essas nominalizações não projeta esse argumento. Passemos, assim, ao modelo de Alexiadou.

### 4.3 A Sintaxe das Nominalizações no Modelo de Alexiadou (2001)

As diferenças de comportamento observadas entre nominais de processo e de resultado devem ser capturadas pela estrutura sintática proposta para cada uma delas. Alexiadou (2001) assume que, diferentemente das nominalizações de resultado, as de processo incluem, em sua estrutura interna, tanto projeções nominais como verbais, tais como Voice/*v* e Aspecto, que se associam à expressão da eventividade<sup>13</sup>.

A presença dessas camadas funcionais se justifica com evidências do grego e, também, por dois fatores: a) apenas algumas classes de advérbios podem co-ocorrer com nominais de processo; b) há reflexos morfológicos da presença das categorias Voz e Aspecto em muitas línguas. Alexiadou (2001) assume que essas nominalizações realmente têm propriedades verbais que justificam a presença dessas categorias. A possibilidade de ocorrência de um advérbio no domínio da nominalização, por exemplo, não é apenas resultado de uma compatibilidade semântica entre um evento e um advérbio que o modifica. É um fato sintático que determina que tipo de elemento pode ocorrer em que posições na estrutura sintática e, nesse sentido, a distribuição dos advérbios é crucial para a definição da configuração sintática das expressões lingüísticas em que aparecem.

Em particular, a presença de advérbios associados a nominalizações pode revelar propriedades importantes da estrutura interna de nominais de processo. Alexiadou (1997) e Cinque (1999) sugerem que sintagmas adverbiais se relacionam a projeções funcionais distintas. Assim, os advérbios aspectuais se relacionam a projeções aspectuais, enquanto que os advérbios de modo se relacionam a projeções de voz<sup>14</sup>. Isso quer dizer que a presença de advérbios aspectuais e de modo no domínio de uma nominalização sinaliza

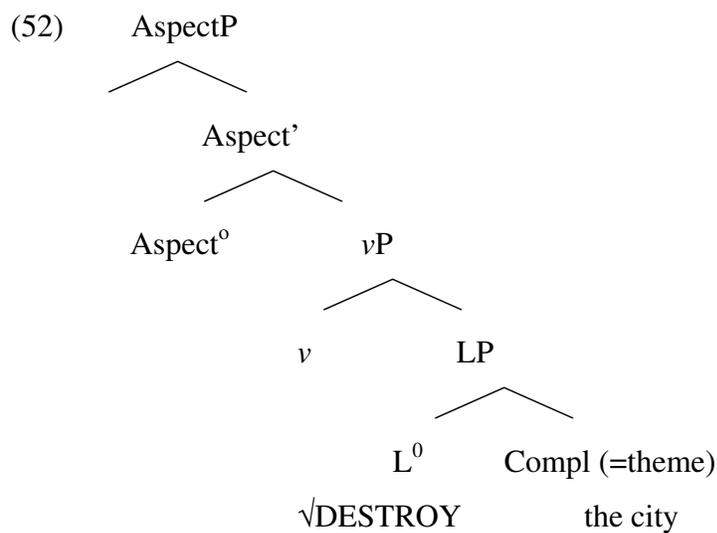
---

<sup>13</sup> Van Hout & Roeper (1998) e Borer (1999) apresentam sugestões semelhantes.

<sup>14</sup> Alexiadou (1997) e Cinque (1999) afirmam que um predicado licencia um advérbio de modo devido a seus traços de voz. Cinque (1999) cita Keyser & Roeper (1984), que estabelece uma ligação entre voz média e advérbios de modo, além de Bauer (1993) (*apud* Cinque 1999), que aponta que partículas de modo em Maori, uma língua austronésia, passivizam em concordância com verbos na passiva, uma explicitação da relação entre advérbios de modo e voz passiva. A relação entre voz e advérbios de modo já havia sido sugerida em Chomsky (1965).

para a presença de categorias funcionais específicas, nomeadamente Aspecto e Voz, na representação sintática dessas nominalizações.

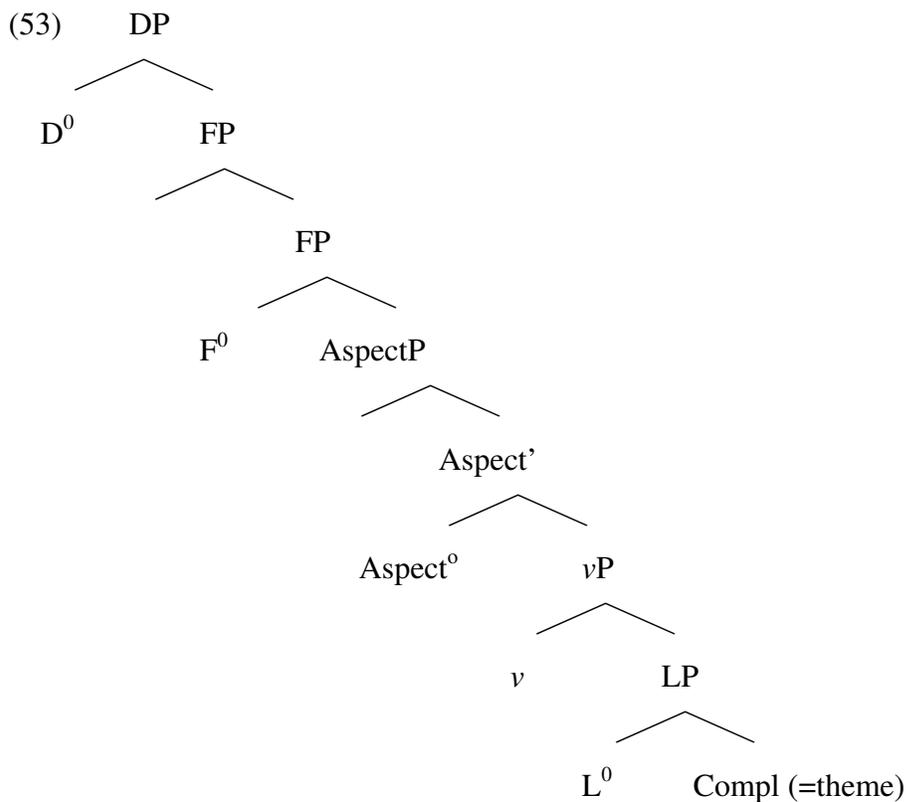
Para Alexiadou (2001:17), as noções de processo ou resultado devem estar associadas a categorias funcionais e não a categorias lexicais específicas. A autora toma como base os fundamentos da Morfologia Distribuída (cf. seção 1.2.2.3) em que o léxico reduzido contém apenas raízes atômicas e feixes de traços gramaticais. Assim, propõe a representação em (52) como a estrutura mínima que poderá resultar em vários contextos eventivos, como verbos e nomes<sup>15</sup>:



A projeção de *v* contém traços que podem licenciar a projeção de argumentos externos e permitir sua interpretação. Contém, ainda, os traços relacionados à eventividade: é essa categoria que faz com que a leitura de evento seja possível para uma expressão lingüística. Além disso, essa é a projeção responsável pelos traços de Caso do objeto. Uma última propriedade da projeção *vP* diz respeito ao fato de que ela, em princípio, pode ser de dois tipos, introduzindo um argumento externo ou não.

A projeção cujo núcleo é Aspect<sup>0</sup>, por outro lado, contém traços relacionados às propriedades semânticas da eventualidade denotada pelo verbo. Assim, traços tais como imperfectividade estarão presentes na derivação de uma eventualidade em andamento e traços de perfectividade estarão presentes na derivação de uma atividade já concluída.

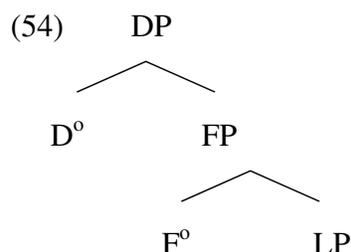
A representação das nominalizações eventivas deverá incluir a estrutura em (52), acrescentando a ela algumas projeções nominais tais como de número (NumbP) ou concordância (AgrP), como se vê na representação apresentada em (53)<sup>16</sup>, retirada de Alexiadou (2001:19).



<sup>15</sup> O termo em Compl é o complemento tema de √DESTROY e LP é projeção lexical.

<sup>16</sup> FP = Numb/AgrP em (53).

A representação das nominalizações de resultado, por sua vez, não conterà as projeções funcionais típicas dos verbos e será como (54).



A representação sugerida para as nominalizações de processo, em (53), tem como consequência o fato de que tais nominalizações se comportarão como nomes externamente, mas exibirão propriedades de verbos internamente. AspP e  $\nu$ P licenciam advérbios e podem ocorrer como complementos de  $T^0$  ou  $D^0/\text{Number}^0$ . Se forem complementos de  $D^0/\text{Number}^0$ , ou outras projeções funcionais nominais, resultam em uma nominalização; por outro lado, se forem complementos de  $T^0$  ou outras projeções funcionais verbais, resultam em um verbo. Essas categorias não estão presentes em (54), que é a representação proposta para nominais de resultado.

A discussão sobre a transitividade ou intransitividade da nominalização faz com que Alexiadou (2001) chame atenção para o fato de que, apesar de ter propriedades semelhantes às dos verbos, as nominalizações de processo não atribuem Caso acusativo a seu argumento e, além disso, nenhum agente é sintaticamente projetado em [Spec,  $\nu$ P] em sua estrutura sintática. Esses dois atributos são claramente verbais e, se as nominalizações não os apresentam, será possível apresentar duas sugestões para sua análise, como faz a autora: uma primeira hipótese é que as nominalizações, de fato, não contêm um núcleo verbal; a segunda hipótese é de que elas incluem um tipo especial de núcleo verbal que está presente nas estruturas dos predicados inacusativos. A leitura eventiva dessas nominalizações, todavia, faz com que a autora opte pela segunda hipótese, sugerindo que o núcleo verbal presente nas nominalizações seja, de certa forma, defectivo, pois não

seleciona um argumento externo, nem checa Caso acusativo. Isso vai ao encontro do que diz a literatura recente (Marantz 1997, Harley 1995) sobre verbos leves, que distingue dois tipos entre eles: há um verbo leve transitivo ( $v1$ ), que tem o sentido de CAUSE e que admite a presença de um argumento externo, e outro, intransitivo ( $v2$ ), que tem o sentido de BECOME/HAPPEN e que não admite o argumento externo. De acordo com Alexiadou (2001), as nominalizações são incompatíveis com  $v1$ , admitindo apenas  $v2$  e, constituindo, assim, um reflexo da Generalização de Burzio.

As evidências para essa sugestão vêm da observação de que se houver um único argumento genitivo na estrutura interna da nominalização, ele será, necessariamente, interpretado como um tema, como em (55) e, se o agente for realizado sintaticamente, ele será realizado como PP, como em (56).

(55) A apresentação do trabalho

(56) A apresentação do trabalho pelo Pedro.

Além disso, Alexiadou ressalta que a posição de [Spec, $vP$ ] não se mostra ativa na nominalização, já que processos tais como passivas não se realizam internamente às nominalizações, mesmo por que, nominalizações são, em geral, intransitivas, como Grimshaw (1990) já havia apontado.

O trabalho de Alexiadou serve para mostrar, entre outras coisas, que não é possível explicar nem a diferença entre verbos e nominalizações de processo, nem a diferença entre essas últimas e as nominalizações de resultado em termos lexicais apenas; as duas distinções decorrem do domínio funcional da configuração sintática das nominalizações. Dessa forma, diferentemente de Grimshaw (1990), para quem somente os verbos e as nominalizações de processo podem determinar uma estrutura argumental, Alexiadou admite que as nominalizações de resultado também podem ocorrer em estruturas sintáticas que selecionam argumentos. Essa é uma análise interessante, já que dá conta, sem

postular diferenças lexicais entre os dois usos da mesma nominalização, da presença de argumentos em sentenças como (57) e (58), denotadoras de um processo e de um resultado, respectivamente:

- (57) A apresentação do trabalho demorou quarenta minutos.
- (58) As apresentações dos trabalhos serão publicadas na íntegra.

Já foi dito acima que Alexiadou (2001) vai buscar evidências para as camadas funcionais que propõe para as nominalizações, ou seja, para a presença de *vP/VoiceP* e *AspectP* em suas representações, nas classes de advérbios que podem ocorrer com as nominalizações e nos reflexos morfológicos da presença de voz e aspecto que podem ser observados em várias línguas. A distribuição dos advérbios é significativa nesse caso, se a hipótese de que sintagmas adverbiais se relacionam a projeções funcionais distintas, levantada em Alexiadou (1997) e Cinque (1999), for levada em consideração. Para esses autores, a presença de advérbios aspectuais indica a presença de uma projeção *AspectP*, enquanto que a presença de advérbios de modo indica a presença de uma projeção *VoiceP*. Essa hipótese sugere, assim, que a ocorrência de advérbios aspectuais ou de modo com as nominalizações de processo é possível por causa da presença das projeções de *AspectP* e de *VoiceP* na representação sintática dessas nominalizações. Em Alexiadou (2001), dados do grego forneceram evidências para a sustentação da proposta. Nesta tese, verifico a aplicação dessa proposta às nominalizações em -ada do PB.

#### **4.4 Alexiadou (2001) e as Nominalizações em -ada do PB**

Já vimos que, embora possam apresentar ambigüidade entre as leituras de processo e de resultado em alguns casos, as nominalizações em -ada do PB, se mostram bastante sistemáticas, quanto à sua interpretação como processos, ou eventualidades complexas. Para assumir, com Alexiadou (2001), a presença de camadas funcionais na

representação dessas nominalizações do PB, será preciso encontrar, nessa língua, o mesmo tipo de evidências em que se baseou aquela autora, para justificar a ocorrência de VoiceP e AspectP nessas representações. O PB parece evidenciar, mais claramente, os reflexos morfológicos da presença dessas categorias. Os exemplos de (59) a (62) são análogos aos dados do turco, retirados de Comrie (1976:198), que mostram que nomes de ação, como em (63), tanto quanto verbos finitos, como em (64), podem exibir morfologia de voz passiva, como *°l* nos dois exemplos<sup>17</sup>:

- (59) A nota foi confer**ida** rapidamente.  
 (60) Uma confer**ida** rápida na nota foi suficiente.  
 (61) A câmara foi resfri**ada** para conservar os alimentos.  
 (62) Deram uma resfri**ada** na câmara para conservar os alimentos.
- (63) Mektub-un yaz -°l -ma-s°  
 Letter-gen write pass VN-its  
 ‘the writing of the letter’  
 ‘a escrita da carta’
- (64) Mektub yaz -°l -d°  
 Letter write pass past  
 ‘The letter was written.’  
 ‘A carta foi escrita.’

Os dados do PB de (59) a (62) mostram que a morfologia de particípio, que sempre está presente no verbo principal das sentenças em voz passiva, pode ocorrer também nas nominalizações em *-ada*.

---

<sup>17</sup> pass = passiva; VN = verbal noun (nome verbal)

A evidência que considera a distribuição dos advérbios não é tão clara no PB, como Alexiadou mostra que é o caso em grego e hebraico. Os exemplos de (65) a (69) mostram que a modificação de uma nominalização em –ada se faz bastante tranquilamente com um adjetivo, mas não tão tranquilamente com um advérbio.

- (65) A secretária deu uma olhada rápida nos livros/uma olhada nos livros rapidamente.
- (66) Preciso dar uma virada estratégica na situação/uma virada na situação estrategicamente.
- (67) Os alunos deram uma conferida cuidadosa nos últimos detalhes para a festa/uma conferida nos últimos detalhes para a festa cuidadosamente.
- (68) Dê uma apertada firme nas amarras desses pacotes/\*uma apertada nas amarras desses pacotes firmemente.
- (69) Vamos dar uma modificada profunda nos planos/\*uma modificada nos planos profundamente.

Esses exemplos mostram que a modificação de uma CVL por um advérbio nem sempre é possível. Mesmo quando isso pode ocorrer, o escopo do advérbio parece ser toda a CVL e não apenas a nominalização. Em todos os casos, no entanto, é possível construir uma paráfrase para essas CVLs, em que a modificação correspondente ao adjetivo se faz por um advérbio com o mesmo sentido:

- (70) A secretária olhou os livros rapidamente.
- (71) Preciso virar a situação estrategicamente.
- (72) Os alunos conferiram os últimos detalhes para a festa cuidadosamente.
- (73) Aperte as amarras desses pacotes firmemente.
- (74) Vamos modificar os planos profundamente.

O que se tem nos exemplos de (70) a (74) são expressões adverbiais aspectuais (que denotam frequência e intervalo), e de modo. Veja, agora, os exemplos a seguir:

- (75) Essas crianças escrevem muito rápido.  
(76) Esse é um livro que você pode ler fácil, fácil.  
(77) A Maria tem uma voz linda: ela fala suave.

Nos exemplos de (75) a (77), os adjetivos *rápido*, *fácil* e *suave* se interpretam como os adverbiais *rapidamente*, *facilmente* e *suavemente* ou, ainda, como as expressões adverbiais *com rapidez*, *com facilidade* ou *com suavidade*.

Esses usos do adjetivo como advérbio constituem evidência independente para a hipótese de que categorias sintáticas não são especificadas no léxico, mas se definem sintaticamente, através de relações que se estabelecem entre raízes abstratas e núcleos funcionais mais altos na estrutura sintática. Em outras palavras, a forma do modificador, se advérbio ou adjetivo, não terá qualquer relevância para o componente sintático. A definição de sua forma, ocorrerá, mais provavelmente, na estrutura morfológica (MS), a depender do tipo de relações sintáticas que tiver sido estabelecido previamente, na sintaxe. Se o modificador ocorre na projeção AspectP ou na projeção VoiceP, e é dominado por uma projeção DP, então a forma do modificador será a de um adjetivo. Se a projeção dominante for TP, então haverá uma competição entre duas formas possíveis: a de adjetivo e a de advérbio. Mais uma vez, o fator determinante para a definição da categoria sintática de uma expressão lingüística é a estrutura sintática em que ela se localiza.

Os dados e a discussão sobre eles sugere que os modificadores presentes nas CVLs de (65) a (69) devem ser tratados da mesma forma que os advérbios das paráfrases de (70) a (74), ou seja, como modificadores aspectuais e de modo. Se aos modificadores aspectuais se relaciona uma projeção AspectP e, aos modificadores de modo, uma projeção VoiceP, então os modificadores das nominalizações em *-ada* nas CVLs com *dar* de (65) a (69) poderão constituir evidências para a presença dessas projeções nas representações estruturais das nominalizações em *-ada* do PB.

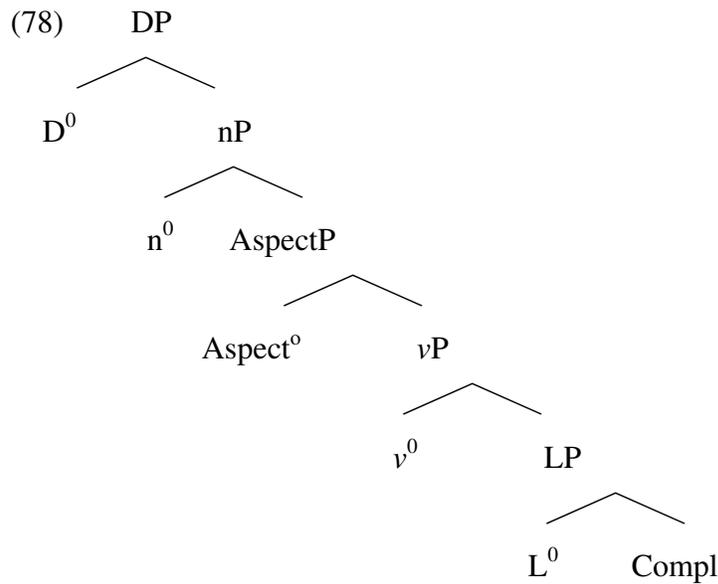
A importância do trabalho de Alexiadou (*op. cit.*) para esta tese não se resume à sua proposta para a estrutura das nominalizações, mas está também na hipótese de que a sintaxe das nominalizações de línguas nominativo-acusativas é análoga à sintaxe das línguas ergativas. Se a nominalização realmente não projeta o argumento externo, como sugere Alexiadou, então fica esclarecida a necessidade de se atribuir ao verbo leve *dar* a capacidade de projetar o argumento externo da CVL, como sugerimos no capítulo III.

Algumas adaptações serão necessárias para a aplicação dessa proposta ao PB, mas, de modo geral, será possível dizer que a sintaxe das nominalizações em *-ada* do PB também se assemelha à sintaxe das línguas ergativas. Como Alexiadou (2001) e Marantz (1997), entre outros, venho assumindo que categorias tais como verbo, nome ou adjetivo não existem, em termos pré-sintáticos, embora seja evidente a diferença morfológica entre *olhar* e *olhada*. O tratamento dessa diferença em termos de domínios sintáticos distintos – VP ou DP – dá suporte a um modelo de gramática cuja configuração arquitetônica não postula um componente específico para a formação de palavras, sugerindo que há lugares específicos para a codificação de informações de natureza fonológica, morfológica ou semântica, sobre o material operado pela sintaxe.

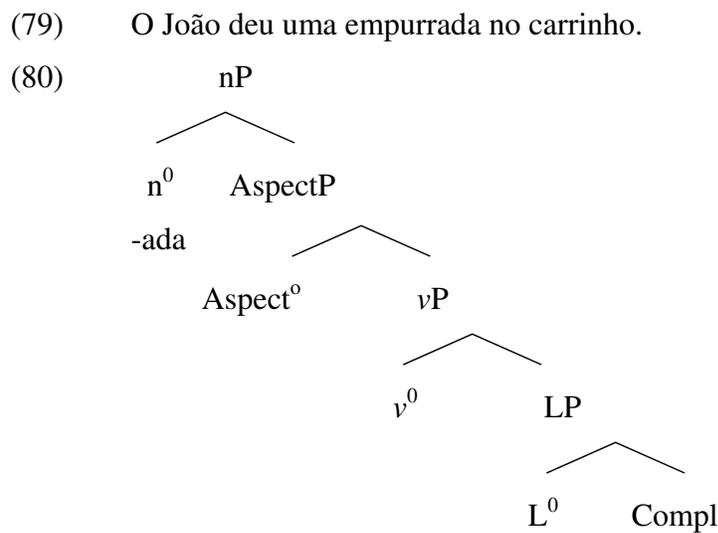
A apresentação do modelo da MD, na seção 1.2.2.3, nos mostrou que a adição de itens de vocabulário acontece depois das operações sintáticas. Mais especificamente, os trabalhos sobre nominalizações dentro desse modelo (Halle & Marantz, 1993, Harley & Noyer, 1998a,b e Alexiadou, 2001, por exemplo) sugerem que uma raiz se transforma em uma nominalização, dependendo do tipo de relação que ela estabelece com os núcleos funcionais que a dominam. Um modelo como esse, portanto, atribui às categorias funcionais a responsabilidade pela determinação da categoria sintática de um núcleo lexical ou, melhor dizendo, de uma raiz, que entra para a derivação, sem qualquer especificação de natureza categorial.

Das observações feitas até o momento sobre as nominalizações em *-ada* no PB, podemos sugerir para as que têm leitura de processo, uma representação semelhante à que

foi proposta para nominalizações de processo em Alexiadou (2001), já apresentada anteriormente em (53), e ligeiramente modificada abaixo, em (78).



Assim, para uma nominalização cuja raiz pode também derivar um verbo transitivo, como (79), sugiro a representação preliminar em (80):



$\sqrt{\text{empurr-}}$  [o carrinho]

Entre as propriedades intrínsecas da raiz *empurr-* está a seleção de um argumento interno. A concatenação dessa raiz ao sintagma nominal [o carrinho] satisfaz essa seleção. As categorias AspectP e VoiceP são necessárias, para que a interpretação de processo seja atribuída ao item lexical, ou seja, à nominalização em formação. Além disso, nas projeções de AspectP e  $\nu$ P, estarão os modificadores aspectuais (de frequência e intervalo) e de modo. Finalmente, a projeção nP cria a nominalização. No caso particular do PB, o morfema *-ada* da nominalização será inserido na posição de núcleo dessa projeção.

Observe que o sintagma nominal [o João] não aparece inserido na estrutura sintática nesta etapa da derivação. O modelo que estamos assumindo toma a estrutura interna da nominalização como semelhante à estrutura dos verbos ergativos, que não projetam um argumento externo. O sintagma *o João* é o argumento externo da CVL com *dar* e será projetado pelo verbo leve *dar*, propriamente dito. Nocionalmente, no entanto, a noção de agentividade já está presente na nominalização, por que está entre as propriedades intrínsecas da raiz<sup>18</sup>.

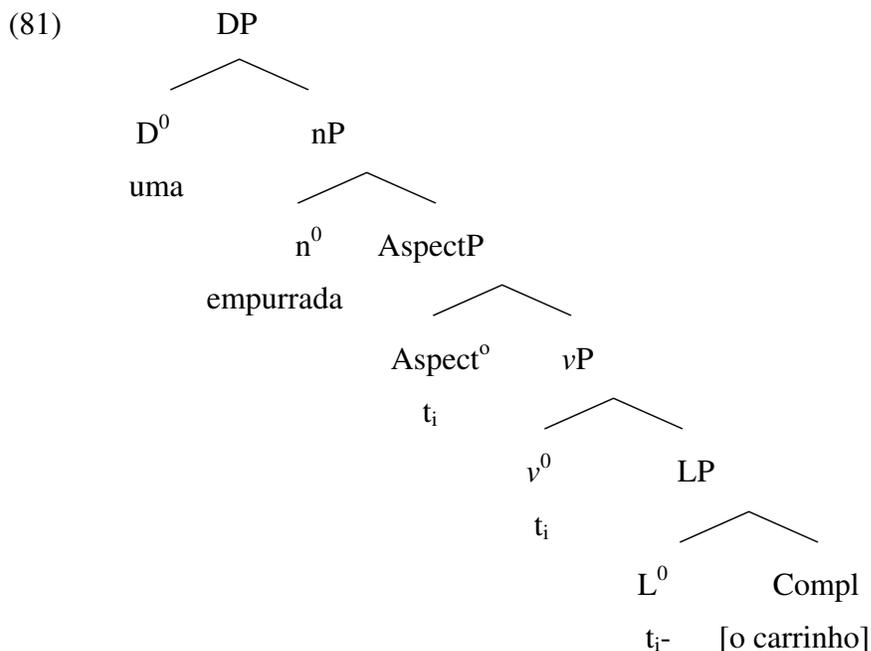
A derivação da nominalização *empurrada* é construída da seguinte maneira: a raiz  $\sqrt{\text{empurr-}}$  é inserida na estrutura sintática na posição de núcleo de LP. Dessa posição, essa raiz se move para o núcleo de  $\nu$ P incorporando-se aos traços de verbo, particularmente ao traço de eventualidade, presentes nesta posição. O movimento seguinte, leva o resultado da incorporação da raiz à categoria eventiva  $\nu$ P – *empurr- $\langle e \rangle$*  – ao núcleo de AspectP, em que uma nova incorporação acontecerá. Essa é a projeção que se associa aos modificadores aspectuais e, conseqüentemente, será o lugar em que se estabelece parte da interpretação generalizada de diminutivização, característica das CVLs de várias línguas. A outra parte desse efeito, como já apontei na seção 2.4.1, fica a cargo do verbo leve *dar*.

---

<sup>18</sup> (Cf, nota 11, capítulo III)

Nesta análise, a categoria *vP* será o lugar em que a raiz que passa pelo processo de nominalização adquire a interpretação de eventualidade. O núcleo *v* não projeta um argumento externo nas nominalizações, mas, de acordo com suas propriedades intrínsecas, pode projetar um argumento < e >, como apontado na seção 3.3. A partir desse ponto, tem-se um predicado, com um argumento evento não saturado. Esse predicado verbal é dominado por uma projeção aspectual, que lhe atribui propriedades dessa natureza, e também por uma projeção de nome, que converte o evento em nominalização eventiva. O predicado continua insaturado ao nível de sua projeção máxima, *nP*.

Como sugerido na seção 3.3, a inserção do modificador *uma* permite que sua posição vazia descarregue, por identificação, a posição < e > de *empurr-*; todavia *uma* não é capaz de saturar o predicado expresso pela nominalização *empurrada*. Assim, depois de realizadas as operações sintáticas, a estrutura morfológica (MS) recebe a estrutura abaixo:

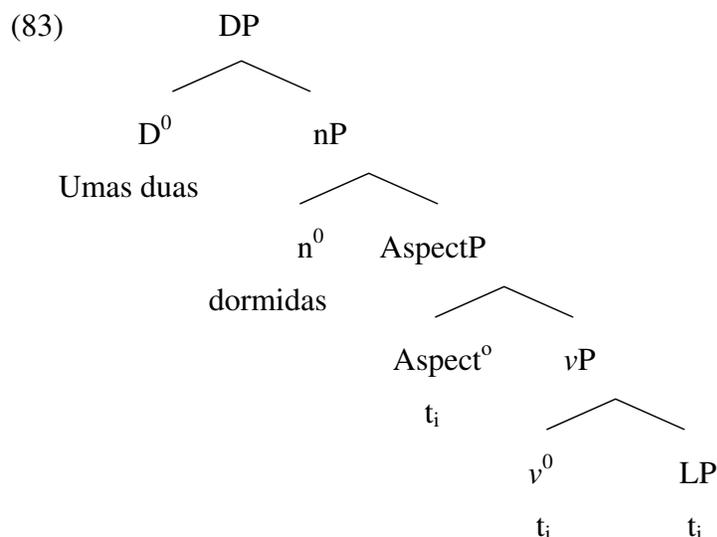


Depois de aplicadas todas as operações sintáticas, um processo denominado *Spell-Out* insere itens de vocabulário (traços fonológicos) aos morfemas abstratos na estrutura

sintática resultante. É nesse ponto, então, que são inseridos os traços fonológicos do morfema responsável pela formação da nominalização. Na verdade, *Spell-out* é tomada como uma operação que, de modo geral, se aplica ciclicamente, associando material fonológico primeiramente aos morfemas abstratos mais encaixados na estrutura sintática. Essa operação também insere o material fonológico relevante para o morfema abstrato que representa a preposição no sintagma preposicional que serve de complemento para a raiz<sup>19</sup>.

O exemplo que discuto em (82) é um caso em que a nominalização deriva da mesma raiz que gera um verbo intransitivo, mais especificamente, um verbo inergativo. Esse exemplo mostra que a nominalização, como outros elementos nominais, aceita um modificador que tem, ele próprio uma estrutura sintática interna. A representação proposta para a nominalização dessa CVL está em (83):

(82) O João já deu umas duas dormidas no volante.

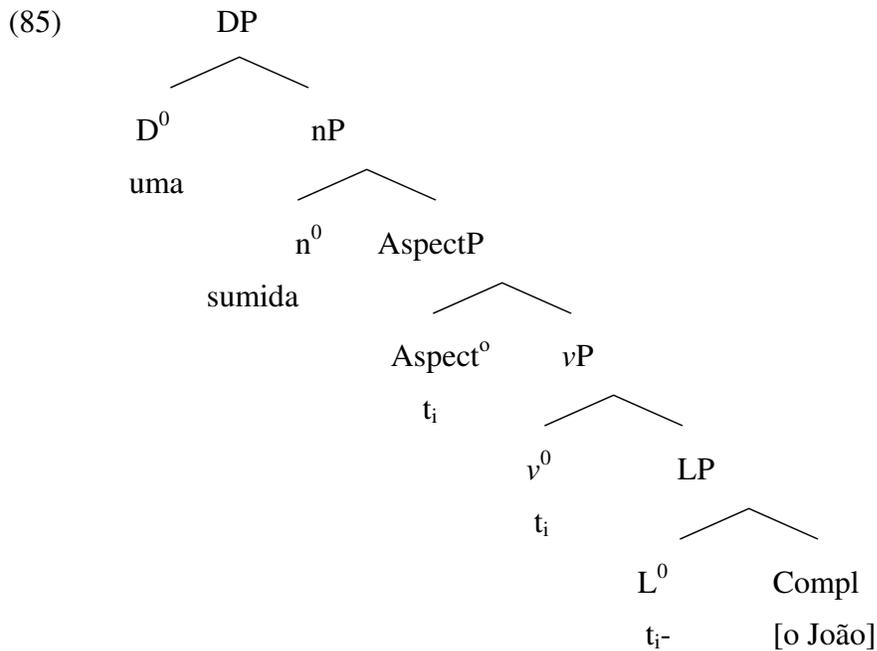


<sup>19</sup> A escolha entre da preposição será discutida mais adiante.

Aqui a nominalização se forma como em (81): a diferença entre os dois casos está na presença do modificador complexo *umas duas*. As operações sintáticas se realizam nos traços presentes na raiz e, então, a derivação em (83) é enviada à MS, onde é realizada a operação de inserção de morfemas e todas as outras operações morfológicas necessárias.

Nominalizações ergativas, como em (84), têm a representação em (85).

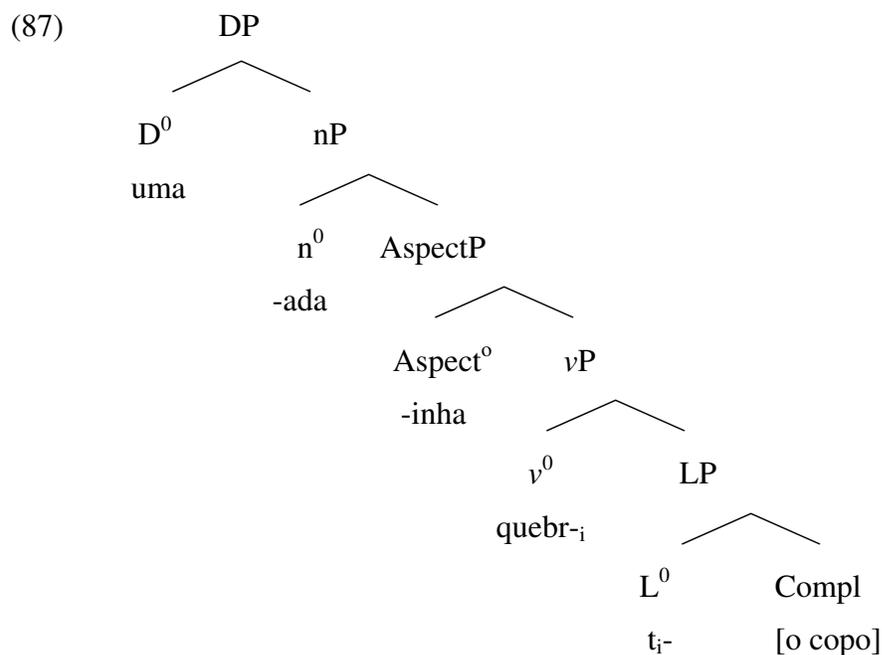
(84) O João deu uma sumida.



O exemplo em (86) é de uma nominalização de alternância ergativa; nesse caso, entretanto a morfologia de diminutivo está presente. Essa morfologia, nas CVLs, explicita a interpretação de diminutivização que se aplica à eventualidade denotada por essas construções que têm, portanto, natureza aspectual. O conjunto de traços que caracteriza essa propriedade ocupa a posição de Aspect<sup>0</sup>. Quando aplicada a algumas nominalizações, a

morfologia de diminutivo permite a formação de CVLs que, sem elas, são bastante estranhas<sup>20</sup>.

(86) O copo deu uma quebradinha aí em cima. Cuidado com a boca!



A diferença principal entre os dois últimos casos é, assim, a presença do diminutivo. O capítulo II nos mostrou que a interpretação geral de diminutivização é uma das propriedades atribuídas às CVLs. Diesing (1998) atribui essa característica a uma projeção aspectual presente no complexo formado pela CVL do iídiche. Na realidade, no PB, essa leitura é parcialmente obtida já na estrutura interna da nominalização. Assim, o sufixo de diminutivo contribui para a nominalização com uma interpretação relativa ao intervalo denotado por ela<sup>21</sup>. Isso quer dizer que esse sufixo deve ocupar a posição de

<sup>20</sup> Veja os exemplos discutidos na seção 2.4.3.

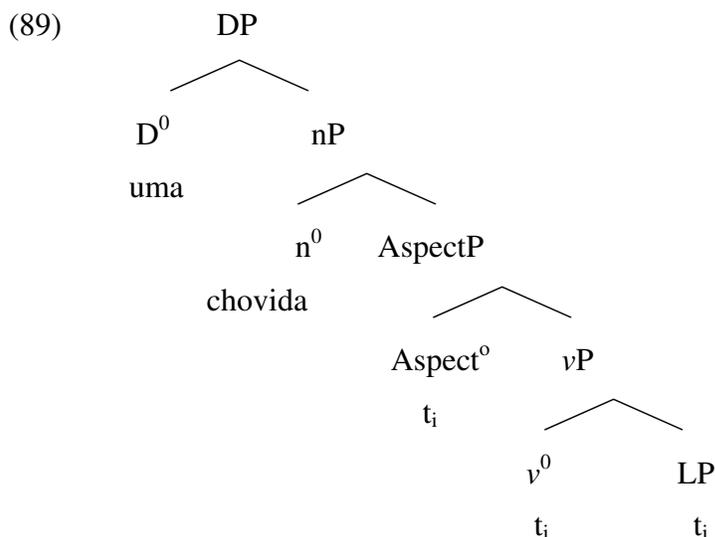
<sup>21</sup> Na seção 3.2.2, salientamos que esse tipo de diminutivização parece ser diferente da aplicação do sufixo *-inha* a elementos nominais e que esse sufixo é compatível com nominalizações tomadas como derivadas de verbos, embora não possa ocorrer com nominalizações em *-ada* derivadas de outros nomes.

núcleo de AspectP. Como resultado dessas operações sintáticas, o sistema computacional envia a derivação em (87) à estrutura morfológica. Mais uma vez, o componente de reajuste executa as operações relevantes e já apontadas nos exemplos anteriores, além da inserção do morfema de diminutivo adequado.

Vimos, assim, que as projeções AspectP e  $\nu$ P, nas nominalizações, codificam, respectivamente, propriedades aspectuais e eventivas. Nos dois casos, a presença de advérbios aspectuais ou de modo não será bloqueada pela ocorrência desses sufixos, já que, sendo modificadores, os advérbios podem ocupar posições de adjuntos a AspectP ou  $\nu$ P, ou mesmo suas posições de especificador, enquanto que os traços relevantes estarão no núcleo dessas projeções. Assim CVLs como *o João deu uma linda rápida no texto*, em que o marcador de diminutivo ocorre concomitantemente a uma expressão como *rápida*, que traz uma certa interpretação aspectual para a sentença, são bastante comuns.

A representação de uma nominalização como *chovida*, em (88), cuja raiz *chov-* não seleciona qualquer argumento se assemelha aos outros casos e aparece em (89):

(88) Deu uma chovida rápida.



Finalmente, apresento a representação de nominalizações do tipo de *facada*, *paulada*, *joelhada* entre outras, de que já falamos na seção 3.2.2. Naquela seção, apontamos a incompatibilidade que exemplos como os de (90) a (93) ((28) a (31) do capítulo III) mostram que há entre o sufixo *-inha* e nominalizações em *-ada* desse tipo.

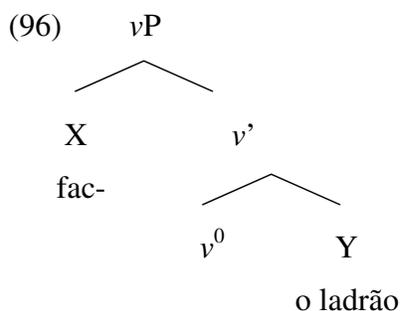
- (90) O João deu uma paulada/\*pauladinha na cabeça da cobra.
- (91) O João deu uma bolada/\*boladinha no colega da rua.
- (92) O João deu uma cotovelada/\*cotoveladinha na porta.
- (93) O João deu uma joelhada/\*joelhadinha no pé da mesa.

Para explicar os dados acima, sugiro que a representação dessas nominalizações tenha uma estrutura interna menos complexa que a representação das outras nominalizações em *-ada*. Na realidade, a diferença entre os dois tipos de nominalizações vai estar na ausência da projeção AspectP na representação de nominalizações do tipo de *paulada*. Sem essa projeção, mas mantendo a projeção de *vP*, a nominalização mantém sua interpretação de eventualidade, mas não admite ser modificada por advérbios que denotem frequência ou de intervalo. Assim, a má-formação de (25), repetida abaixo, em (94), encontra uma explicação:

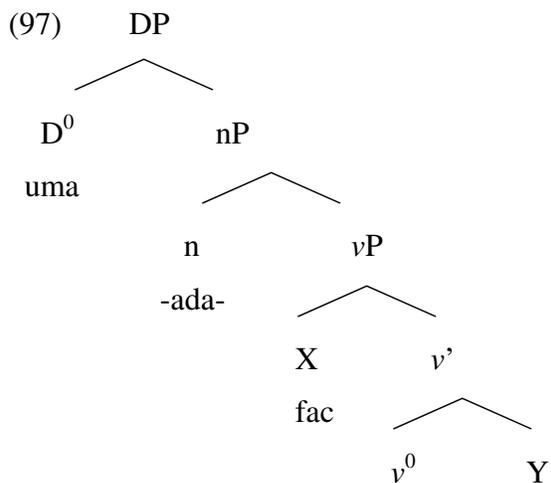
- (94) \*A cabeçada freqüente do João na parede fez ele ficar tan-tan.
- (95) A cabeçada do João na parede

Se, por um lado, a co-ocorrência de *cabeçada* com o advérbio *freqüente* em (94) traz problemas para a formação da sentença, por outro, (95) deixa clara a sua interpretação eventiva, já que apresenta um possessivo (genitivo) com interpretação de sujeito. Assim, sua representação sintática deve conter a projeção *vP*, responsável pela eventualidade, mas não pode conter AspectP, pois esse tipo de nominalização se mostrou incompatível com modificadores que expressam frequência.

Para tentar determinar a estrutura sintática na qual deve ser inserida a raiz *fac-*, por exemplo, retomo uma discussão apresentada na seção 3.2.2, em que se estabeleceu a fórmula *atingir Y com X* como o modo geral traduzir expressões do tipo *dar uma paulada em alguém*. Suponhamos que, em vez de *atingir Y com X*, a melhor tradução seja *X atingir Y*. Se a idéia de *atingir* puder se realizar, nessa expressão, através de um verbo leve, foneticamente nulo, a representação sintática geral para nominalizações como *facada*, por exemplo, será como (96):



Com o traço de eventualidade garantido pela projeção *vP*, a projeção *nP* se associa à derivação, atribuindo-lhe o estatuto de nominalização e mantendo o de predicado, como em (97). O modificador *uma* se associa à derivação, como em (97)



## o ladrão

A formação de *facada* vai implicar a aplicação da operação de *Merger* morfológico. Essa operação foi proposta, originalmente, em Marantz (1984), como um princípio de boa formação entre níveis de representação na sintaxe. Sua formulação em Marantz (1988:261) sugere que, em qualquer nível da análise sintática (DS, SS ou PF), a relação entre A e B pode ser substituída pela afixação do núcleo lexical de A ao núcleo lexical de B. O efeito dessa operação, então, é a transformação da relação estrutural existente entre dois elementos em um determinado nível, em uma relação estrutural diferente no nível seguinte. O tipo particular de *Merger* morfológico que se aplica no caso da nominalização do tipo de *cabeçada* é chamado de Deslocamento Local e é representado como em (98) (Harley & Noyer 1999:6):

$$(98) \quad A [B...] \rightarrow [B + A...]$$

Para o caso específico da representação em (97), a aplicação da operação de Deslocamento Local transforma a relação de adjacência entre o elemento nuclear *-ada* (A), no núcleo de nP, e *fac-* (B), o especificador do constituinte seguinte, em uma relação de afixação entre *-ada* e o núcleo desse constituinte, derivando *facada*.

$$(99) \quad -ada [fac- [V_0]] \rightarrow [fac- [V_0 + -ada]]$$

A estrutura interna de nominalizações como *facada* ou *tacada*, portanto, explica a impossibilidade de co-ocorrência com o sufixo *-inha*: a aplicação de Deslocamento Local justifica a ausência da projeção AspectP nessa estrutura, já que sua presença impediria a relação de adjacência necessária entre X e Y, para que essa operação se realize. Sem essa

projeção, que abriga modificadores aspectuais, não haverá lugar para a expressão do sufixo *-inha* nessa estrutura.

Diante dessa nova representação, como explicar os exemplos de (100) a (103), em que a nominalização martelada ora se comporta como *facada* (cf. (100) e (101)), ora se comporta como *empurrada* (cf. (102) e (103))?

- (100) O João deu uma martelada no ladrão: ele nem viu onde pegou.
- (101) \*O João deu uma marteladinha no ladrão: ele nem viu onde pegou
- (102) O João deu uma martelada naquele prego que estava machucando todo mundo.
- (103) O João deu uma marteladinha naquele prego que estava machucando todo mundo.

Uma tentativa de explicação para esses fatos precisa retomar o que foi dito na seção 3.2.1 sobre o modo como um modelo como a MD explica casos de alternância tais como *quebrar y* e *x quebrar y*: há uma única raiz *quebr-* que será interpretada transitivamente, se for inserida em uma estrutura transitiva e, intransitivamente, se for inserida em uma raiz intransitiva. Vou sugerir, então, que há uma única raiz *martel-* que permitirá a derivação de *martelada* nos dois casos. A interpretação dessa nominalização será do tipo de *facada*, como (102) e (103), se essa raiz for inserida em uma estrutura como (97); por outro lado, a mesma nominalização *martelada* será interpretada como uma nominalização do tipo de *empurrada*, como em (100) e (101), se a raiz *martel-* for inserida em uma estrutura como (81).

Resta ainda discutir a questão apontada na nota 8 do capítulo III, ou seja, o fato de que os diminutivos que ocorrem nos exemplos de (90) a (93) parecem ser possíveis se houver uma expressão como *à toa* ou *de nada* na sentença. Qual é a razão para esse comportamento especial dessas nominalizações na presença do sufixo *-inha*? É fato que esse sufixo funciona como uma estratégia de salvamento para CVLs. Falei disso na seção 2.4.3. No caso específico dessas nominalizações especiais, pode ser que operadores como *à*

toa ou *de* nada licenciem a projeção aspectual que está faltando na representação em (97). Desse modo, o sufixo *-inha* só se realiza na presença desses operadores.

Para finalizar, chamo atenção para o fato de que não discuti, nesta seção, nenhum caso de CVLs formadas por nominalizações em *-ada* derivadas de verbos bitransitivos. Adio essa discussão para o fim da seção 4.5, pois a explicação que apresento para a escolha da preposição *em* para as CVLs com *dar* aponta uma razão possível para o fato de CVLs com nominalizações bitransitivas serem tão raras.

#### 4.5 A Preposição em nas CVL

A forma característica de uma CVL do PB, como já vimos, é V X PP. Essa forma geral pode variar de duas maneiras: o PP pode não ocorrer na CVL, como em *dar uma dormida* e, além disso, a preposição pode variar. A seção 2.3.1.3 mostrou que a preposição será *em*, se a nominalização tem a mesma raiz que deriva um verbo transitivo direto, como em (104), se a raiz que deriva a nominalização é outro nome, como em (105), ou se uma palavra estrangeira segue o verbo leve *dar*, como em (106). Vimos, ainda, que essa preposição pode depender das propriedades de subcategorização da nominalização, como nos exemplos de (107) a (109):

- (104) dar uma empurrada no carrinho,
- (105) dar uma facada no ladrão,
- (106) dar um *boot* no computador,
- (107) dar uma telefonada pra Maria,
- (108) dar uma conversada com o João
- (109) dar uma escapada da aula.

A explicação para a ocorrência de preposições variadas nos casos mencionados acima tem sua base no sistema de Caso das línguas naturais. Sabe-se que somente categorias sem o

traço nominal (categorias [-N]) podem atribuir Caso estrutural (Chomsky 1981:49). Isso explica a má-formação de (110) e (111), em que *orgulhosa* [+N, +V] e *destruição* [+N, -V], não podem atribuir Caso para *seus filhos* e *cidade*, respectivamente.

(110) \*A Maria está orgulhosa seus filhos.

(111) \*A destruição cidade aborreceu a população.

As raízes *telefon-*, *convers-* e *escap-* nos exemplos de (107) a (109), de acordo com o modelo que venho assumindo, não são marcadas nem positivamente, nem negativamente para o traço [N]. Também não apresentam o traço [ $\pm$ V]. O mesmo ocorre com *destru-* em (111). Isso quer dizer que nenhuma dessas raízes atribui Caso estrutural a seus complementos. A exigência de marcação de Caso para os complementos selecionados por essas raízes pode ser satisfeita de duas formas: esses complementos podem se mover para uma outra posição na estrutura, onde possam entrar em uma configuração apropriada para receber Caso ou um marcador de Caso inerente pode ser inserido na estrutura. A observação dos dados não aponta evidências que confirmem o movimento desses complementos. Assim, o marcador de Caso inerente deve ser inserido.

De acordo com a proposta em desenvolvimento nesta tese, uma nominalização se forma a partir da inserção de uma raiz em uma estrutura sintática com projeções funcionais de natureza nominal<sup>22</sup>. Uma estrutura sintática muito semelhante, diferindo dessa apenas pela natureza das projeções funcionais que, no segundo caso, seriam só verbais, resulta na formação de um verbo com a mesma raiz. Isso quer dizer que a raiz que deriva tanto a nominalização, quanto o verbo só pode ser inserida em estruturas que projetem essas raízes da mesma forma. Assim, como as raízes das nominalizações dos exemplos de (107) a (109) já têm, definida entre seus traços, a informação de que seu argumento interno é

---

<sup>22</sup> Ou verbal e nominal, como no caso das nominalizações em *-ada*.

preposicionado<sup>23</sup>, então na hora de escolher a preposição que vai marcar o Caso do argumento interno da nominalização, a morfologia faz a mesma escolha que faria para os verbos, pois, as propriedades da raiz que selecionou esse argumento e as operações sintáticas realizadas com as raízes atômicas na derivação dessa nominalização indicam que só há essa escolha a fazer.

Há outros contextos em que a preposição que forma o PP de uma CVL não é a preposição *em*. Em primeiro lugar, têm-se as CVLs que se formam a partir de uma expressão idiomática. Casos como esses já foram discutidos na seção 2.3.2 e mostraram que a preposição das CVLs derivadas de expressões idiomáticas será *de* (*dar uma comida de mosca*). Há ainda o caso em que a eventualidade denotada pelo predicado que deriva a nominalização é uma atividade como, por exemplo, as que se apresentam em (112), que se caracterizam como dinâmicas, durativas e atélicas. Nesses casos a preposição das CVLs também será *de*, como em (113), em que as eventualidade descritas mantêm as propriedades presentes nas atividades denotadas pelas sentenças em (112), incorporando o limite final arbitrário das CVLs.

- (112) João gosta de assistir TV / ler jornal / de jogar bola de vez em quando.
- (113) João gosta de dar uma assistida de TV / dar lida de jornal / dar uma jogada de bola de vez em quando.
- (114) ?João gosta de dar uma assistida na TV / dar uma lida no jornal / de dar uma jogada na bola de vez em quando.

As CVLs com a preposição *em* nos exemplos em (114) podem ocorrer, mas não denotam eventualidades com características de atividades genéricas como é o caso de (115); denotam, ao contrário, atividades de caráter particular, como em (116).

---

<sup>23</sup> Veja discussão na seção 3.2.2.

(115) A Maria deu uma lida de jornal.

(116) A Maria deu uma lida na Folha.

Ainda com base na necessidade de que os complementos das nominalizações sejam marcados com Caso, podemos sugerir que o caráter genérico das eventualidades denotadas licencia a inserção da preposição *de*, como marcador de Caso, uma vez que essa é, em geral, a preposição escolhida para marcar o Caso dos complementos nominais. Assim por exemplo, a inserção da preposição *de*, como marca de Caso inerente, segundo Chomsky (1986), nos exemplos em (110) e (111) torna bem formadas as sentenças em (117) e (118):

(117) A Maria está orgulhosa de seus filhos.

(118) A destruição da cidade aborreceu a população.

A descrição das características da preposição empregada nas CVLs com *dar* do PB é, portanto, a seguinte: se a nominalização tiver a mesma raiz de um verbo transitivo, se essa raiz for outro nome ou se uma palavra estrangeira seguir o verbo leve *dar*, então a preposição escolhida será *em*. Se a nominalização tiver a mesma raiz de um verbo transitivo indireto, então a preposição será a mesma preposição que tiver de ser utilizada nos contextos verbais dessa raiz. Finalmente, a preposição será *de*, se a CVL se formar a partir de expressões idiomáticas ou de expressões que denotam atividades genéricas.

O fato é que, embora alguma variação seja possível para a preposição de uma CVL, esta variação parece ser muito bem definida. A escolha da preposição da CVL não pode ser aleatória: acontece exatamente como já foi descrito acima. A necessidade da presença das outras preposições diferentes de *em* nos contextos de nominalizações em *-ada* foi justificada em termos de Caso inerente. Para justificar a escolha da preposição *de*, recorreremos à leitura de atividades genéricas observada nesses casos; as preposições diferentes de *de* e *em* foram tratadas como dependentes das propriedades intrínsecas da raiz. Como explicar a escolha da preposição *em* para a grande maioria das CVLs?

Kearns (1988/2002:17) considera três possibilidades para dar conta da ocorrência da preposição *to* em sentenças como (119):

- (119) John gave a stir to every pot on the back of the stove.  
 John deu um mexer para cada pote na parte de trás do fogão  
 ‘John deu uma mexida em cada pote na parte de trás do fogão.’

- a. o verbo *give* desse tipo de sentença é, na realidade, um verbo pleno e o complemento introduzido por *to* é um dativo;
- b. a preposição faz parte da estrutura argumental do verbo leve *give*;
- c. a preposição é uma preposição temática, compatível com o argumento interno de *give a stir*, por exemplo, e não está associada especificamente a *give*.

As propriedades de *give* como verbo leve na sentença em (119)<sup>24</sup> eliminam a possibilidade de explicação para a preposição *to* que aparece em (a); além disso, (b) torna-se implausível, pois a preposição dativa *to* dos argumentos alvo de uma construção com *give* pleno deve ser temática e reger um alvo. Sem uma estrutura lexical conceitual<sup>25</sup>, o verbo leve não pode licenciar um sintagma cujo núcleo seja uma preposição temática. Assim, a explicação para a ocorrência de *to* em (119) vem da terceira possibilidade: *to* é uma preposição temática, licenciada por *give a stir*, e indica o papel temático de paciente atribuído a *every pot*.

---

<sup>24</sup> A sentença não pode ser passivizada, o complemento *a stir* não tolera movimento WH ou pronominalização e, além disso, deve ser indefinido; o complemento *stir* tem forma idêntica à do verbo *stir*; a eventualidade denotada é, de certa forma, trivializada, breve, singularizada ou minimizada, ou seja, tem propriedades aspectuais diferentes da eventualidade denotada pela expressão correspondente com um verbo simples. (Kearns, 1988/2002:6)

<sup>25</sup> Veja a descrição para a proposta de Kearns na seção 3.3.

Evidências para essa análise vêm de construções com nominais derivados (cf. (120)), com verbos de ação vaga<sup>26</sup> (cf. (121)), e de construções do tipo *do-to* (cf. (122)), que selecionam predicados de agente/paciente, ou seja, que devem ter um objeto afetado, como observado por Fiengo (1980:37). Os exemplos são de Kearns (1988/2002:19).

- (120) Injuries to players are not covered for by the policy.  
‘Ferimentos nos jogadores não são cobertos pela apólice.’
- (121) All damage to furnishing must be paid for.  
‘Todo estrago na mobília deve ser pago’
- (122) What Rome did to Carthage was destroy it.  
‘O que Roma fez com Cartago foi destruí-la.’

Kearns ressalta ainda que o contraste entre (123) e (124) é mais uma evidência de que a preposição *to* deve reger um objeto afetado:

- (123) What have you done with the scissors? (Where are they?).  
‘O que você fez da tesoura?’ (‘Onde ela está?’)
- (124) What have you done to the scissors? (Why are the blades chipped?).  
‘O que você fez na/com a tesoura?’ (‘Por que as lâminas estão lascadas?’)

Assim, a autora conclui que a preposição *to* em sentenças como (119) é uma preposição temática que rege um paciente, um objeto afetado, licenciado pelo predicado

---

<sup>26</sup> Como visto na seção 3.2.3 Kearns (1988/2002) distingue entre verbos de ação vaga, como em *make an inspection* (fazer uma inspeção), *do the ironing* (passar roupas) e verbos leves verdadeiros, como em *give the floor a sweep* (dar uma varrida no chão) e *have a lick of this ice cream* (dar uma lambida nesse sorvete). Os complementos dos verbos de ação vaga se comportam como argumentos, podendo ser passivizados, pronominalizados ou relativizados. O mesmo não acontece com os verbos leves verdadeiros. Para mais detalhes sobre essa diferença veja a seção 3.2.3 sobre o estatuto da nominalização em -ada, em que aplico alguns dos testes sugeridos por Kearns para a determinação do caráter de predicado ou de argumento dessa nominalização.

*give a stir*. Em casos como (125), em que a construção com verbo leve “verdadeiro” (cf nota 26) não seleciona um paciente, um objeto afetado como argumento interno, a preposição *to* não poderá ocorrer:

- (125) \*John gave a try to every system in the User’s Guide.  
John deu uma tentada em cada sistema no Manual do usuário.

Os dados do PB parecem estar de acordo com a análise de Kearns para a preposição. Os exemplos de (126) a (131) apresentam a preposição *em* introduzindo um elemento que denota o objeto afetado pelo predicado formado por *dar* e a nominalização em -ada:

- (126) A secretária deu uma arrumada na mesa  
(127) A Ana deu uma limpada na sala.  
(128) Abre a janela pra dar uma circulada no ar.  
(129) A cozinheira deu uma temperada no molho.  
(130) É preciso dar uma organizada nas tarefas.  
(131) O João deu uma modificada nas notas.

As construções com nominais derivados (cf. (132)) e com verbos de ação vaga (cf. (133)) do PB também podem fornecer evidências de que a preposição *em* é temática e pode reger um paciente, ou objeto afetado.

- (132) Ferimentos **nos** jogadores não são cobertos pela apólice.  
(133) É preciso fazer uma inspeção **nas** contas.

Correspondentes para construções do tipo *do-to* podem se traduzir por *fazer-em*, mas, certamente, têm uma tradução melhor em *fazer-com*, como se vê abaixo:

(134) O que eu fiz ?**no/com o** texto foi corrigi-lo.

Dessa forma, vou propor, como fez Kearns (1988/2002) para *to* no inglês, que a escolha da preposição *em* para as CVLs com *dar* do PB, nos casos em que isso acontece, também se dá por razões de Caso, já que os complementos das nominalizações precisam ser marcados com Caso. A preposição *em* também marca tematicamente o complemento da nominalização, respeitando a condição do Caso inerente, definida da seguinte maneira em Chomsky (1986:272):

(135) If  $\alpha$  is an inherent Case-marker, then  $\alpha$  Case-marks NP if and only if  $\alpha$   $\theta$ -marks the chain headed by NP<sup>27</sup>.

Uma explicação em termos de Caso inerente para a escolha da preposição *em* pode dar conta do contraste apontado pelos exemplos em (136) e (138)<sup>28</sup>:

(136) O João deu uma classificada nos papéis.

(137) \*O João deu uma classificada nos papéis como interessantes.

Assumir que *em* marca tematicamente o complemento da nominalização em (136) como *objeto afetado* significa assumir que esses dois elementos satisfazem o requerimento de localidade para que essa relação temática se estabeleça. Em (137), a relação local se

---

<sup>27</sup> “Se  $\alpha$  é um marcador de Caso inerente, então  $\alpha$  atribui Caso a um NP, se e somente se  $\alpha$  marca tematicamente a cadeia nucleada por esse NP

<sup>28</sup> Jairo Nunes (comunicação pessoal) me sugeriu esta discussão.

estabelece entre *papéis* e *interessantes*. A preposição não está numa relação local com *papéis*. Assim, não é capaz de marcar tematicamente esse elemento. Dessa forma, não pode atribuir-lhe seu Caso inerente, e a sentença torna-se agramatical por razões de Caso.

Essa explicação em termos de Caso inerente nos permite voltar a um ponto que ficou em aberto na seção 4.4, nomeadamente, a discussão sobre a ocorrência extremamente rara de CVLs com nominalizações em *-ada* derivadas de raízes bitransitivas. Para discutir esse tipo de CVL, que aparece em (138), retomarei a representação proposta em Larson (1988:339) para as sentenças bitransitivas como (139):

(138) ?O João deu uma mostrada no carro pro cliente.

(139) The teacher gave several books to him.

A professora deu vários livros para ele.

Larson sugere que construções bitransitivas do tipo de (139) envolvem a estrutura de VP oracional subjacente que aparece em (140), cujo sujeito é *several books* e cujo objeto é *to him*. O movimento de subida do verbo disfarça este constituinte interno, ou seja, este VP oracional na estrutura superficial, como em (141):

(140) The teacher [<sub>VP</sub> several books [<sub>V'</sub> give to him]]

(141) The teacher gave [<sub>VP</sub> several books [<sub>V'</sub> t to him]]



O que se vê é uma estrutura de ramificação estritamente binária. O VP mais alto possui uma posição V vazia que toma outro VP como complemento. Neste último VP, o especificador é *several books*, o núcleo é *give* e o complemento é o PP *to him*. O verbo *give* e o complemento *to him* formam um predicado menor *give-to-him* (Chomsky (1975)). Este predicado menor, por sua vez, é predicado de um sujeito interno que é *several books* (na verdade o objeto direto da sentença). O VP oracional que se forma é predicado de um sujeito como *the teacher*.

(142)  $[_{VP} \text{Spec } V' [_{V'} [_{Vi} \text{ give}] [_{VP} [_{NP} \text{ several books}] [_{\underline{V}'} t_i [_{PP} \text{ to him}]]]]]$

Para a discussão a seguir, interessa-nos, especificamente a representação apresentada em (140), em que apenas a relação entre o verbo bitransitivo e seus argumentos internos está claramente representada: o objeto afetado pelo predicado é projetado como especificador da projeção verbal mais baixa, enquanto que o argumento alvo se projeta como complemento desse predicado. Mais uma vez, a projeção do argumento externo ocorrerá fora desse domínio. Com essa representação para predicados bitransitivos, a nominalização em (138) pode ser representada como em (142):

(143)

A representação proposta por Larson (1988) para os bitransitivos é aplicada a raízes atômicas que selecionam dois argumentos internos. Essa representação dá conta da estranheza de CVLs formadas a partir de raízes bitransitivas, se a idéia de que a preposição *em* é uma marca de Caso inerente nessas construções<sup>29</sup>. O constituinte formado por *o carro para o cliente* impede que a preposição estabeleça com *o carro* a relação local necessária para que a relação temática entre esses dois elementos se estabeleça. Sem marcar tematicamente o elemento *o carro*, a preposição não pode atribuir-lhe Caso inerente e a sentença será mal formada.

Assim, o estatuto marginal de (138) deve ser analisado da seguinte forma. A expressão que contém o tema e o alvo compõe uma unidade que será tomada como o único argumento da raiz *mostr-*. Assim, a preposição *em* atribuirá Caso inerente para a unidade *carro para o cliente*.

#### **4.6 Conclusão do Capítulo**

Este capítulo tratou, especificamente, da nominalização em -ada que faz parte de uma CVL. Examinamos sua capacidade de determinar ou não uma estrutura argumental, nos termos de Grimshaw (1990), e atestamos o comportamento ambíguo de muitas das nominalizações em -ada no que concerne à propriedade de determinar ou não uma estrutura argumental, mas tomamos como bastante sistemático o seu comportamento como nominalização de processo.

Além disso, analisamos, com base em Alexiadou (2001), a hipótese de que, mais importante que a possibilidade de determinar ou não uma estrutura argumental, é perceber que as nominalizações são diferentes por causa da estrutura em que estão inseridas. Assim, a diferença entre as leituras de processo ou resultado para as nominalizações em -ada do

---

<sup>29</sup> A idéia de que as raízes selecionam apenas um argumento, apontada na seção 3.2.2, mostra mais uma dificuldade para a formação de nominalizações a partir de raízes bitransitivas.

PB resulta da configuração sintática em que essas nominalizações se apresentam: as que admitem leitura de processo apresentam, em sua representação, um conjunto de categorias funcionais associados a sintagmas verbais, que resultam nessa leitura. O mesmo não ocorre com as nominalizações de resultado. As propriedades de evento, ou processo de uma nominalização, então, se devem aos nós funcionais na estrutura dessa nominalização e não a categorias previamente especificadas.

Finalmente, descrevemos as possibilidades verificadas para preposição nas CVLs e justificamos, em termos de Caso inerente, a escolha da preposição *em* para a maioria dos casos.

## CAPÍTULO V

### A ESTRUTURA DE EVENTOS E AS CVLS DO PB

#### 5.1 *Introdução*

Depois de apresentar as propriedades gerais das CVLs com *dar* em PB no Capítulo II, de propor o estatuto de predicado para o verbo leve e para a nominalização em –ada no capítulo III, e de sugerir uma representação sintática, baseada no modelo da Morfologia Distribuída, para as nominalizações em –ada no Capítulo IV, passo, agora, à sugestão de uma representação sintática para a CVL com *dar*, propriamente dita. Uma representação sintática apropriada para essas construções deverá explicitar suas propriedades particulares, apontadas ao longo desta tese, além de ser capaz de traduzir outras propriedades mais gerais das sentenças das línguas naturais.

Vimos, no capítulo IV, que as nominalizações das CVLs com *dar* não projetam um argumento externo em sua estrutura interna: o vP em sua representação é defectivo e não projeta um argumento externo. Esse argumento deve ser realizado através da projeção do verbo leve *dar* e se caracteriza como o argumento externo da CVL, não apenas da nominalização. Neste capítulo, proponho que a representação sintática das CVLs com *dar* no PB seja um caso exemplar da representação sintática da estrutura interna das eventualidades descritas pelas sentenças das línguas naturais, já tão discutida por autores como Tenny (1994), H&K, Ramchand (2003), entre outros.

A organização do capítulo será a seguinte: inicialmente, apresento uma breve discussão sobre a origem da idéia de que os significados dos verbos podem ser decompostos. Logo em seguida, na seção 5.3, verifico a aplicação da proposta de existência de dois verbos leves, presente no modelo da Morfologia Distribuída (Marantz 1997,

Alexiadou 2001, etc). Proporei que as CVLs do PB são um caso de representação analítica da estrutura de eventos de uma sentença. Nelas será possível identificar um macro evento (*dar uma X-ada*) constituído de um sub-evento ( $e_1$ ) de CAUSE/DO ou BECOME/HAPPEN, representado por *dar* e um sub-evento ( $e_2$ ), que indica a eventualidade causada ou o fato acontecido, e tem as propriedades aspectuais identificadas na seção 2.4.

## 5.2 *Uma Estrutura de Eventos para as Sentenças das Línguas Naturais*

Desde o trabalho de Vendler (1967), a pesquisa sobre a estrutura dos significados verbais gerou uma gama enorme de trabalhos sobre o tema, desenvolvendo a idéia de que o significado dos verbos pode ser analisado em uma representação estruturada do evento que o verbo denota. Os trabalhos contribuíram para mostrar que a gramática não trata os eventos como estruturas atômicas, não analisáveis, mas reconhece a existência de eventos complexos que têm uma estrutura interna.

Muitas dessas pesquisas têm em comum a idéia de que eventualidades complexas se estruturam em eventos que estabelecem entre si relações que revelam, por exemplo, a associação de um deles com a noção de causação e agentividade e do outro, com a noção de telicidade ou completude, mudança de estado. Essa análise permite a representação de um predicado de *accomplishment*, como (1), por exemplo, através de um estrutura de eventos complexa, em que o evento mais interno é o que tem traços de telicidade e o mais externo, o que se associa à noção de causação.

- (1) O João construiu aquela casa.

No exemplo acima, o evento interno é aquele em que a casa fica pronta, enquanto que o evento externo é aquele em que *o João* atua com agentividade. O fato de o evento mais externo causar o mais interno implica que a relação entre eles é de causação<sup>1</sup>.

Várias foram as propostas para a representação desses elementos básicos da estrutura complexa de eventos. Entre eles, cito dois trabalhos já discutidos nas seções 1.2.2.1 e 1.2.2.2: o de H&K e o de Grimshaw (1990). Grimshaw sugere um modelo em que eventos complexos como *quebrar* são representados por uma estrutura de evento do tipo [evento [ atividade estado]], em que a atividade corresponde ao evento externo e consiste do que um certo X faz para causar a *quebra*, e o estado corresponde, em parte, ao evento interno de mudança de estado, ou seja, representa o estado resultante do item quebrado.

H&K propuseram estruturas sintáticas que capturassem as noções de causa e mudança de estado, mas, como vimos, tinham em mente uma representação lexical que empregava ferramentas sintáticas no léxico. Em sua representação, o verbo mais alto é um causativo implícito e o verbo mais baixo um verbo incoativo ou de mudança de estado, também implícito. Assim, de acordo com sua análise, uma sentença como (2) pode ter a paráfrase em (3):

- (2) A Maria encurtou a saia
- (3) A Maria fez a saia ficar curta.

Como já vimos, paráfrases semelhantes podem ser verificadas entre as CVLs com *dar* e as sentenças em que o verbo pleno tem a mesma raiz da nominalização da CVL. Assim, em (6), a parte mais baixa do evento, *empurrar o carrinho*, expressa, de certa forma, um resultado em relação à sua parte mais alta, representada por *a Maria fez* neste exemplo, que parafraseia (4) e (5).

---

<sup>1</sup> Em termos lingüísticos, a noção de causação é, geralmente, representada pela relação entre duas expressões proposicionais, por dois eventos ou um agente e um evento.

- (4) A Maria empurrou o carrinho.
- (5) A Maria deu uma empurrada no carrinho.
- (6) A Maria fez o evento de *empurrar o carrinho* acontecer.

Com mais clareza, em (9), a parte mais baixa do evento, *amarelar o papel*, expressa o resultado do evento expresso em sua parte mais alta, representado por *o fogo fez* neste exemplo, que parafraseia (7) e (8).

- (7) O fogo amarelou o papel.
- (8) O fogo deu uma amarelada no papel.
- (9) O fogo fez o evento de *amarelar o papel* acontecer.

A sentença em (12) que parafraseia (10) e (11), por outro lado, representa apenas a parte mais baixa do evento, *amarelar o papel*, ou seja, seu resultado. Não há causador expresso nesse caso.

- (10) O papel amarelou.
- (11) O papel deu uma amarelada.
- (12) O papel ficou amarelo.

A presença do verbo leve *dar* nas sentenças em (5) e (8), que têm as paráfrases em (6) e (9), respectivamente, indica que este verbo leve pode ocorrer em estruturas de eventos em que fica explícita uma relação de causação. Por outro lado, a presença desse mesmo verbo em (11), parafraseada como (12), também indica que ele pode estar presente em uma estrutura de eventos em que apenas o resultado está explícito.

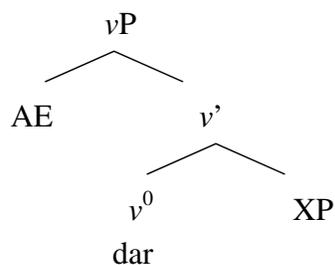
Esses dados sugerem a verificação da possibilidade de que o PB disponha de dois verbos leves *dar*: um que expressa a relação de causação existente na eventualidade denotada e outro em que permite que somente o resultado da eventualidade seja identificado.

### 5.3 *Dois Verbos Leves DAR e a Representação das CVLs do PB*

Nesta seção apresento evidências para minha proposta de que há dois verbos leves *dar* no PB. Esses verbos têm propriedades de predicados de eventos, pois podem impor restrições ao seu complemento, exigindo que esse elemento denote uma eventualidade que seja, no mínimo, dinâmica, podendo ser, também durativa e télica ou atélica.

Os predicados são homófonos: um deles de dois lugares e o outro de um lugar. Obrigatoriamente, esses predicados selecionam, como argumento interno, um constituinte que denote uma eventualidade dinâmica. Dependendo do predicado que entra na derivação, um argumento externo, ou seja, um constituinte que caracterize semanticamente um iniciador, um causador ou um agente será selecionado e projetado pelo verbo leve *dar*. Nesse caso, terá entrado na derivação o verbo leve *dar* que significa DO/CAUSE, que projeta um Spec e também seleciona um predicado eventivo (VP ou DP) que pode ser inergativo ou transitivo, como em (13)<sup>2</sup>.

(13) *dar* = DO/CAUSE



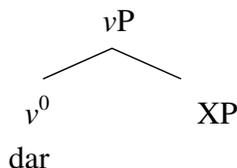
O verbo leve *dar* também pode entrar na derivação como um predicado de um lugar. Nesse caso, a derivação contém o *dar* leve que significa BECOME/HAPPEN, que não

---

<sup>2</sup> AE: argumento externo.

projeta Spec e que seleciona apenas um predicado eventivo (VP ou DP) que pode ser inacusativo ou do tipo que não projeta argumentos, como em (14):

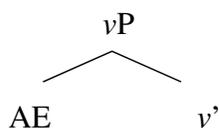
(14) *dar* = BECOME/HAPPEN



Esta proposta é compatível com a idéia de que o significado dos verbos pode ser decomposto em uma estrutura de eventos (cf. Hale & Keyser 1991, 1993, 2002, Harley 1995, 1996, Chomsky 1995b, Ramchand 1997, 2003, etc). Especificamente, assumo a idéia presente nos trabalhos de H & K de que eventualidades dinâmicas podem ser decompostas em uma estrutura de eventos que implicam outros eventos, já apresentada na seção 1.2.2.1 e retomada brevemente na seção 5.2.

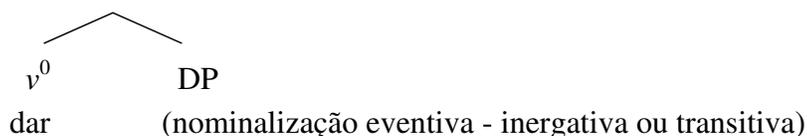
A descrição sobre os padrões de formação de uma CVL no PB na seção 2.4.2 nos mostrou que, além do traço dinamicidade, o predicado que deriva a nominalização em *-ada* de uma CVL deve exibir o traço duratividade, que o caracteriza como uma atividade (ou processo), se for atélico<sup>3</sup>, ou como um *accomplishment*, se for télico. É essa eventualidade que é implicada por uma eventualidade matriz nas CVLs. Essas construções devem ser representadas, portanto, por estruturas como (15) e (16) em que DP representa a nominalização:

(15) *dar* = CAUSE

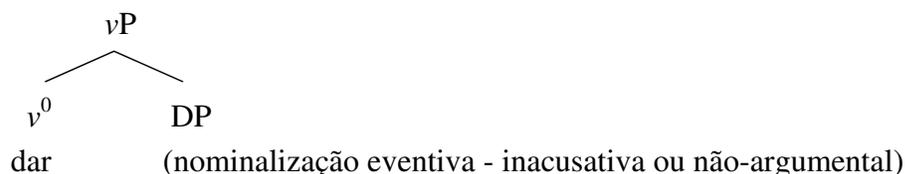



---

<sup>3</sup> Incluo aqui a leitura durativa atribuída a uma coleção de eventualidades do tipo semelfactivo já discutida anteriormente, no capítulo II.



(16) *dar* = BECOME/HAPPEN



Se as sentenças não são casos de CVLs, as interpretações de causação e resultado que ficam implícitas são representadas, estruturalmente, por um predicado que tem como núcleo um verbo leve não realizado foneticamente. Para exemplificar, discutirei, nas páginas que seguem, alguns exemplos em que procurei emparelhar sentenças com o verbo leve foneticamente nulo e CVLs com a realização fonética do verbo leve *dar*. Procurei, também, tomar como exemplos, cada uma das possíveis noções semânticas (eventualidade, relação, estado e entidade) implicadas pelo evento matriz das representações semânticas apresentadas na seção 1.2.2.1 e repetidas abaixo de (17) a (20):

(17)  $e_1 \rightarrow e_2$

(18)  $e \rightarrow r$

(19)  $e \rightarrow s$

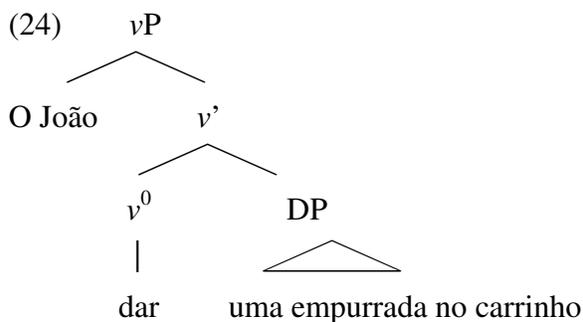
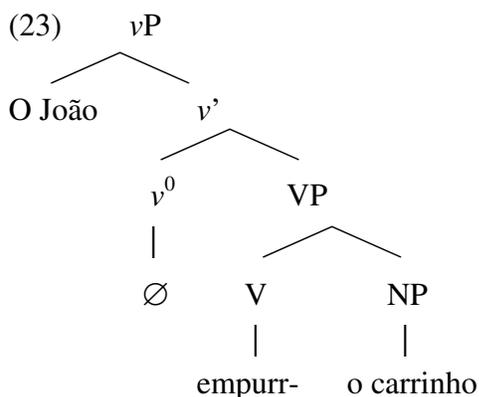
(20)  $e \rightarrow n$

As sentenças em (21) e (22) denotam, respectivamente, as eventualidades de *empurrar* e de *dar uma empurrada*. São interpretadas como duas eventualidades complexas, compostas de uma eventualidade matriz, do tipo de CAUSA, que implica uma outra eventualidade subordinada a ela: de *empurrar o carrinho*.

(21) O João empurrou o carrinho.

(22) O João deu uma empurrada no carrinho.

As representações sintáticas para as sentenças em (21) e (22) estão apresentadas em (23) e (24), respectivamente. Estas representações procuram dar conta das interpretações sugeridas, representando o evento matriz CAUSE por *v* e a eventualidade implicada por este evento (*empurrar o carrinho*) por VP e DP<sup>4</sup>, respectivamente<sup>5</sup>:



<sup>4</sup> A estrutura interna do DP que é a nominalização não será repetida nessas representações. Veja essas estruturas na seção 4.4

<sup>5</sup> Apesar de estar tomando o modelo proposto em H&K como possível para a representação das CVLs, não assumo sua sugestão de que essa estrutura de eventos é uma representação lexical que utiliza ferramentas sintáticas. Como apontado por Alexiadou (2001), as propriedades das eventualidades podem, perfeitamente, resultar dos nós funcionais presentes na estrutura interna dos predicados que as expressam linguisticamente.

Já vimos que a propriedade de determinar a natureza semântica de seu complemento, uma eventualidade, justifica, parcialmente o caráter de predicado do verbo leve, seja ele realizado como *dar* ou não. O verbo leve *dar* exige que seu complemento tenha uma natureza explícita de eventualidade, determinada pelos traços dinâmico e durativo. Em outras palavras, só uma nominalização que denote uma eventualidade dinâmica e durativa, pelo menos, poderá satisfazer essa exigência de *v*. Em outras palavras, esse verbo não deverá aceitar, como complemento, uma nominalização que tenha apenas propriedades de resultado.

A previsão se confirma, com os exemplos de (25) a (28) mostrando, por um lado, em (25) e (27), a má-formação de sentenças em que nominais de resultado ocupam a posição de complemento de *dar* leve; por outro, a boa-formação de sentenças em que um nominal de processo aparece na mesma posição, como se pode ver em (26) e (28).

- (25) \*O médico deu um exame no João.
- (26) O médico deu uma examinada no João.
- (27) \*O técnico deu um teste no aparelho.
- (28) O João deu uma testada no aparelho.

O elemento nominal *reforma* apresenta um comportamento diferente em relação a *exame* e *teste*. A boa-formação das sentenças em (29) e (30) se deve à ambigüidade de *reforma* entre as interpretações de eventualidade dinâmica e de resultado: a CVL só é possível se esse nominal tiver a interpretação de eventualidade dinâmica, como (29). A nominalização *reformada* em (30) denota, claramente, uma eventualidade dinâmica.

- (29) O Rui deu uma reforma na casa<sup>6</sup>.
- (30) O Rui deu uma reformada na casa.

---

<sup>6</sup> Entre outras propriedades, esse nominal admite o controle de um argumento implícito, como em *a reforma da casa para ter mais conforto*. Além disso, pode ocorrer com os mesmos modificadores aspectuais que os verbos de que derivam, como em *a reforma da casa por cinco anos separou o casal*.

As representações propostas para os complementos de  $v$  não prevêem a seleção/projeção de um argumento externo, como vimos no capítulo IV. Isso está de acordo como H&K, para quem, como exceção da preposição, as categorias lexicais como V, A e N, não projetam argumento externo. O  $v$  é o elemento responsável pela seleção desse argumento. A sugestão alternativa de que este tipo de seleção/projeção pode se realizar através da categoria que ocupa a posição de complemento de  $v$  traz o seguinte problema: uma vez projetado, o argumento externo do complemento de  $v$  (VP em (23) ou XP em (24)) passa a estabelecer com  $V'$  ou  $X'$ , respectivamente, uma relação de predicação e fica preso a ela, não podendo entrar em outra relação de predicação na mesma derivação<sup>7</sup>.

Com essas observações, é possível sugerir, com as paráfrases de (31) a (34)<sup>8</sup>, uma interpretação para cada uma das sentenças em (22) e (26) e também de (28) a (30), que se caracterizam como eventualidades decomponíveis em dois subeventos: um deles expressando CAUSE e o outro expressando a eventualidade denotada pela nominalização.

- (31) O João causou a eventualidade em que ele empurrou o carrinho.
- (32) O médico causou a eventualidade em que ele examinou o João.
- (33) O João causou a eventualidade em que ele testou o aparelho.
- (34) O Rui causou a eventualidade em que ele reformou a casa.

A interpretação descrita em (31) é compatível com as representações em (23) e (24) para (21) e (22), respectivamente. Isso quer dizer que representações semelhantes podem ser

---

<sup>7</sup> Para uma visão diferente dessa, veja a análise para controle de Hornstein (2001), em termos de movimento para posições temáticas, e a proposta de movimento lateral em Nunes (1995, 2001a e *a sair*). A análise que propus para as nominalizações no capítulo IV, baseada em Alexiadou (2001), assume uma estrutura ergativa para as nominalizações. A interpretação agentiva, possível para muitas nominalizações, não poderá depender de sua própria estrutura, portanto; será obtida através da associação do verbo leve relevante a essa nominalização. O verbo leve, ele mesmo, projeta o argumento externo; não há movimento para essa posição.

<sup>8</sup> (34) é uma paráfrase possível para (29) e (30).

propostas para as sentenças em (26) e de (28) a (30), que se interpretam, respectivamente, como suas paráfrases em (32) e de (33) a (34).

Os exemplos de (35) a (38), que expressam a relação entre uma eventualidade e um estado, podem ser tratados em conjunto. O par em (35) e (36) exemplifica a possibilidade de alternância incoativo/causativo verificada para uma determinada classe de verbos<sup>9</sup>.

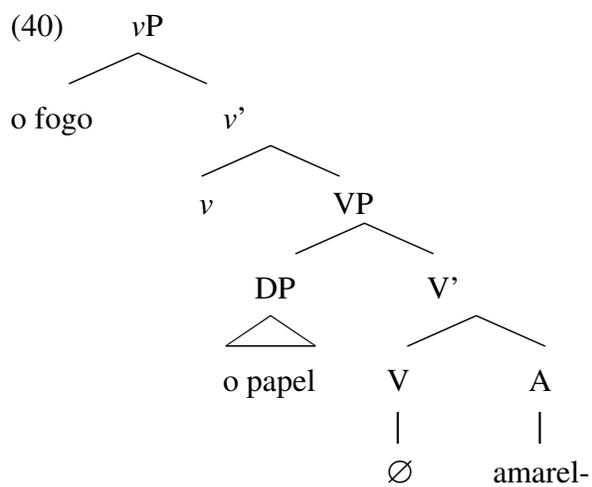
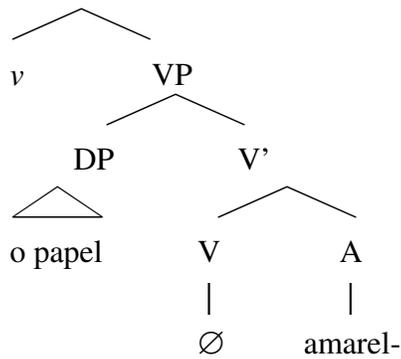
- (35) O papel amarelou.
- (36) O fogo amarelou o papel.
- (37) O papel deu uma amarelada.
- (38) O fogo deu uma amarelada no papel.

A possibilidade de alternância existente entre as sentenças apresentadas em (35) e (36) pode ser explicada se, para cada uma de suas realizações, puder ser sugerida uma representação diferente. Assim, (35) terá a estrutura de eventos simples, representada em (39), enquanto que (36) terá uma representação mais complexa, como em (40), por se tratar de uma relação entre um evento de CAUSE e um efeito expresso por *amarelar*.

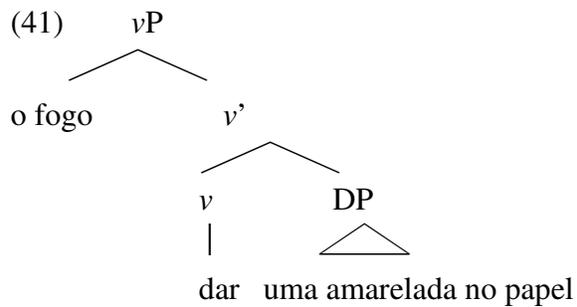
- (39) vP

---

<sup>9</sup> Um fato interessante, para o qual espero encontrar uma explicação na continuação dessa pesquisa, mostra que CVLs cujas nominalizações em *-ada* derivam de raízes de verbos inacusativos ou de verbos de alternância ergativa, como *sumir*, *crescer*, *emagrecer* ou *cair*, no primeiro caso, e como *quebrar*, *esfriar*, *rolar* ou *queimar*, no segundo, apresentam comportamentos distintos das sentenças comuns com os mesmos verbos, em relação à ordem entre o sujeito e o predicado complexo *dar uma X-ada*. Enquanto as sentenças comuns com esses verbos apresentam grande possibilidade de variação entre as ordens sujeito-verbo (SV) e verbo-sujeito (VS), as CVLs, se mostram mais restritivas a esse respeito, como mostra o conjunto de dados de a-d: (a) A Maria deu uma sumida; (b) \*Deu uma sumida na Maria; (c) A bola deu uma rolada; (d) \*Deu uma rolada na bola. Assim, essas CVLs só admitem a ordem S V+N (sujeito-verbo+nominalização). No entanto, esse comportamento particular da CVL, que obriga o complemento da nominalização derivada de raiz ergativa a se mover para uma posição pré-verbal, enquanto as sentenças comuns permitem a alternância entre as duas ordens não é absolutamente regular na medida em que sentenças como as que seguem, em que a ordem observada é V+N S, são encontradas com relativa frequência: (e) Deu uma amarelada naquele vestido: não vai dar pra usar...; (f) Deu uma esfriada no meu café e eu não quis mais beber; (g) Deu uma esquentada no ambiente e eu saí rapidinho, (h) Deu uma apagada rápida na luz e as crianças ficaram com medo.



A sentença em (38) terá uma representação paralela à que se tem em (40), com a diferença da realização fonética do verbo leve *dar* e da estrutura interna à nominalização em *-ada*. Veja (41).

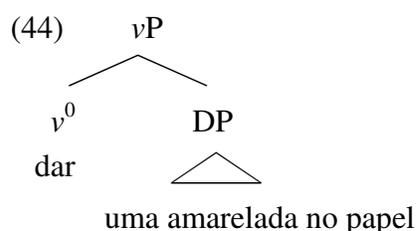


Essa representação captura a estrutura complexa da eventualidade denotada por (38): há um subevento CAUSE e um efeito expresso pela nominalização. A paráfrase em (42) expressa a interpretação de (38). A representação de (37), por sua vez, deverá ser capaz de explicitar sua interpretação, que pode ser obtida pela paráfrase em (43).

(42) O fogo causou a eventualidade de amarelar o papel.<sup>10</sup>

(43) O papel passou pela eventualidade de amarelar.

A interpretação de CAUSE não aparece em (37), pelo menos não uma causa externa. Assumindo que há uma causa interna em (37), que pode ser expressa por BECOME/HAPPEN (Marantz 1997, Harley 1995, etc), a representação desta sentença será como (44), que difere de (41) pelo *v dar*, que é do tipo de BECOME/HAPPEN. Sem expressar uma causa externa, o verbo leve não selecionará um argumento externo:



Analiso, agora, (45) e (46) que, de acordo com H&K expressam a relação de implicação entre um evento e um produto criado por ele.

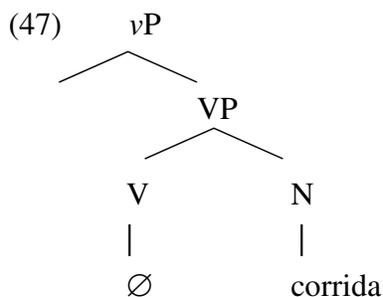
(45) A Maria correu.

(46) A Maria deu uma corrida.

---

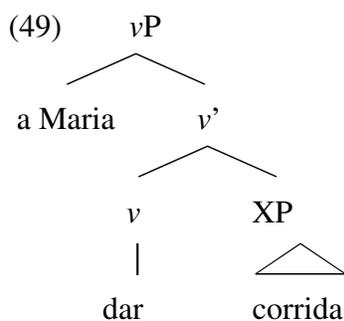
<sup>10</sup> Repare que, diferentemente dos casos já discutidos até aqui, no exemplo (36), o sujeito do subevento causa não é o agente da eventualidade denotada pela nominalização, mas seu causador.

Para, H&K a implicação entre uma eventualidade e uma entidade se interpreta como se o fim da realização do evento definisse a criação, realização ou produção da entidade relevante. É como se o evento de *correr* criasse a entidade *corrida*. É, mais uma vez, uma relação entre eventualidades, em que o argumento externo se projeta a partir do núcleo da categoria que representa o evento matriz. A representação para (45) está em (47):



A representação para a sentença apresentada em (46), por sua vez, revela uma estrutura de eventos sub-dividida em *CAUSE* + *eventualidade denotada pela nominalização*. A sentença em (48) é uma paráfrase possível para aquela em (46). A representação sintática de (46) deverá capturar esses fatos e será como se apresenta em (49):

(48) A Maria causou a eventualidade em que ela correu.



Assim, com dados de CVLs com *dar* do PB, apresentei algumas evidências de que uma análise que prevê a existência de dois verbos leves *dar* pode dar conta da interpretação que as CVLs podem ter. Um desses verbos leves *dar*, DO/CAUSE, é capaz de expressar

uma causa externa para a eventualidade que denota, selecionando, portanto, um argumento externo. O outro, BECOME/HAPPEN, por não poder expressar uma causa que não seja interna à própria eventualidade denotada, não poderá selecionar um argumento externo.

A correção da análise em construção nesta tese pode confirmar a hipótese de que a estrutura de eventos de todas as sentenças do português e, provavelmente, de outras línguas, seja construída da mesma forma. Isso significa postular verbos leves foneticamente nulos na estrutura de eventos das sentenças em que o verbo leve *dar* ou outro verbo leve não seja realizado<sup>11</sup>. O verbo leve realizado se assemelha semanticamente a sua versão nula, já que as duas versões selecionam uma eventualidade como complemento.

#### 5.4 *Conclusão*

Apresentei, neste capítulo, a representação sintática que proponho para as CVLs com *dar* no PB. A partir da representação das nominalizações, sugerida no capítulo IV, e assumindo uma estrutura de eventos subjacente a todas as sentenças das línguas naturais também para as CVLs, sugeri que o predicado complexo que compõe estas construções, formado pelo verbo leve *dar* e pelas nominalizações em –ada, representa uma estrutura de eventos composta, pelo menos, por um subevento interpretado como DO/CAUSE ou BECOME/HAPPEN (vP) e por um outro subevento interpretado como uma eventualidade dinâmica qualquer (VP).

---

<sup>11</sup> Na realidade, esta sugestão pode ser encontrada em diversos trabalhos anteriores a este, alguns dos quais já citados aqui (cf. Hale & Heyser 1991, 1993, 2002, Chomsky 1995b, etc).



## CONCLUSÃO

Para concluir esta tese, gostaria de retomar as questões que apresentei na Introdução. O trabalho aqui apresentado teve como objetivo a formulação de sugestões de resposta para todas ou, pelo menos, para a maioria delas. As questões que apresentei foram as seguintes:

- a) Quais são as generalizações descritivas de uma CVL com *dar* no PB?
- b) Onde se forma a CVL? Como se dá a combinação dos elementos que a compõem? Como se formam os elementos integrantes da CVL, em especial a nominalização?
- c) O verbo leve *dar* é realmente vazio semanticamente? Se isso for verdade, que diferença existe entre o verbo leve *dar* e os verbos auxiliares? Se não, como este verbo se diferencia de *dar* pleno?
- d) O verbo leve *dar* pode selecionar seus próprios argumentos? É um predicado? Que tipo de elemento pode se associar a este verbo leve e que tipo de papel estes elementos desempenham na CVL? Qual é o estatuto da nominalização em –ada?
- e) Que tipo de contribuição a pesquisa sobre as CVLs do PB poderá trazer para a pesquisa lingüística, mais especificamente, para a pesquisa sobre a estrutura de eventos e sobre a arquitetura da gramática, em geral?

O trabalho de pesquisa para o desenvolvimento desta tese começou, exatamente, pela tentativa de se estabelecerem padrões para a formação das CVLs com *dar* no PB e, também de se buscar uma proposta de análise sintática para os padrões observados. Analisei a forma geral das CVLs e procurei evidenciar suas propriedades, para justificar minha proposta de tratá-las de modo diferenciado em relação a outros tipos de sentenças das línguas naturais, tais como as construções bitransitivas e as expressões idiomáticas. As propriedades semânticas dessas construções foram se apresentando de forma tão relevante que ficou impossível não dedicar grande parte do trabalho às propriedades aspectuais dos

predicados que admitem a formação de CVLs. Se, no princípio, eu pensava em identificar traços que favorecem a formação dessas construções, e até comecei a fazê-lo, no decorrer da pesquisa, percebi que deveria mudar o foco e procurar restrições, em vez de traços favorecedores. O resultado foi a identificação de dois traços temporais, de acordo com a classificação de Smith (1991), que impedem a formação da CVL: estaticidade e telicidade intrínseca. A presença de qualquer um desses traços impede a ação de um modificador do tipo de *um pouco* sobre a eventualidade denotada pelo predicado e a CVL não se forma, justamente porque não será possível a esse modificador atuar sobre ela de modo a produzir o efeito de dimunitivização constante de sua interpretação.

O segundo grupo de questões sugeriu uma investigação sobre as sugestões de análise para a formação de palavras e predicados que me mostrou uma proposta teórica interessante, o modelo da Morfologia Distribuída, como uma possibilidade para a busca das respostas sobre o lugar da gramática em que se formam as CVLs e as nominalizações que as compõem. Na verdade, o modelo procura explicar muito mais, propondo que as classes de palavras são definidas sintaticamente, através do ambiente sintático em que se encontram raízes atômicas abstratas.

Na discussão sobre a descrição das CVLs, a questão sobre o estatuto do verbo leve esteve sempre presente. Definir o verbo leve como um predicado era essencial, já que esse elemento não se comporta como os auxiliares e nem, tampouco, poderia apresentar propriedades de argumentos. Além disso, a diferença entre *dar* leve e *dar* pleno já havia sido estabelecida, de modo que também não cabia a análise do primeiro como um bitransitivo canônico. As evidências para a argumentação em favor do estatuto de predicado do verbo leve vieram por causa da natureza do outro elemento que compõe as CVLs, as nominalizações. Sua impossibilidade de projetar um argumento externo, devido às características defectivas da categoria *vP*, que contribui para definir o estatuto sintático-semântico da nominalização, requer sua associação a um elemento que possa fazer esse papel, o verbo leve *dar*.

A necessidade de garantia da natureza de predicado da nominalização sugeriu o tratamento do indefinido *uma* como um modificador capaz de identificar o argumento evento da nominalização, mas não de saturá-lo, nos moldes de Higginbitham (1989), para dar conta de predicados como *a lawyer*. As diferentes possibilidades para a preposição que introduz o argumento interno das nominalizações foram analisadas em termos da necessidade de que NPs sejam marcados com Caso.

Assim, analisei a CVL como um predicado complexo que deve ter satisfeitas as exigências de seus componentes: o verbo leve *dar* e a nominalização em *-ada*. Suas propriedades gerais. Entre suas propriedades gerais está o fato de que o verbo leve e a nominalização compartilham a seleção e projeção de argumentos das CVLs, fazendo com que sejam tomadas como predicado simples, formados sintaticamente.

O reflexo sintático dessa predicação complexa é a projeção de uma estrutura de eventos em que uma eventualidade matriz de causa ou de resultado implica uma eventualidade subordinada, compondo uma estrutura sintática. É a inserção da raiz relevante nessa estrutura causativa ou de resultado que dá origem aos diferentes tipos de CVLs descritos nesta tese.

Espero que as descrições das CVLs com *dar* do PB e as análises que apresentei nesta tese possam contribuir para a ampliação da pesquisa sobre as construções com verbos leves no PB e servir de parâmetro para a investigação fenômenos semelhantes em outras línguas naturais. Essas construções do PB, ainda pouco investigadas, com certeza despertarão o interesse de outros pesquisadores.



## REFERÊNCIAS

- ALEXIADOU, A. (1997) *Adverb Placement: a Case Study in Antisymmetric Syntax*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.
- \_\_\_\_ (2001) *Functional Structure in Nominals: nominalization and ergativity*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- ARISTOTLE (1984) *Metaphysics. The Complete Works of Aristotle: The Revised Oxford Translation*, v 2, editado por J. Barnes. Princeton, N. J.: Princeton University Press.
- BACH, E. (1986) "The algebra of events", *Linguistics and Philosophy* 9:5-16.
- BALLY, C. (1950) *Linguistic Générale et Linguistic Française*, 3è me. ed. Berne Editions A. Francke.
- BASÍLIO, M (1999) "Padrões de configuração estrutural de unidades lexicais". In: Para Sempre em Mim - Homenagem a Profa. Angela Vaz Leao. BH, Editora PUC MINAS.
- BASÍLIO, M., M. C. DIAS & H. F. MARTINS (1994) "Expressões DAR+SN: um estudo de representação lexical. In: Encontro da ASSEL-RIO, 3, Rio de Janeiro, Anais... Rio de Janeiro: UFRJ
- BAUER, W. (1993) *Maori*. Routledge, London.
- BORER, H. (1993) *Parallel Morphology*. Manuscrito. Amherst: Umass.
- \_\_\_\_ (1994) "The projection of arguments". In E. Benedicto & J. Runner (eds.) *Functional Projections*, Amherst: Umass, GLSA.

- \_\_\_\_\_ (1998) “Deriving passive without theta-grids”. In S. G. Lapoint, D. K. Brentari & P. M. Farrell & (eds) *Morphology and its Relation to Phonology and Syntax*, 60-99, Stanford, California: CSLI Publications.
- \_\_\_\_\_ (1999) “The form, the forming and the formation of nominals. Manuscrito. <http://www-rcf.usc.edu/~borer/handouts.html>
- \_\_\_\_\_ (2002) “The exoeskeletal trilogy”, anuscrito. USC.
- BURZIO, L. (1986). *Italian Syntax. A Government-Binding Approach*. Dordrecht: Reidel
- BUTT, M. (1995) *The Structure of Complex Predicates*. Stanford: CSLI Publications.
- \_\_\_\_\_ (1998) “Constraining argument merger though aspect”. In E. Hinrichs, A. Kathol & T. Nakazawa (eds.) *Complex Predicates in Nonderivational Syntax, Syntax and Semantics Vokume 30*. New York: The Academic Press
- \_\_\_\_\_ (2002) “The light verb jungle”, conferência apresentada no Harvard/Dudley House Graduate Light Verb Workshop. Página na internet: <http://www.people.fas.harvard.edu/~quinn/> Manuscrito não publicado em <http://mull.ccl.umist.ac.uk/staff/mutt/>.
- BUTT, M. & A. LAHIRI (2002) “Historical stability versus historical change”, Manuscrito não publicado em <http://mull.ccl.umist.ac.uk/staff/mutt/>.
- BUTT, M. & W. GEUDER (2001) “On the (semi)lexical status of light verbs”. In N. Cover & H. van Riemsdijk (eds.) *Semi-lexical Categories: On the Content of Function Words and the Function of Content Words*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- BUTT, M. & G. RAMCHAND (2001a) “Complex aspectual structure in Hindi/Urdu”. In M. Liakata, B. Jensen & D. Maillat (eds.) *Oxford Working Papers in Linguistics, Philology & Phonetics*, 6:1-30.

- \_\_\_\_\_ (2001b) "Building complex events in Hindi/Urdu". Manuscrito não publicado em <http://mull.ccl.umist.ac.uk/staff/mutt/>.
- CARLSON, G. (1977) *Reference to Kinds in English*, tese de Doutorado. Amherst: University of Massachusetts.
- CAMPBELL, R. G. (1989) *The Grammatical Structure of Verbal Predicates*, tese de Doutorado. Los Angeles: UCLA.
- CASTILHO, A. T. de (1968) "Introdução ao Estudo do Aspecto Verbal na Língua Portuguesa". *ALFA*, **12**: 11-133.
- CHO, E. (1997) "Light verb construction, TrP, and multiple feature checking theory", In R. C. Blight & M. J. Moosally (eds.) *Texas Linguistic Forum: the syntax and semantics of predication*. Austin: Department of Linguistics, The University of Texas at Austin.
- CHOMSKY, N (1965) *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- \_\_\_\_\_ (1970) "Remarks on nominalizations". In R. Jacobs and P. S. Rosenbaum (eds.) *Readings in English Transformational Grammar*. Waltham, MA: Ginn.
- \_\_\_\_\_ (1975) *The logical structure of linguistic theory*, Chicago, University of Chicago Press.
- \_\_\_\_\_ (1981) *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.
- \_\_\_\_\_ (1986) *Knowledge of Language*. New York: Praeger.
- \_\_\_\_\_ (1995a) "Bare phrase structure". In G. Webelhuth (ed.) *Government and Binding Theory and The Minimalist Program*, Oxford: Blackwell, 385-439.
- CINQUE, G. (1999) *Adverbs and Functional Heads*. Oxford: Oxford university Press.
- COMRIE, B. (1976) "The syntax of action nominals: a cross-language study". *Lingua* **40**: 171-202.

- CUNHA, C. & L. F. L. CINTRA (1985) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- DAVIDSON, D. (1967) "The logical form of actions sentences". In N. Rescher (ed.) *The Logic of decision and action*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press. Reimpresso em D. Davidson (1980) *Essays on actions and events*. Oxford: Clarendon Press.
- DEN DIKKEN, M. & R. SYBESMA (1998) "Take serial light up the middle", Manuscrito não publicado, Vrije Universiteit Amsterdam.
- DIESING, M (1998) "Light verbs and the syntax of aspect in Yiddish", *The Journal of Comparative Germanic Linguistics*, 1.2:119-115.
- \_\_\_\_\_ (2000) "Aspect in Yiddish: the semantics of an inflectional head", *Natural Language Semantics* 8:231-253.
- DI SCIULLO, A. M. & E. WILLIAMS, (1987) *On the Definition of Words*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- DOWTY, D. R. (1979) *Word Meaning and Montague Grammar. The semantics of verbs and times in generative semantics and in Montague's PTQ*. Boston: D. Reidel.
- \_\_\_\_\_ (1989) "On the semantic content of the notion of thematic role". In G. Chierchia, B. H. Partee & R. Turner (eds.) *Properties, Types and meaning. Volume II: Semantic issues*, Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- \_\_\_\_\_ (1991) "Thematic proto-roles and argument selection". *Language* 67, 547-619.
- DUBINSKY, S. (1997) "Syntactic underspecification and light-verb phenomena in Japanese", *Linguistics* 35:627-672.
- FIENGO, R. (1980) *Surface Structure: the Interface of Autonomous Components*, Cambridge, MA e Londres: Harvard University Press.

- FRASER, (1970) "Some remarks on the action nominalizations in English". In R. Jacobs and P. S. Rosenbaum (eds.) *Readings in English Transformational Grammar*. Waltham, MA: Ginn.
- FREGE, G, (1978) *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Tradução de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix.
- FUJITA, K (1996) "Double objects, causatives and derivational economy", *Linguistic Inquiry* **27**: 146-173.
- GRIMSHAW, J. (1990) *Argument Structure*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- GRIMSHAW, J. & A. MESTER (1988) "Light verbs and  $\theta$ -marking", *Linguistic Inquiry* **19**: 205-232.
- GRUBER, J. (1965) *Studies in Lexical Relations*, tese de Doutorado, MIT Cambridge; Indiana University Linguistics Club, Bloomington, Ind.
- HALE, K. & S. J. KEISER Hale (1991) "On the syntax of argument structure". Lexicon Project Working Papers, Center for Cognitive Science, Massachusetts Institute of Technology.
- \_\_\_\_\_ (1993) "On argument structure and the lexical expression of syntactic relations". In S. J. Keyser & Kenneth Hale (eds.) *The view from Building 20*, MIT Press, Cambridge. 53-108.
- \_\_\_\_\_ (2002) *Prolegomenon to a Theory of Argument Structure*, MIT Press, Cambridge.
- HALLE, M. & A. MARANTZ (1993) "Distributed morphology and the pieces of inflection". In S. J. Keyser & Kenneth Hale (eds.) *The View from Building 20*, MIT Press, Cambridge. 111-176.

- HARLEY, H. (1994) "Hug A tree: deriving the morphosyntactic feature hierarchy". In A. Carnie, H. Harley & T. Bures (eds.) *MIT Working Papers in Linguistics: Papers on Phonology and Morphology* **21**: 289-320.
- \_\_\_\_\_ (1995) *Subjects, Events and Licensing*, tese de Doutorado. Cambridge, Mass. MIT.
- HARLEY, H. & R. NOYER (1998a) "Licensing the non-lexicalist lexicon: nominalizations, vocabulary items and the encyclopedia". *MIT Working Papers in Linguistics* **32**:119-137.
- \_\_\_\_\_ (1998b) "Mixed nominalizations, short verb movement and object shift in English". "In *Proceedings of NELS 28*, University of Massachusetts at Amherst: GLSA.
- \_\_\_\_\_ (2000) "Formal versus encyclopedic properties of vocabulary: evidence from nominalizations". In Bert Peeters (ed.) *The Lexicon-Encyclopedia Interface*, Elsevier Press.
- HIGGINBOTHAM, J. (1985) "On semantics". *Linguistic Inquiry* **16**: 547-593.
- \_\_\_\_\_ (1989) "Indefiniteness and predication". In E. J. Reuland & A. G. B. ter Meulen (eds.) *The Representation of (In)definiteness*, MIT Press, Cambridge. 43-70.
- van HOUT, A. & T. Roeper (1998) "Events and aspectual structure in derivational morphology". *MIT Working Papers in Linguistics* **32**:175-220 (disponível também em <http://www.umass.edu/linguist/faculty/roeper.html>).
- HORNSTEIN, N. (2001) *Move! A Minimalist Theory of Construal*, Malden, Massachusetts: Blackwell
- JACKENDOFF, R. S. (1972) *Semantic Interpretation in Generative Grammar*, Cambridge, MA: The MIT Press.
- \_\_\_\_\_ (1990a) *Semantic Structures*, Cambridge, MA: The MIT Press.

- \_\_\_\_\_ (1990b) "On Larson's treatment of the double object construction", *Linguistic Inquiry* **21**: 427-455
- JESPERSEN, O. (1949) *A Modern English Grammar on Historical Principles*. London: George Allen & Unwin, and Copenhagen: Ejnar Munksgaard.
- KARIMI-DOOSTAN, G. (1997). *Light Verb Constructions in Persian*. Ph.D. thesis, University of Essex.
- KEARNS, K. (1988/2002) "Light verbs in English", Manuscript, Cambridge, MA: MIT. Texto disponível em <http://www.ling.canterbury.ac.nz/ksk.html>
- KENNY, A. (1963) *Action, Emotion and Will*. London: Routledge & Kegan Paul.
- KEYSER, S & T. ROEPER (1984) "On the middle and ergative constructions in English". *Linguistic Inquiry* **15**:355-416.
- KRATZER, A. (1989) "Stage-level and individual-level predicates". In E. Bach, A. Kratzer & B. Partee (eds.) *Papers in Quantification* (NSF Report). Amherst: Umass. Reimpresso em G. Carlson & F. J. Pelletier (eds.) (1995) *The Generic Book*, pp. 125-175, Chicago: University of Chicago Press.
- LARSON, R. (1988) "On the double object construction", *Linguistic Inquiry* **19**: 335-391.
- \_\_\_\_\_ (1990) "Double objects revisited: a reply to Jackendoff", *Linguistic Inquiry* **21**: 589-632.
- LEES, R. (1960) *The grammar of English Nominalizations*, The Hague: Mouton.
- MARANTZ, A. (1984) *On the nature of Grammatical Relations*, Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- \_\_\_\_\_ (1997) "No escape from syntax: don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon", in *University of Pennsylvania Working Papers* **4.2**.

- MEGERDOOMIAN, K. (2002) *Beyond Words and Phrases: a unified theory of predicate composition*, tese de Doutorado, Los Angeles: University of Southern California.
- MITTWOCH, A. (1997) "Cognate Objects as Reflections of Davidsonian Event Arguments". In Rothstein, Susan (ed.) *Events in Grammar*, Dordrecht: Kluwer.
- MIYAGAWA, S. (1989) "Light verbs and the ergative hypothesis", *Linguistic Inquiry* **20**:659-668.
- NOYER, R. (1992) *Features, Positions and Affixes in Autonomous Morphological Structure*, tese de Doutorado, Cambridge, MA: MIT.
- NUNES, J. (1995) *The Copy Theory of Movement and Linearization of Chains in the Minimalist Program*, Tese de doutorado, Universidade de Maryland, College Park.
- \_\_\_\_ (2001a) "Sideward movement". *Linguistic Inquiry* 32:303-344.
- \_\_\_\_ (2001b) "Entoação silabada e *spell-out* múltiplo". Manuscrito. UNICAMP
- \_\_\_\_ (2004) *Linearization of Chains and Sideward Movement*. MIT Press, Cambridge, Mass.
- PARSONS, T. (1994) *Events in the Semantics of English: a Study in Subatomic Semantics*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- PESETSKY, D. (1995) *Zero Syntax*, Cambridge, Ma: The MIT Press.
- RAMCHAND, G. C. (1997) *Aspect and Predication*. Oxford: Clarendon Press.
- \_\_\_\_, (2003) "First phase syntax", Manuscrito, Oxford University.
- RITTER, E. & S. T. ROSEN (1998) "Delimiting events in syntax". In M. Butt & W. Geuder (eds.) *The Projection of Arguments: Lexical and Compositional Factors*, Stanford, California: CSLI Publications.
- ROSEN, S. (1990) *Argument Structure and Complex Predication*. New York: Garland.

- \_\_\_\_\_ (1996) “Events and verb classification”, *Linguistics*, **34**: 191-223.
- \_\_\_\_\_ (1999) “The syntactic representation of linguistic events”, *Glott International*, v **4**:2.
- ROTHSTEIN, S. (1983) *The Syntactic Forms of Predication*, tese de Doutorado, Cambridge, MA: MIT.
- RYLE, G. (1949) “Systematically misleading expressions”. *Proceedings of the Aristotelian Society* 1931-32.
- SALLES, H. M. M. L. (1997) *Prepositions and the Syntax of Complementation*, tse de Doutorado, Bangor: University of Wales.
- SAMEK-LODOVICI, V. (a sair) “The internal structure of arguments: evidence from complex predicate formation on Italian”. Manuscrito a sair em *Natural Language and Linguistic Theory*.
- SCHER A. P. (1996) *As Construções com dois Complementos no Inglês e no Português do Brasil: um Estudo Sintático Comparativo*, dissertação de Mestrado, Campinas: UNICAMP.
- \_\_\_\_\_ (2002) “Nominalizações em -ada no português do Brasil e o verbo leve dar. Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional da ANPOLL, Gramado, RS.
- SMITH, C. S. (1991) *The Parameter of Aspect*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2ª edição, 1997.
- TAYLOR, B. (1977) “Tense and continuity”, *Linguistics and Philosophy* **1.2**:199-220.
- TENNY, C. (1994) *Aspectual Roles and the Syntax-Semantics Interface*, Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- TRAVIS, L (1994) “Event phrase and a theory of functional categories. In P. Koskinen (ed) *Proceedings of the 1994 Annual Conference of the Canadian Linguistic Association, Toronto Working Papers in Linguistics*, Toronto.

- \_\_\_\_\_ (1997) “The syntax of achievements” A sair em *UCLA Working Papers*.
- \_\_\_\_\_ (1999) “The L-syntax/S-syntax boundary: evidence from Austronesian”. In I. Paul, V. Phillips & L. Travis (eds.) *Formal Issues in Austronesian Syntax*, Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- VENDLER, Z. (1967) *Linguistics in Philosophy*. Ithaca/London: Cornell University Press.
- VERKUYL, H. (1972) *On the Compositional Nature of the Aspects*, Dordrecht: D. Reidel.
- \_\_\_\_\_ (1993) *A theory of Aspectuality*. Cambridge: CUP.
- WILLIAMS, E. (1979) *The French Causative Construction*, Manuscript, Amherst: University of Massachusetts.
- \_\_\_\_\_ (1981) “Argument structure and morphology”. *The Linguistic Review* 1:81-114.
- YOKOTA, K (1999) “Light verb constructions in Japanese and functional uncertainty”. In M. Butt & T. H. King (eds) *Proceedings of the LFG99 Conference*. Stanford, California: CSLI Publications.
- <http://www-csli.stanford.edu/publications/LFG/lfg4.html>).